

C&P

CONJUNTURA & PLANEJAMENTO **195** Jul.-dez.
2013

ISSN 1413-1536

Vitor Araújo Filgueiras

Promessas e realidade da reforma
trabalhista no Brasil

Evolução Espacial do mercado de
trabalho na Região Metropolitana de
Salvador nos anos 2010

Análise da qualificação da mão de obra da
cadeia produtiva de aguardente e outras
bebidas destiladas do Recôncavo da Bahia

MARCUS CAVALCANTI

PANORAMA E PERSPECTIVAS DA INFRAESTRUTURA NA BAHIA



C&P 195 jul.-dez. 2018
CONJUNTURA & PLANEJAMENTO

GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA
RUI COSTA DOS SANTOS
SECRETARIA DO PLANEJAMENTO
WALTER PINHEIRO

SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS ECONÔMICOS E SOCIAIS DA BAHIA
JORGETE OLIVEIRA GOMES DA COSTA

DIRETORIA DE INDICADORES E ESTATÍSTICAS
Gustavo Casseb Pessoti

COORDENAÇÃO DE DISSEMINAÇÃO DE INFORMAÇÕES
Elisabete Cristina Teixeira Barretto

COORDENAÇÃO DE BIBLIOTECA E DOCUMENTAÇÃO
Eliana Marta Gomes Silva Sousa

COORDENAÇÃO DE ACOMPANHAMENTO CONJUNTURAL
Arthur Souza Cruz

EDITORIA-GERAL
Elisabete Cristina Teixeira Barretto

EDITORIA ADJUNTA
Aline Pereira Rocha, Edmundo Sá Barreto Figueirôa, Guillermo Javier
Pedreira Etkin, Lucigleide Nery Nascimento, Pedro Marques de Santana

CONJUNTURA & PLANEJAMENTO

CONSELHO EDITORIAL
Aloísio Machado da Silva Filho, Andréa da Silva Gomes, Antônio Plínio
Pires de Moura, Edmundo Sá Barreto Figueirôa, Gervásio Ferreira dos
Santos, Gildásio Santana Júnior, Jackson Ornelas Mendonça, José Ribeiro
Soares Guimarães, Laumar Neves de Souza, Mayara Mycheila Sena Araújo,
Ranieri Muricy, Rosembergue Valverde de Jesus, Thiago Reis Góes

COORDENAÇÃO-GERAL
Luiz Mário Ribeiro Vieira

COORDENAÇÃO EDITORIAL
Elissandra Alves de Britto, Rosângela Conceição

EQUIPE TÉCNICA
Mária Margarete de Carvalho Abreu Perazzo, Mercejane Wanderley
Santana, Zélia Maria de Carvalho Abreu Góis, Ian Almeida Mota (Estagiário)

COORDENAÇÃO DE PRODUÇÃO EDITORIAL /
EDITORIA DE ARTE E DE ESTILO
Ludmila Nagamatsu Dias

REVISÃO DE LINGUAGEM
Calixto Sabatini

DESIGN GRÁFICO E WEB
Julio Vilela, Nando Cordeiro, Vinícius Luz

WEB DEVELOPER
Ingrid Souza Pinheiro (Coinf)

EDITORIAÇÃO
Nando Cordeiro

ILUSTRAÇÃO
Vinícius Luz

NORMALIZAÇÃO
Eliana Marta Gomes Silva Sousa, Isabel Dino Almeida,
Patrícia Fernanda Assis da Silva

IMPRESSÃO
EGBA - Tiragem: 100 exemplares

Os artigos publicados são de inteira responsabilidade de seus autores. As opiniões neles emitidas não exprimem, necessariamente, o ponto de vista da Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI). É permitida a reprodução total ou parcial dos textos desta revista, desde que a fonte original seja creditada de forma explícita. Esta publicação está indexada no *Library of Congress*, *Ulrich's International Periodicals Directory* e no sistema Qualis da Capes.

Conjuntura & Planejamento / Superintendência de Estudos
Econômicos e Sociais da Bahia. n. 1 (jun. 1994) -. Salvador:
SEI, 2019.
n. 195
Semestral
Continuação de: Síntese Executiva. Periodicidade: mensal
até o número 154; trimestral até o número 189.
ISSN 1413-1536
EISSN 2594-4290

1. Planejamento econômico - Bahia. I. Superintendência
de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia.

CDU 338(813.8)



**GOVERNO
DO ESTADO**

SECRETARIA DE
PLANEJAMENTO

Av. Luiz Viana Filho, 4ª Avenida, 435, CAB
Salvador (BA) Cep: 41.745-002
Tel.: (71) 3115 4822 Fax: (71) 3116 1781
www.sei.ba.gov.br sei@sei.ba.gov.br

4 CARTA DO EDITOR**7 ECONOMIA EM DESTAQUE**

ECONOMIA BAIANA CRESCEU 1,1% EM 2018 E
DESACELEROU NO PRIMEIRO TRIMESTRE DE 2019
Carla do Nascimento, Elissandra Britto, Pedro M. de Santana

31 ENTREVISTA

PANORAMA E PERSPECTIVAS DA INFRAESTRUTURA NA BAHIA
Marcus Cavalcanti

ARTIGOS

39 UM OLHAR SOBRE A ATUAÇÃO DE ATRAVESSADORES E COOPERATIVAS DE
AGRICULTORES NA PRODUÇÃO DE MAMONA NO SEMIÁRIDO BAIANO¹
Alynson dos Santos Rocha

53 ANÁLISE ESPAÇOTEMPORAL DA MORTALIDADE INFANTIL EM
PERNAMBUCO: UMA ABORDAGEM SOCIOECONÔMICA
Aloísio Machado da Silva Filho, André Luis Santiago Maia, Gilson de Almeida Dantas

65 EVOLUÇÃO ESPACIAL DO MERCADO DE TRABALHO NA
REGIÃO METROPOLITANA DE SALVADOR NOS ANOS
2010: UM EXERCÍCIO DE ANTECIPAÇÃO
Helcio de Medeiros Junior, Laumar Neves de Souza

83 QUALIFICAÇÃO DA MÃO DE OBRA DA CADEIA PRODUTIVA DE
AGUARDENTE E OUTRAS BEBIDAS DESTILADAS DO RECÔNCAVO
DA BAHIA: UMA ANÁLISE A PARTIR DOS DADOS DA RAIS
Railane de Souza, Diego Lemos Ferreira, Renelson Ribeiro Sampaio

96 PONTO DE VISTA

PROMESSAS E REALIDADE DA REFORMA TRABALHISTA NO BRASIL
Vitor Araújo Filgueiras

100 LIVROS**102 CONJUNTURA ECONÔMICA BAIANA****INDICADORES CONJUNTURAIS**

114 INDICADORES ECONÔMICOS

122 INDICADORES SOCIAIS

131 FINANÇAS PÚBLICAS



CARTA DO EDITOR

A Edição 195 da revista *Conjuntura & Planejamento* faz uma análise da trajetória da economia brasileira e baiana nos nove primeiros meses de 2018. Nesse período, o país vivenciou um processo de lenta retomada do crescimento, colocando no centro das discussões as expectativas para a condução da política macroeconômica em 2019.

As incertezas políticas permaneceram em 2018, mas a atividade econômica teve um arrefecimento no seu ritmo de descenso e começou a apresentar sinais de reversão do ciclo. O Produto Interno Bruto da Bahia, divulgado pela Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI), apresentou uma tímida elevação no referido ano, após crescer a uma taxa de 1,1% em 2017. No acumulado do ano, até o terceiro trimestre, a atividade econômica baiana expandiu-se em 1,5%. A agropecuária e os serviços variaram positivamente em 16,8% e 1,1%, respectivamente, enquanto a indústria apresentou queda de 0,9%.

Entre os colaboradores, esta edição apresenta, na seção Ponto de Vista, uma reflexão do professor da Universidade Federal da Bahia (UFBA) Vitor Araújo Filgueiras sobre a reforma trabalhista. Na sua análise, ele diz que, desde 1990, várias foram as tentativas de alteração da CLT no Brasil, até que os empresários e seus representantes conseguiram, em 2017, implementar a reforma, alterando centenas de disposições legais. Assim, Filgueiras, de forma elucidativa, faz uma breve análise do que seriam promessas e realidade de uma reforma que tem como justificativa ser “uma saída para manter empregos”.

A seção Entrevista traz uma contribuição do secretário de Infraestrutura de Transporte, Energia e Comunicação (Seinfra), Marcus Benício Foltz Cavalcanti. Nessa conversa, o secretário fala sobre a sua experiência à frente da Seinfra, bem como do importante papel que a secretaria vem desempenhando para o crescimento da economia baiana. Dentre as suas considerações tem-se a explanação sobre o que é necessário para integrar as diversas regiões do estado, a fim de melhorar a circulação rodoviária e o escoamento da produção. Além disso, o secretário também faz uma reflexão sobre os principais gargalos da infraestrutura na Bahia.

Entre os artigos que integram este número da revista está o de Helcio de Medeiros Junior e Laumar Neves de Souza, intitulado “Evolução espacial do mercado de trabalho na Região Metropolitana de Salvador nos anos 2010: um exercício de antecipação”. Nesse trabalho, os autores se propõem a acompanhar espacialmente como tem evoluído o mercado de trabalho da RMS nos anos mais recentes da década em curso, bem como a conjecturar sobre os prováveis efeitos da reforma trabalhista implementada em fins de 2017. Outro trabalho é o de Railane de Souza, Diego Lemos Ferreira e Renelson Ribeiro Sampaio, com o tema “Análise da qualificação da mão de obra da cadeia produtiva de aguardente e outras bebidas destiladas do Recôncavo da Bahia: uma análise a partir dos dados da RAIS”.

Assim, a Edição 195 da C&P, além de oferecer discussões de caráter estruturante sobre o planejamento e os desafios para as economias brasileira e baiana em uma conjuntura adversa, aborda alternativas que viabilizem o crescimento econômico em longo prazo. Nesse aspecto, a SEI, não tendo pretensões de esgotar o assunto e de emitir juízo de valor sobre as questões aqui discutidas, convida o leitor a fazer uma reflexão sobre as variáveis que determinam o comportamento da economia nos âmbitos nacional e estadual, em curto e longo prazo.



ECONOMIA BAIANA CRESCER 1,1% EM 2018 E DESACELEROU NO PRIMEIRO TRIMESTRE DE 2019

Carla do Nascimento
Mestre em Economia pela
Universidade Federal da
Bahia (UFBA), graduada em
Ciências Econômicas pela
Universidade Estadual de
Feira de Santana (UEFS).
Técnica da Superintendência
de Estudos Econômicos e
Sociais da Bahia (SEI).
carlajanira@sei.ba.gov.br

Elissandra Britto
Mestre em Economia e
graduada em Ciências
Econômicas, pela Universidade
Federal da Bahia (UFBA).
Técnica da Superintendência
de Estudos Econômicos e
Sociais da Bahia (SEI).
elissandra@sei.ba.gov.br

Pedro M. de Santana
Mestre em Economia e
graduado em Ciências
Econômicas, pela Universidade
Federal da Bahia (UFBA).
Especialista em produção de
informações econômicas,
sociais e geoambientais
da Superintendência de
Estudos Econômicos e
Sociais da Bahia (SEI).
pedromarques@sei.ba.gov.br

A ECONOMIA mundial manteve-se forte em 2018, apesar de alguns sinais de desaceleração no ritmo, se comparado com o ano de 2017. Ao longo de 2018, o cenário externo esteve vulnerável à alta volatilidade nos mercados financeiros globais e à forte desvalorização das moedas, principalmente nos países emergentes, causada pela tensão nos mercados internacionais decorrente da elevação dos juros americanos, da valorização do dólar, do aumento dos preços do petróleo e do risco de guerra comercial entre EUA e China.



O relatório World Economic Outlook, divulgado pelo International Monetary Fund (IMF) (2019), mostra que a atividade econômica global cresceu 3,6% em 2018 – 0,3 ponto percentual abaixo da taxa projetada em abril de 2018. A expansão média das economias avançadas foi de 2,2% no ano de 2018. Dentro das principais economias avançadas que integram a Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OCDE), o comportamento difere. O destaque vai para os Estados Unidos cuja economia acelerou de forma significativa no ano, com taxa de 2,9%. O Japão obteve crescimento do PIB de 0,8%, bem abaixo do ano anterior (1,9%). O desempenho dos países da Zona do Euro, com taxa de 1,8%, foi bem mais fraco do que em 2017, e as expectativas são ainda piores. Os riscos estão relacionados à intensificação das disputas comerciais e ao seu impacto nas expectativas dos agentes econômicos. A economia chinesa avançou 6,6% em 2018. Embora o crescimento permaneça robusto, houve desaceleração nos últimos meses do ano, com o enfraquecimento dos investimentos em fábricas e em infraestrutura.

No Brasil, o Produto Interno Bruto (PIB), com base nos dados das Contas Nacionais Trimestrais (2018), elaborados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), totalizou R\$ 6.827,6 bilhões em valores correntes em 2018, correspondente a um crescimento real de 1,1% em relação a 2017.

Ressalta-se que a economia brasileira encerrou 2018 aquém das expectativas do início do ano, em que se esperava um crescimento de 3,0%. Esse desempenho foi influenciado, principalmente, pela greve dos caminhoneiros em maio, que afetou a cadeia produtiva, com efeitos sobre a produção, o consumo e os preços. Nesse sentido, cabe destacar também a crise econômica da Argentina, o avanço da taxa de câmbio entre agosto e setembro e a incerteza política e eleitoral, que se intensificou ao longo do ano.

Na decomposição dos resultados, sob a ótica da demanda interna, verificou-se que a despesa de consumo das famílias apresentou resultado positivo no ano (1,9%), influenciada pela desaceleração da inflação, dos juros e pela melhora nos indicadores de crédito. Já a formação bruta de capital fixo, impulsionada principalmente pelo crescimento de 15,4% do componente de máquinas e equipamentos, variou 4,1% no ano em relação a 2017, apesar do desempenho negativo do componente da Construção, que acumulou queda de 3,4% no período.

Ainda de acordo com as Contas Nacionais Trimestrais (2018), a despesa de consumo do governo ficou estável no ano, enquanto as exportações apresentaram alta de 4,1%, destacando-se o crescimento das vendas externas de produtos agrícolas, petróleo e gás, automóveis e máquinas e equipamentos. As importações reagiram no período em análise, registrando alta

de 8,5% no ano, com aumento relevante nas compras de refino de petróleo, materiais eletrônicos e equipamentos de comunicação e vestuário.

Pela análise da oferta, dentre os setores de atividade, a Agropecuária apresentou o pior resultado, com taxa de 0,1%, na comparação com o ano anterior. A safra nacional de cereais, leguminosas e oleaginosas totalizou 226,5 milhões de toneladas, 5,9% inferior à obtida em 2017. A Indústria teve aumento de 0,6% no período. Os segmentos Transformação (1,3%), Extração mineral (1,0%) e Eletricidade e gás, água, esgoto, atividades de gestão de resíduos (2,3%) tiveram resultado positivo no mesmo período, enquanto a Construção (-2,5%) exibiu resultado negativo. O setor Serviços registrou crescimento de 1,3%. Todos os segmentos exibiram resultado positivo, destacando-se Atividades imobiliárias (3,1%), seguido por Comércio (2,3%) e Transporte, armazenagem e correio (2,2%) (CONTAS NACIONAIS TRIMESTRAIS, 2018).

No mercado de trabalho, a taxa de desemprego no país recuou de 11,9%, no terceiro trimestre, para 11,6% no quarto trimestre de 2018, segundo a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua do IBGE (2018). O saldo de empregos formais foi de 529.554 postos de trabalho no ano (BRASIL, 2018b).

A inflação manteve-se em patamares baixos e dentro da meta estipulada pelo Conselho Monetário Nacional. O Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) acumulou taxa de 3,75% em 2018, e a Selic manteve-se em 6,5% a.a. desde a reunião do Copom em março.

No primeiro trimestre de 2019, os principais indicadores de atividade econômica apresentaram-se abaixo das expectativas¹. A produção industrial registrou queda de 2,2% no primeiro trimestre deste ano, recuo maior que o observado no último trimestre de 2018, quando o setor registrou taxa de -1,2%, indicando intensificação no ritmo de queda da produção. Por outro lado, o Comércio varejista ampliado teve crescimento de 2,3% no primeiro trimestre de 2019, impulsionado pela ampliação nas vendas no setor Veículos, motos e peças, que exibiu taxa de 8,3% no período.

No mercado de trabalho, o desemprego manteve-se elevado, apesar do saldo positivo dos empregos formais no primeiro trimestre de 2019. A taxa de desemprego elevou-se de 11,6%, no último trimestre de 2018, para 12,7% nos três primeiros meses de 2019, segundo a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua do IBGE (2018). Os dados do Cadastro

1 Os dados do produto interno bruto para o 1º trimestre de 2019 não estavam disponíveis até a finalização do artigo.

A Agropecuária, por sua vez, contribuiu fortemente para o desempenho da atividade econômica na Bahia e foi influenciada pelo clima favorável e pela forte demanda externa por produtos agrícolas

Geral de Empregados e Desempregados (Caged) apontaram aumento de 179.543 postos de trabalho no país durante o primeiro trimestre de 2019 (BRASIL, 2019). O resultado representou uma variação positiva de 0,47% em relação ao estoque de empregos formais.

Considerando-se o setor externo, a conta de transações correntes apresentou déficit de US\$ 8,18 bilhões no primeiro trimestre de 2019, segundo o Banco Central do Brasil (2019b). Por sua vez, o superávit da balança comercial acumulou saldo de US\$ 9,33 bilhões no mesmo período. As exportações somaram US\$ 52,86 bilhões, queda de 2,6% em relação ao mesmo período de 2018, enquanto as importações totalizaram US\$ 43,52 bilhões, valor 0,6% maior que o do mesmo período do ano anterior. As reservas internacionais totalizaram US\$ 384,16 bilhões em março de 2019. Em 2018, o déficit das transações correntes e o saldo da balança comercial alcançaram, respectivamente, US\$ 14,51 bilhões e US\$ 53,59 bilhões.

Ainda no primeiro trimestre de 2019, no que se refere ao setor fiscal, o déficit primário do setor público consolidado somou R\$ 13,34 bilhões, o equivalente a 0,76% do PIB. A meta do governo para déficit é de R\$ 104,3 bilhões para 2019. O déficit fiscal no primeiro trimestre pode ser atribuído ao déficit de R\$ 17,2 bilhões e R\$ 1,6 bilhão, respectivamente, dos governos estaduais (0,98% do PIB) e das empresas estatais (0,09% do PIB) (BANCO CENTRAL BRASIL, 2019c).

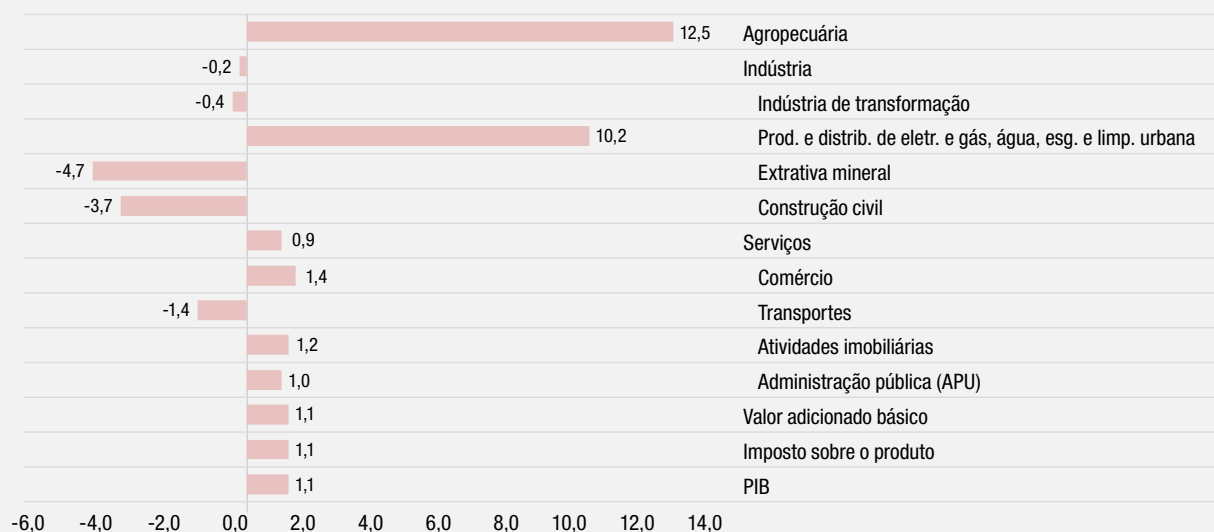
ECONOMIA BAIANA

O PIB do estado, divulgado pela Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI) no *Informativo PIB Trimestral* (2018), apresentou crescimento em 2018, registrando taxa de 1,1%. A Agropecuária e Serviços cresceram 12,5% e 0,9%, respectivamente, enquanto a Indústria registrou queda de 0,2%. Os resultados do PIB baiano para o período estão apresentados no Gráfico 1.

O cenário macroeconômico de redução das taxas de inflação e dos juros manteve o resultado positivo do setor Serviços, especialmente para os segmentos Comércio e Administração pública. No entanto, a fraca demanda doméstica e o elevado nível de ociosidade dos fatores de produção prejudicaram o crescimento da Indústria, especialmente da Indústria de transformação e da Construção civil, segmentos que têm grande peso no valor adicionado do setor. A Agropecuária, por sua vez, contribuiu fortemente para o desempenho da atividade econômica na Bahia e foi influenciada pelo clima favorável e pela forte demanda externa por produtos agrícolas.

Gráfico 1

Produto Interno Bruto e valor adicionado – Bahia – Jan./dez. 2018



Fonte: SEI – Informativo PIB Trimestral (2018).

Nota: (1) Dados preliminares, sujeitos a revisão.

(2) Variação trimestral em relação ao mesmo trimestre do ano anterior.

SETOR AGRÍCOLA

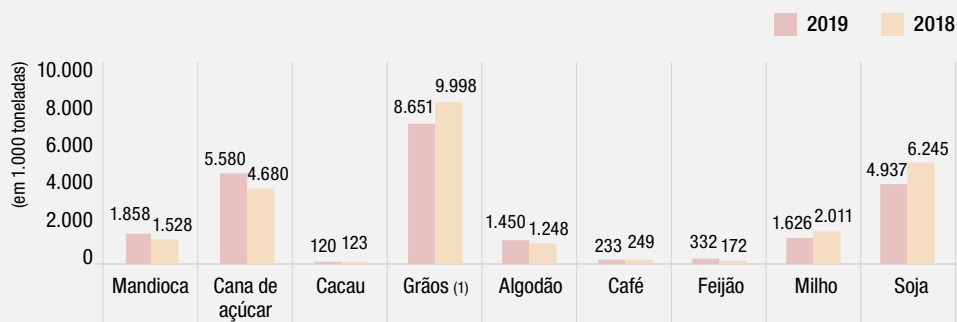
A Bahia obteve a maior safra de grãos de sua história em 2018, o que se refletiu na taxa de crescimento acumulado do valor adicionado pela agropecuária, calculada em 12,5%. No Brasil, esta atividade apresentou ligeira expansão, de 0,1%, na mesma base de comparação (INFORMATIVO PIB TRIMESTRAL, 2018). As condições favoráveis de clima e preço foram determinantes para o bom desempenho das principais lavouras no estado. Entre os grãos, apenas a produção do feijão sofreu revés, em função das altas temperaturas e da distribuição irregular de chuvas no segundo semestre.

O IBGE, através de seu Levantamento Sistemático da Produção Agrícola (LSPA), estimou a produção estadual de grãos em cerca de 10 milhões de toneladas em 2018, numa área plantada próxima a 3,1 milhões de hectares. Dessa forma, o indicador apontou uma expansão de 16,8% em relação à safra de 2017 e praticamente a manutenção das áreas plantada e colhida. Portanto, o principal fator do crescimento significativo da lavoura de grãos esteve no aumento da produtividade, que, em média, registrou variação positiva de 18,2% na comparação anual (ACOMPANHAMENTO DA SAFRA BAIANA, 2019).

Para 2019, a expectativa é de queda da safra de grãos, em função especialmente do desempenho negativo das lavouras da soja e do milho. A produção estadual estimada dos principais grãos em 2019 está em cerca de 8,6 milhões de toneladas, de acordo com o Levantamento Sistemático da Produção Agrícola (2019) divulgado para o mês de abril (Gráfico 2). Este resultado corresponde a uma queda de 13,5% na comparação com a safra 2018. Em relação à área plantada, o levantamento registrou uma extensão aproximada de 3,2 milhões de hectares, um avanço de 1,1% na comparação anual.

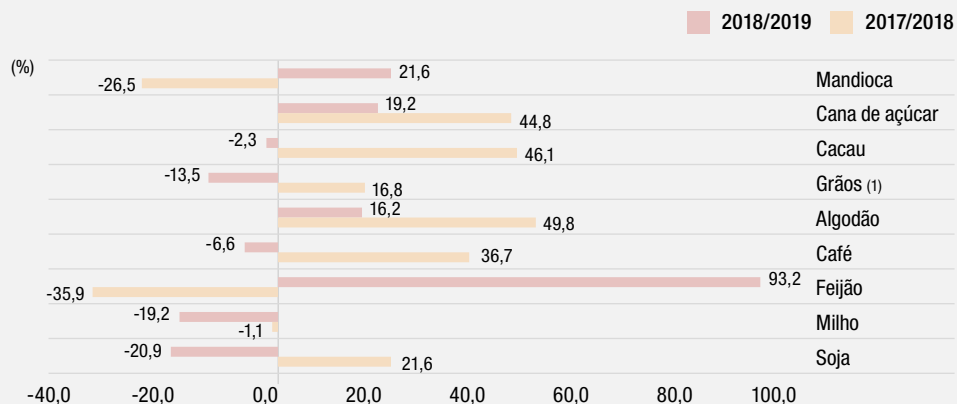
Em que pese a soja ter alcançado níveis recordes de produção na safra 2018, este ano os efeitos do chamado veranico (ausência de chuvas no

Gráfico 2
Volume físico de produção – Bahia – 2019/2018



Fonte: IBGE – LSPA.
Elaboração: SEI/CAC.
(1) Grãos: algodão, café, feijão, milho, soja e sorgo.

Gráfico 3
Variação da produção – 2017/2018 e 2018/2019



Fonte: IBGE – LSPA.
Elaboração: SEI/CAC.
(1) Grãos: algodão, café, feijão, milho, soja e sorgo.

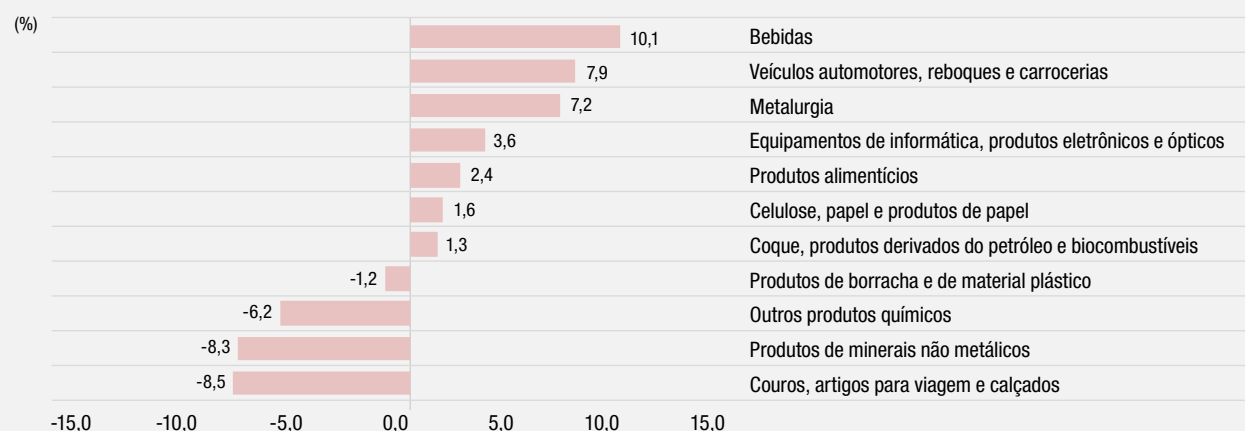
período esperado) na região oeste durante o mês de janeiro prejudicaram o desempenho da lavoura. No caso do milho, a retração da produção de 1,1% verificada em 2018, na comparação com 2017, foi ampliada, com a expectativa de queda de 19,2% em 2019. As projeções para a safra de milho em 2019 estimam 1,6 milhão de toneladas em 593 mil hectares plantados. Para a soja, a expectativa é de uma produção em torno de 4,9 milhões de toneladas, em área plantada de 1,6 milhão de hectares, o que representa queda de 20,9% em comparação ao volume produzido na safra anterior.

O principal destaque positivo é a produção do algodão, cujo volume, estimado em cerca de 1,4 milhão de toneladas, representa alta de 16,2% na comparação com a safra anterior. O otimismo observado dos produtores refletiu-se na expansão de 24,3% da área plantada, somando um total de 332 mil hectares.

SETOR INDUSTRIAL

O valor adicionado pela Indústria baiana reduziu-se em 0,2% em 2018, na comparação com o mesmo período de 2017. Dentro do setor industrial, a maior queda foi verificada na atividade Mineral (-4,7%), acompanhada pela Construção (-3,7%) e pela Transformação (-0,4%). A única atividade a registrar alta no ano foi Produção e distribuição de energia, gás e água (10,2%) (INFORMATIVO PIB TRIMESTRAL, 2018).

Gráfico 4
Gêneros da Indústria de transformação baiana – Variação acumulada no ano (1)



Fonte: IBGE – Pesquisa Industrial Mensal (2019).
Elaboração: SEI/CAC.

(1) Jan.-dez. 2018/jan.-dez. 2017.

o setor Alimentos foi beneficiado pela excelente safra agrícola, principalmente de soja, e pela crescente demanda por carnes

A Indústria de transformação, com base nos dados da Pesquisa Industrial Mensal do IBGE (2018), registrou, em 2018, acréscimo de 0,8%, sendo que, no ano de 2017, esta atividade havia recuado 6,6%. Mais da metade dos setores da indústria baiana de transformação registraram aumento no período, conforme dados ilustrados no Gráfico 4.

O setor Veículos foi o mais dinâmico, tanto em relação à produção como às vendas. No período de janeiro a dezembro, enquanto a produção cresceu 7,9%, as vendas avançaram 14,7%. Entre os fatores que favoreceram esse desempenho destacam-se aumento da demanda das famílias, beneficiadas pela leve melhora do mercado do trabalho e da confiança dos atores econômicos na economia, principalmente no primeiro trimestre do ano; elevado nível do estoque, em razão da queda acentuada durante a crise no período 2013/2016; taxas de juros menores e crescentes atrativos na concessão de crédito para compra de veículos por pessoas físicas e jurídicas; e renovação de frotas por parte das locadoras de automóveis. A paralisação dos caminhoneiros no segundo trimestre afetou o setor, mas sem grandes perdas.

A produção da indústria metalúrgica beneficiou-se da retomada do segmento de cobre, que foi severamente impactado financeiramente em 2016/2017, mas apresentou melhora gradativa no volume produzido após acordo de investimento com empresa multinacional do ramo. Todavia, no segundo trimestre de 2018, o volume de produção de cobre foi impactado por 31 dias sem fabrico de anodo de cobre, por conta de manutenção programada. O retorno ao processo de produção ocorreu de forma mais lenta do que o planejado, em razão de alguns ajustes operacionais necessários à retomada do processo produtivo da planta. A greve dos caminhoneiros também prejudicou a produção no período. Mesmo com esses impactos, a produção física do segmento atingiu aumento de 7,2% em relação ao ano anterior.

O segmento Derivados de petróleo encerrou o ano com resultado positivo, mesmo após as perdas provocadas pela nova política de preços de combustíveis – com reajustes diários nos preços da gasolina e do diesel – e pela retirada de tarifas de importação dos derivados de petróleo, o que favoreceu a importação dos produtos e, conseqüentemente, a substituição da produção nacional pela importada.

Por sua vez, o setor Alimentos foi beneficiado pela excelente safra agrícola, principalmente de soja, e pela crescente demanda por carnes. Já o setor Bebidas apresentou crescimento significativo no período (10,1%), com a aceleração na produção para atender à demanda em expansão dos consumidores, mesmo com o forte impacto na produção durante a greve dos caminhoneiros, em maio.

A indústria de Produtos químicos, que registrou taxa negativa no período, foi impactada pela interrupção no fornecimento de energia elétrica no primeiro trimestre; pela restrição logística decorrente da greve dos caminhoneiros no segundo trimestre; e pela redução na produção de fertilizantes em unidade que está em processo de encerramento das atividades. Por sua vez, o setor Couro e calçados refletiu a queda na demanda e na renda em decorrência do elevado desemprego. E os setores Minerais não metálicos e Borracha e plástico têm sido fortemente afetados pela intensa crise na construção.

Ainda de acordo com a pesquisa do IBGE (PESQUISA INDUSTRIAL MENSAL, 2018), a Indústria extrativa cresceu 1,6% no período, principalmente em decorrência do aumento na extração de minérios de cobre e de pedras britadas, uma vez que a produção de petróleo e de gás natural registrou queda de, respectivamente, 8,9% e 1,0%, em relação ao ano anterior, de acordo com os dados da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (2018).

O setor Serviços industriais de utilidade pública (10,2%) contribuiu positivamente para o PIB, por conta especialmente do acréscimo de 2,0% no consumo cativo de energia elétrica no estado, com base nos dados da Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia (Coelba) e da Companhia Hidroelétrica do São Francisco (Chesf). O consumo de gás natural aumentou 5,8% no período, conforme dados da Bahiagás.

E o setor Construção (-3,7%) segue prejudicado pela conjuntura desfavorável, caracterizada pela perda de poder aquisitivo e por restrições ao crédito habitacional. Como o mercado imobiliário encontra-se ainda retraído e com oferta excedente, o governo estadual assume papel de destaque no estímulo à construção, conduzindo projetos habitacionais populares e de infraestrutura.

As perspectivas para 2019 da indústria baiana estão condicionadas ao movimento da economia brasileira, que tem se mostrado apática nos primeiros meses do ano. Assim, com base nos dados da Pesquisa Industrial Mensal (2019), a produção industrial do estado caiu 3,5% no primeiro trimestre do ano, em relação ao mesmo período do ano anterior. Sete dos 12 segmentos da Indústria geral influenciaram o resultado, com destaque para Celulose, papel e produtos de papel (-16,4%), Produtos químicos (-8,6%), Derivados de petróleo (-5,7%) e Veículos (-8,4%). Em sentido contrário, destacam-se os resultados positivos de Metalurgia (17,8%), Produtos de minerais não metálicos (25,9%), Bebidas (13,7%), Extrativa mineral (3,9%) e Borracha e material plástico (1,2%).

O setor Celulose e papel teve a produção reduzida em decorrência de parada para manutenção programada em duas das principais unidades de produção do segmento, entre os meses de fevereiro e março. Por outro lado, o bom

O setor Construção segue prejudicado pela conjuntura desfavorável, caracterizada pela perda de poder aquisitivo e por restrições ao crédito habitacional

desempenho observado no setor metalúrgico reflete as estratégias adotadas pela unidade produtora de cobre nesse período, como a requalificação dos ativos, foco na eficiência operacional e a melhor ocupação da fábrica de fios e vergalhões. O segmento também teve que realizar parada para manutenção por 15 dias, por conta de intermitências nos equipamentos (PARAPANEMA, 2019).

COMÉRCIO EXTERIOR

A balança comercial da Bahia registrou superávit de US\$ 881,09 milhões no período de janeiro a dezembro de 2018, de acordo com dados da Secretaria de Comércio Exterior (Secex) do Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços (MDIC), divulgados no *Boletim de Comércio Exterior da Bahia* (2018) da SEI. As exportações alcançaram US\$ 8,80 bilhões e ficaram 9,1% acima das de igual período de 2017, enquanto que as importações somaram US\$ 7,91 bilhões – maiores em 10,0% se comparadas com as do mesmo período do ano anterior. A corrente do comércio exterior do estado alcançou US\$ 16,7 bilhões, avançando em 9,5% no resultado em relação a igual período de 2017.

Os segmentos mais beneficiados pelas exportações baianas estão relacionados aos produtos semimanufaturados e produtos básicos, cujas vendas externas registraram, respectivamente, crescimento de 21,0% e 10,4%, no ano de 2018, na comparação com o mesmo período de 2017 (Gráfico 5).

Considerando-se os produtos básicos, as exportações de derivados de soja em 2018 alcançaram em torno de 5 milhões toneladas. No mesmo período, o valor das exportações de derivados de soja aumentou 35,0%, e as quantidades embarcadas cresceram 26,6%.

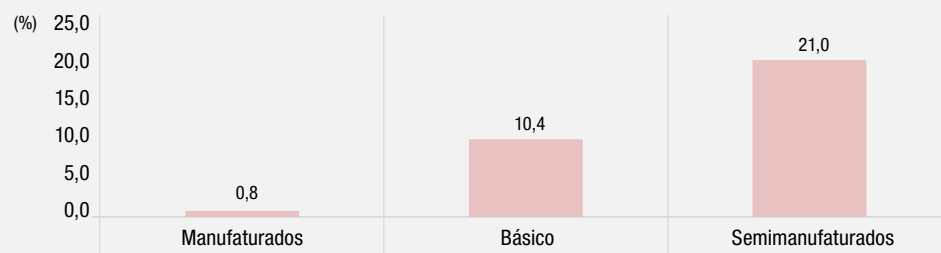
Entre os produtos semimanufaturados destaca-se a celulose (pasta química de madeira), que teve um aumento no valor das exportações de 17,7% no período, representando um volume de mais de 3 milhões de toneladas, representando um acréscimo de 1,0% nas quantidades embarcadas.

As vendas de produtos manufaturados aumentaram 0,8%, comparadas com as do mesmo período de 2017. O setor Derivados de petróleo avançou 19,5%, Químico/Petroquímico cresceu 3,0%, enquanto que Automotivo declinou 12,6% em 2018 (Gráfico 6).

As importações alcançaram US\$ 7,92 bilhões, com base nos dados acumulados em 2018, o que representa um aumento de 10,0% comparado ao ano de 2017 (BOLETIM DE COMÉRCIO EXTERIOR DA BAHIA, 2018). O aumento das compras externas no período deveu-se à expansão nas aquisições

de combustíveis (33,4%), bens de consumo não duráveis (23,9%), bens de capital (21,7%) e bens intermediários (7,0%). As compras de bens duráveis caíram 14,8%, influenciadas pela crise argentina, o que prejudicou o setor automobilístico (Gráfico 7).

Gráfico 5
Exportações baianas por fator agregado⁽¹⁾ – Jan.-dez. 2018

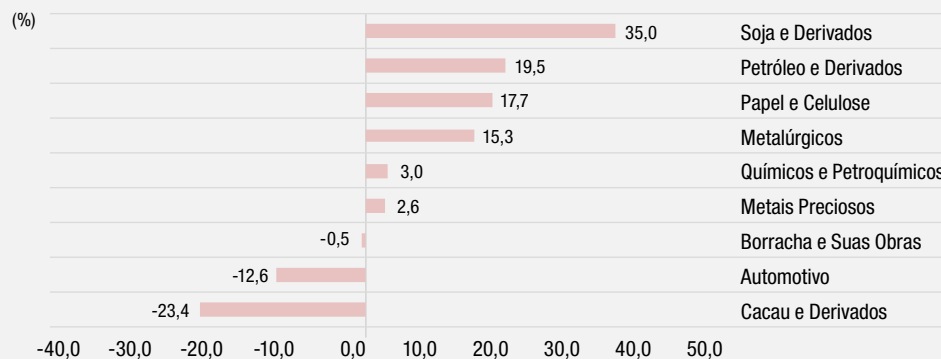


Fonte: MDIC – Brasil (2018a).

Elaboração: SEI/CAC.

(1) Variação acumulada no período, em relação ao mesmo período do ano anterior.

Gráfico 6
Exportações baianas – Principais segmentos – Jan.-dez. 2018

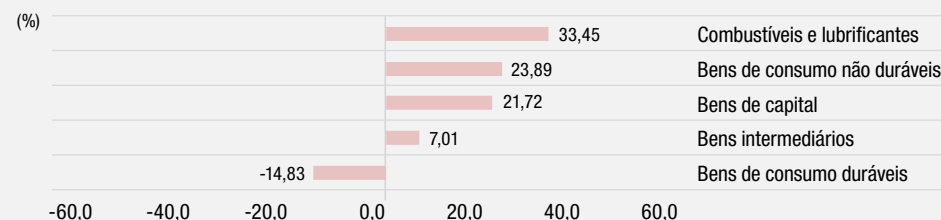


Fonte: Boletim de Comércio Exterior da Bahia (2018).

Elaboração: SEI/CAC.

Nota: dados coletados em 2/5/2018.

Gráfico 7
Importações baianas por categoria de uso – Jan.-dez. 2018



Fonte: Boletim de Comércio Exterior da Bahia (2018).

Elaboração: SEI/CAC.

Nota: dados coletados até 2/5/2018.

O varejo no estado baiano mostrou tímido desempenho. Diversos fatores contribuíram para esse resultado, como a restrição orçamentária e a desconfiança dos consumidores quanto ao comportamento da economia

No primeiro trimestre de 2019, as exportações baianas, com valor de US\$ 1,751 bilhão, registraram queda de 6,1%, e as importações, com valor de US\$ 1,875 bilhão, cresceram 28,6%. Com esse resultado, o saldo da balança comercial exibiu déficit de US\$ 123,6 milhões. As maiores quedas de exportações ocorreram nos segmentos Químicos e petroquímicos (-4,7%), Papel e celulose (-36,4%), Soja e derivados (-2,0%) e Automotivo (-54,8%) (BOLETIM DE COMÉRCIO EXTERIOR DA BAHIA, 2019)

SERVIÇOS E COMÉRCIO VAREJISTA

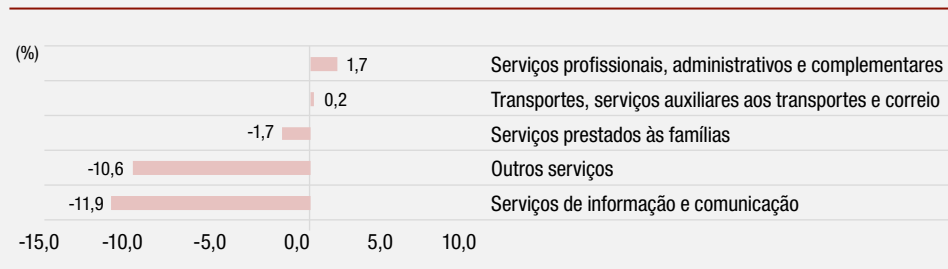
O valor adicionado de Serviços do estado registrou crescimento de 0,9% em 2018, na comparação com o ano anterior. O desempenho do setor, considerando-se as atividades com maior participação no valor adicionado, foi influenciado por Comércio (atacadista e varejista) (1,4%), Atividades imobiliárias (1,2%) e Administração pública (1,0%), enquanto que Transportes teve resultado negativo (-1,4%) (Gráfico 1).

Com base na Pesquisa Mensal de Serviços (2018) do IBGE, houve queda de 3,3% no volume de Serviços em 2018. Tal resultado foi atribuído à queda em três das cinco atividades do setor, como ilustrado no Gráfico 8, destacando-se Serviços de informação e comunicação (-11,9%), Outros serviços (-10,6%) e Serviços prestados às famílias (-1,7%). Os segmentos que apresentaram resultados positivos foram Serviços profissionais, administrativos e complementares (1,7%) e Transportes, serviços auxiliares aos transportes e correio (0,2%).

No primeiro trimestre de 2019, o setor Serviços acumulou acréscimo de 0,2% em relação ao mesmo período do ano anterior. Os segmentos Serviços profissionais, administrativos e complementares (4,5%) e Transportes, serviços auxiliares aos transportes e correio (4,6%) foram os únicos a contribuírem para o desempenho do setor. O resultado positivo verificado no primeiro trimestre de 2019 foi o primeiro desde dezembro de 2014 (PESQUISA MENSAL DE SERVIÇOS, 2019).

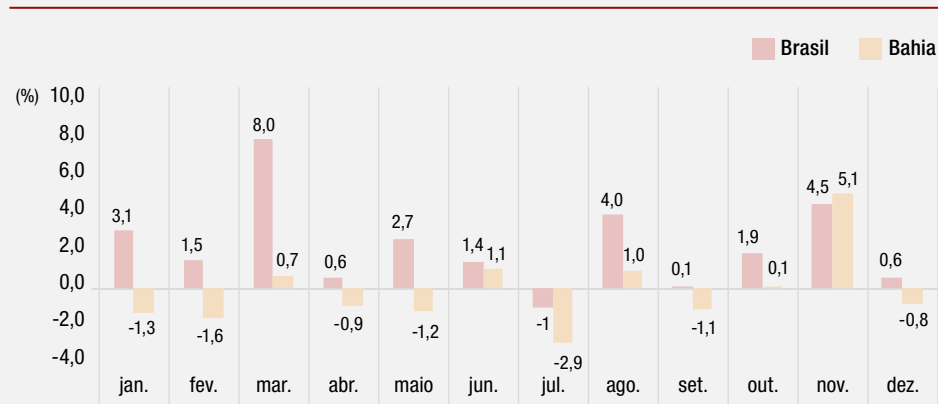
O Comércio varejista na Bahia teve, em 2018, vendas moderadas, mostrando, em alguns momentos, variações negativas. Em relação ao cenário nacional, que exibiu taxas positivas em quase todos os meses desse ano, como ilustrado no Gráfico 9, o varejo no estado baiano mostrou tímido desempenho. Diversos fatores contribuíram para esse resultado, como a restrição orçamentária e a desconfiança dos consumidores quanto ao comportamento da economia.

Gráfico 8
Volume de serviços – Bahia – Jan.-dez. 2018



Fonte: IBGE – Pesquisa Mensal de Serviços (2018).
Elaboração: SEI/CAC.

Gráfico 9
Volume de vendas do comércio varejista⁽¹⁾ – Brasil e Bahia – Jan.-dez. 2018



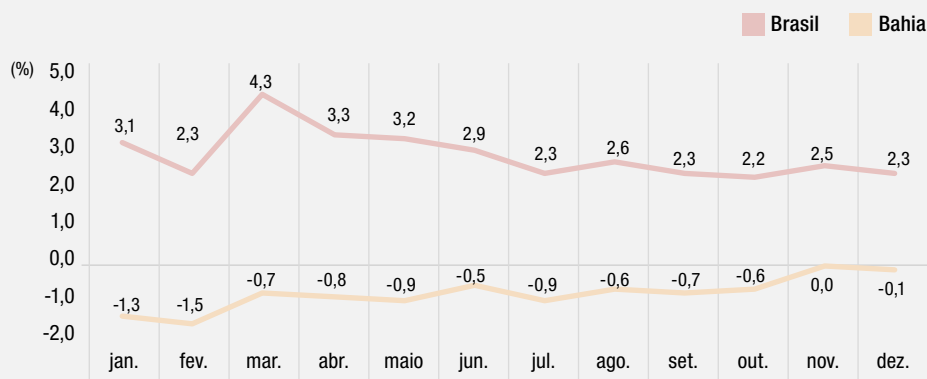
Fonte: IBGE – Pesquisa Mensal do Comércio (2018).
Elaboração: SEI/CAC.

(1) Variação do mês em relação ao mesmo mês do ano anterior.

Em 2018, com exceção dos meses de março, junho, agosto e novembro, todos os demais apresentaram comportamento negativo nas vendas do varejo. Na falta de uma sinalização positiva de mudança no cenário econômico, as pessoas ficaram mais cautelosas em comprometerem a sua renda. O aumento da incerteza provocou retração na demanda, pois os agentes econômicos ficaram cada vez mais temerosos em realizar gastos, comprometendo, assim, as vendas do setor.

Quando observado o volume de vendas no acumulado do ano, verifica-se que, em 2018, o varejo na Bahia teve comportamento díspare em relação ao nacional. Enquanto o país registrou um crescimento 2,3% no ano, na Bahia a taxa se manteve estável, com uma tendência de queda (-0,1%) (Gráfico 10).

Gráfico 10
Volume de vendas do comércio varejista⁽¹⁾ – Brasil e Bahia – Jan.-dez. 2018

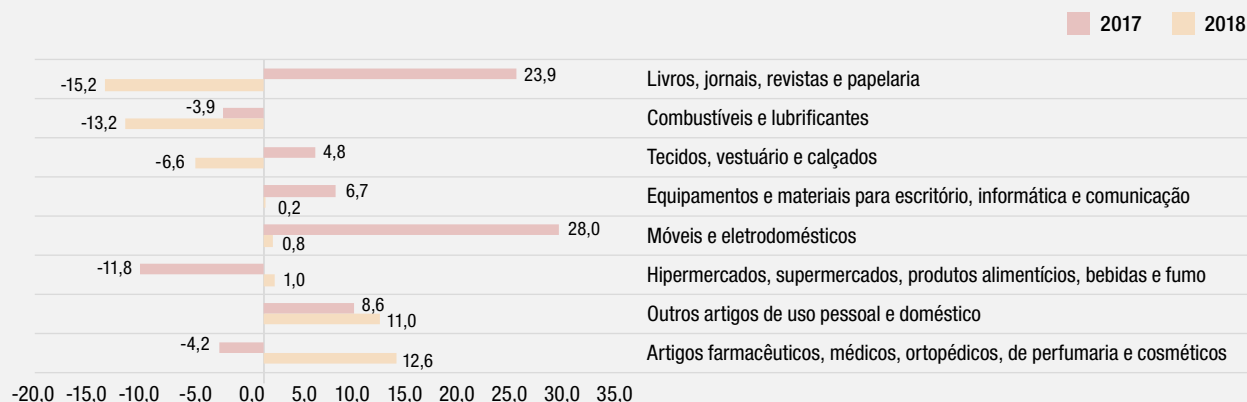


Fonte: IBGE – Pesquisa Mensal do Comércio (2018).

Elaboração: SEI/CAC.

(1) Variação acumulada no ano em relação ao mesmo período do ano anterior.

Gráfico 11
Volume de vendas do comércio varejista, segundo atividades⁽¹⁾ – Bahia – 2017/2018



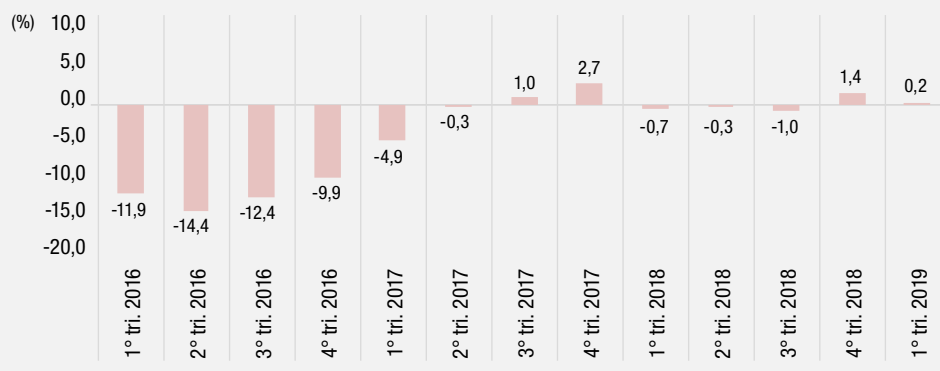
Fonte: IBGE – Pesquisa Mensal do Comércio (2018).

Elaboração: SEI/CAC.

(1) Variação acumulada no ano em relação ao mesmo período do ano anterior.

Quanto às atividades, observa-se que, em 2018, cinco dos oito segmentos que compõem o Indicador do Volume de Vendas registraram comportamento positivo, como ilustrado no Gráfico 11. Listados pelo grau de magnitude das taxas em ordem decrescente, têm-se Artigos farmacêuticos, médicos, ortopédicos, de perfumaria e cosméticos (12,6%), Outros artigos de uso pessoal e doméstico (11,0%), Hipermercados, supermercados, produtos alimentícios, bebidas e fumo (1,0%), Móveis e eletrodomésticos (0,8%) e Equipamentos e materiais para escritório, informática e comunicação (0,2%). Entretanto, as

Gráfico 12

Volume de vendas do comércio varejista⁽¹⁾ – Bahia – 1º tri. 2016-1º tri. 2019

Fonte: IBGE – Pesquisa Mensal do Comércio (2019).

Elaboração: SEI/CAC.

(1) Variação do trimestre em relação ao mesmo trimestre do ano anterior.

variações registradas não foram suficientes para reverter apatia que marcou o setor ao longo de 2018.

As atividades que registraram comportamento negativo foram Livros, jornais, revistas e papelaria (-15,2%), Combustíveis e lubrificantes (-13,2%), e Tecidos, vestuário e calçados (-6,6%) (Gráfico 11). No que diz respeito aos subgrupos, verifica-se que tiveram variações positivas Hipermercados e supermercados (2,4%) e Eletrodomésticos (2,8%), em contrapartida a uma taxa negativa de Móveis (-2,3%).

No Comércio ampliado, que inclui o varejo restrito e mais as atividades Veículos, motos, partes e peças e Material de construção, a variação no período foi positiva em 1,5%. O segmento Veículos, motos, partes e peças exibiu taxa de 6,8%, enquanto que em Material de construção as vendas caíram 0,6%.

A análise do volume de vendas no trimestre reforça a percepção de que o setor enfrenta um processo de arrefecimento que se prolonga já há vários trimestres (Gráfico 12). No quarto trimestre de 2018, a taxa de crescimento foi de 1,4%. Em linhas gerais, observa-se que as vendas do Comércio varejista refletiram, em 2018, a retração da atividade econômica do país, atingindo o setor nos primeiros meses de 2019.

No primeiro trimestre de 2019, verifica-se um movimento ainda tímido nas vendas baianas (0,2%). Em março de 2019, a taxa foi negativa de 4,3%,

Em 2018, o mercado de trabalho baiano manteve elevada a taxa de desemprego, mas o saldo de empregos formais foi positivo

quando comparado a igual mês de ano anterior. No varejo nacional, o volume de negócios caiu 4,5%, em relação à mesma base de comparação. Assim, diante de um cenário marcado por incertezas quanto à recuperação da atividade econômica, associadas à insegurança no tocante à condução da política econômica brasileira, a perspectiva para o setor nos próximos meses de 2019 é de taxas de crescimento em ritmo reduzido, com tendência, em alguns momentos, de queda no volume de negócios.

MERCADO DE TRABALHO

Em 2018, o mercado de trabalho baiano manteve elevada a taxa de desemprego, mas o saldo de empregos formais foi positivo. Esses indicadores podem ser verificados a partir da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (2018), do IBGE, e do Cadastro de Empregados e Desempregados (Caged), do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) (BRASIL, 2019).

A taxa de desocupação para a Bahia, apurada pela Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (2018) do IBGE, passou de 15,0%, no quarto trimestre de 2017, para 17,4%, no quarto trimestre de 2018, registrando aumento de 2,4 p.p. ao longo do período. Também ocorreu aumento da taxa de desocupação, de 1,2 p.p., no quarto trimestre de 2018, em comparação com o terceiro trimestre de 2018. A trajetória do índice de desocupação a partir de 2016 pode ser observada no Gráfico 13, no qual se verifica o elevado patamar do indicador no período.

Gráfico 13
Taxa de desocupação⁽¹⁾ – Bahia – 1º tri. 2016–4º tri. 2018



Fonte: IBGE – Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (2018).

Elaboração: SEI/CAC.

(1) Taxa de desocupação das pessoas de 14 anos ou mais de idade, na semana de referência.

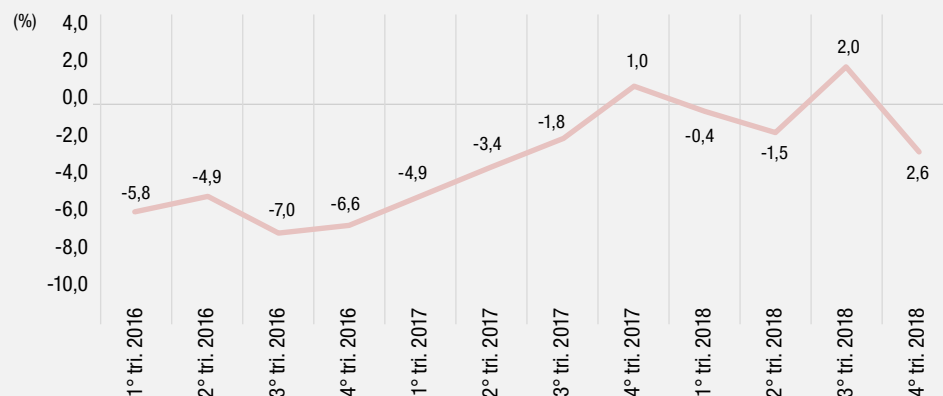
Com relação à taxa de participação na força de trabalho para a Bahia, houve decréscimo na comparação trimestral (4º trim.17/4º trim.18), passando de 58,8% para 58,4%. Já no quarto trimestre de 2018, se comparado ao período exatamente anterior, a taxa manteve-se estável em 58,4%.

A população ocupada na Bahia recuou 2,6% no quarto trimestre de 2018, em relação ao mesmo período do ano anterior, enquanto que, na média nacional, houve aumento de 1,0% na mesma comparação (Gráfico 14). No que diz respeito à distribuição setorial da população ocupada na Bahia, os resultados destacam, no confronto entre os ocupados do quarto semestre de 2017 e de 2018, o desempenho negativo dos segmentos Indústria geral (-7,2%), Agricultura, pecuária, produção florestal, pesca e aquicultura (-6,4%), Administração pública, defesa, seguridade social, educação, saúde humana e serviços sociais (-1,4%), Informação, comunicação e atividades financeiras, imobiliárias, profissionais e administrativas (-0,6%) e Construção (-0,4%). Por sua vez, destaca-se aumento em Comércio, reparação de veículos automotores e motocicletas (0,3%).

Na análise da população ocupada assalariada quanto à posição na ocupação, verificou-se que os empregados do setor privado no estado sem carteira assinada registraram expansão de 3,8% no quarto trimestre de 2018, em relação ao mesmo período do ano anterior. Os empregados do setor privado com carteira assinada, por sua vez, foram reduzidos em 1,0%.

Gráfico 14

Pessoas ocupadas(1)(2) – Bahia – 1º tri. 2016–4º tri. 2018



Fonte: IBGE – Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (2018).

Elaboração: SEI/CAC.

(1) Pessoas de 14 anos ou mais de idade, ocupadas na semana de referência.

(2) Variação em relação ao mesmo trimestre do ano anterior.

Os indicadores analisados apontaram melhora gradual do mercado de trabalho baiano em 2018, com leve recuperação dos empregos formais

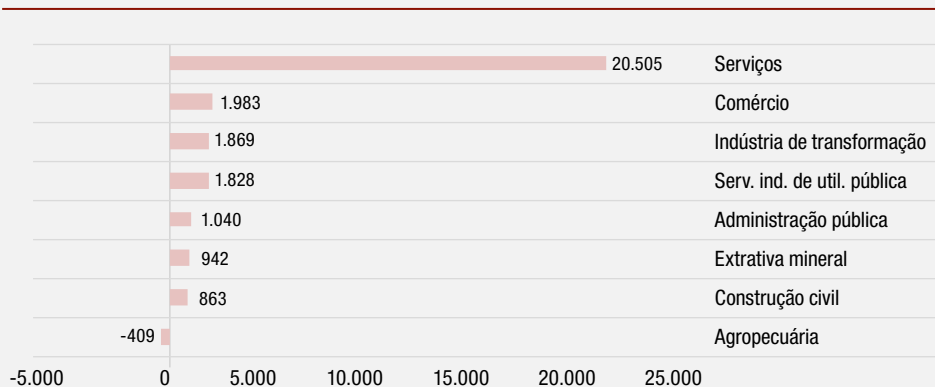
Na Bahia, o rendimento médio real (em todos os trabalhos) caiu para os ocupados (-0,2%), na comparação entre o quarto trimestre de 2018 e o mesmo período de 2017. Da mesma forma, a massa de rendimentos reais (em todos os trabalhos) reduziu-se em 2,3% na comparação entre o quarto trimestre de 2018 e o quarto trimestre de 2017, e aumentou 0,8% na comparação com o terceiro trimestre.

Quanto ao emprego formal, em 2018, a Bahia gerou 28.621 postos de trabalho, de acordo com os dados do Caged (BRASIL, 2018b) divulgados pelo Ministério do Trabalho e Emprego, o que corresponde à variação percentual do estoque de emprego de 1,73%, acima da média nacional (1,4%) e nordestina (1,3%). No país houve aumento de 529.554 postos, e no Nordeste, crescimento de 80.639 postos.

Considerando-se os dados desagregados setorialmente para o estado, dos oito setores de atividade, sete apresentaram saldos positivos, destacando-se Serviços, com 20.105 postos de trabalho. O único setor a registrar saldo negativo foi Agricultura, com perda de 409 postos de trabalho, de acordo com o Gráfico 15.

Os indicadores analisados apontaram melhora gradual do mercado de trabalho baiano em 2018, com leve recuperação dos empregos formais. Ressalta-se que, mesmo com o aumento dos postos de trabalho formal, as taxas de desemprego ainda são consideradas muito elevadas, e a população ocupada está em declínio.

Gráfico 15
Saldo de empregos formais por setor de atividade – Bahia – Jan.-dez. 2018



Fonte: MTE – Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (BRASIL, 2018b).

Elaboração: SEI/CAC. Dados divulgados em janeiro de 2019.

(1) Saldo líquido = admitidos e desligados. Todos os setores incluídos.

(2) Inclusive informações fora do prazo até novembro de 2018.

Em 2019, os dados disponíveis, no caso de emprego formal, indicam movimento positivo. No primeiro trimestre de 2019, o saldo foi de 11.179 postos de trabalho, resultado similar ao observado nesse mesmo período em 2018, quando o saldo foi de 11.129 postos de trabalho (BRASIL, 2019).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise da conjuntura macroeconômica revelou um cenário cheio de incertezas no que se refere às questões econômicas e a seus desdobramentos para o país e para a Bahia em 2018. O PIB brasileiro alcançou crescimento de 1,1% no ano de 2018, bem abaixo das expectativas do início do ano, quando o Banco Central sinalizava um crescimento para a economia brasileira de 2,9%, e o Fundo Monetário Internacional (FMI) estipulava que o Brasil crescería 1,8% no ano.

O cenário observado em 2018 foi um pouco melhor do que o verificado em 2017, haja vista os indicadores econômicos. Houve condições de continuidade do processo de recuperação gradual da economia, considerando-se a elevada capacidade ociosa na indústria e a retomada, ainda que lenta, do poder de compra das famílias, com os níveis de preços controlados – com taxa de 3,75%, em 2018, segundo o IPCA do IBGE (ÍNDICE DE PREÇOS AO CONSUMIDOR AMPLO, 2018). Ao mesmo tempo, houve manutenção da taxa Selic no patamar de 6,5% em 2018, o que propiciou condições favoráveis ao financiamento de despesas de consumo e investimento. Entretanto, a confiança de empresários e consumidores oscilou ao longo do ano e se arrefeceu a partir da paralisação dos transportes de cargas e com a indefinição do processo eleitoral, que culminou em uma retomada ainda mais lenta do que a esperada no início do ano.

As previsões para economia global são de crescimento do PIB em 2019 e 2020, com taxas de 3,3% e 3,6%, respectivamente, segundo o último relatório do FMI, de abril de 2019. Apesar das previsões positivas para a economia mundial, a expansão global está desacelerando, refletindo a escalada de tensões comerciais EUA-China; estresse macroeconômico na Argentina e Turquia; interrupções no setor automotivo na Alemanha; políticas de crédito mais rígidas na China; e aperto financeiro, ao lado da normalização da política monetária nas maiores economias avançadas. A provável desaceleração global pode se traduzir em impactos negativos nos termos de troca, afetando o mercado de *commodities* brasileiro, piorando a situação das contas públicas e, conseqüentemente, traduzindo-se em menor crescimento da taxa do PIB nacional.

Para 2019, as expectativas do mercado financeiro para o PIB nacional são de aumento de 1,24%, segundo o Boletim Focus, divulgado em 17 de maio deste ano (BANCO CENTRAL DO BRASIL, 2019a). Em 28 de dezembro, essa taxa estava projetada em 2,55%. A inflação esperada é de 4,07%, dentro da meta estipulada pelo Conselho Monetário Nacional. Ainda segundo o Boletim Focus, a taxa Selic deverá manter-se em 6,5% em 2019, patamar favorável ao financiamento de despesas de consumo e investimento, desde que associada à melhora na confiança dos agentes. A confiança da indústria apresentou avanço no mês de abril, mas não conseguiu recuperar os níveis obtidos no primeiro semestre de 2018. Ao mesmo tempo, a confiança do consumidor, que manteve trajetória de crescimento a partir de setembro de 2018, recuou por três meses consecutivos entre fevereiro e abril, influenciada por uma reavaliação das expectativas, que estavam otimistas após as eleições. O baixo nível na confiança dos empresários e dos consumidores está relacionado à decepção com a lenta recuperação econômica e com a manutenção de níveis elevados de incerteza. Diante disso, as previsões para o consumo e investimento são modestas.

Na Bahia, as expectativas para 2019 estão condicionadas à retomada mais forte de crescimento da Indústria, que tem a seu favor a elevada capacidade ociosa e grande demanda por infraestrutura. Porém, diante do cenário apresentado no primeiro trimestre do ano, presume-se que a produção industrial seja impactada pela queda da demanda interna, influenciada pelos piores níveis de confiança e pelo baixo nível de emprego e de renda. Os resultados para o primeiro trimestre indicam que o ritmo de atividade do setor mantém-se lento, e que há certa desconfiança quanto à possibilidade de uma aceleração expressiva nos próximos meses. O setor mostra sinais de estar em movimento de espera frente aos níveis ainda elevados de incerteza econômica.

As perspectivas para os setores de Serviços e Comércio dependem do aumento da renda agrícola e industrial, associado à manutenção da inflação dentro da meta e à taxa de juros mais baixa. Há expectativas de que um recuo na taxa de juros e a redução no custo do crédito favoreçam o financiamento para aquisição de bens duráveis, como automóveis e eletrodomésticos, mas esse aumento do consumo será limitado pelo grau de endividamento das famílias. No entanto, os resultados para o primeiro trimestre de 2019 indicam um consumo muito abaixo das expectativas, observado na queda de 2,1% no volume de vendas do comércio varejista ampliado, atribuída, principalmente, à redução de 7,0% nas vendas de automóveis no período.

Por sua vez, a contribuição da Agropecuária deverá ser negativa, em decorrência da forte estiagem no início do ano, que prejudicou a lavoura, em especial as principais colheitas de grãos: soja e milho.

Por fim, o cenário para 2019 ainda é incerto. O principal desafio do governo federal é a grave situação fiscal. O crescimento mais forte da atividade econômica está condicionado a um ajuste fiscal e a uma retomada dos investimentos em infraestrutura. O equilíbrio nas contas públicas, em busca de solidez fiscal, é também o grande desafio para os estados e municípios do país. Na política monetária, o sentimento com o novo governo é de continuidade da estratégia em curso nos últimos dois anos.

Todavia, deve-se estar atento às recentes movimentações na economia mundial que podem se tornar obstáculos para o cenário em curto/médio prazo. Neste ponto, ressalta-se o risco da desaceleração global; as dificuldades da economia da Argentina, que já exercem forte efeito sobre as exportações baianas, principalmente de automóveis; e questões de natureza geopolítica, como o Brexit, as sanções contra o Irã, o conflito entre Itália e Comissão Europeia em torno do desequilíbrio fiscal naquele país e o risco de guerra comercial entre as duas maiores potências do mundo.

REFERÊNCIAS

ACOMPANHAMENTO DA SAFRA BAIANA. Salvador: SEI, dez. 2018. Disponível em: http://www.sei.ba.gov.br/images/indicadores_especiais/pdf/safras/safras_dez_2018.pdf. Acesso em: 6 maio 2019.

ACOMPANHAMENTO DA SAFRA BAIANA. Salvador: SEI, abr. 2019. Disponível em: http://www.sei.ba.gov.br/images/indicadores_especiais/pdf/safras/safras_abr_2019.pdf. Acesso em: 6 maio 2019.

AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS. *Dados estatísticos mensais*: processamento de petróleo e produção de derivados. Brasília: ANP, dez. 2018. Disponível em: <http://www.anp.gov.br/dados-estatisticos>. Acesso em: 10 maio 2019.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. *Focus*: relatório de mercado. Brasília: BCB, maio 2019a. Disponível em: <https://www.bcb.gov.br/pec/GCI/PORT/readout/R20180831.pdf>. Acesso em: 20 maio 2019.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. *Notas econômico-financeiras para imprensa*: estatísticas fiscais. Brasília: BCB, mar. 2019b. Disponível em: <https://www.bcb.gov.br/estatisticas/estatisticasfiscais>. Acesso em: 17 maio 2019.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. *Notas econômico-financeiras para imprensa*: estatísticas do setor externo. Brasília: BCB, mar. 2019c. Disponível em: <https://www.bcb.gov.br/estatisticas/estatisticassetorexterno>. Acesso em: 17 maio 2019.

BOLETIM DE COMÉRCIO EXTERIOR DA BAHIA. Salvador: SEI, dez. 2018. Disponível em: http://www.sei.ba.gov.br/images/releases_mensais/pdf/bce/bce_dez_2018.pdf. Acesso em: 10 maio 2019.

BOLETIM DE COMÉRCIO EXTERIOR DA BAHIA. Salvador: SEI, mar. 2019. Disponível em: http://www.sei.ba.gov.br/images/releases_mensais/pdf/bce/bce_mar_2019.pdf. Acesso em: 10 maio 2019.

BOLETIM MENSAL DO CAGED. Salvador: SEI, dez. 2018. Disponível em: http://www.sei.ba.gov.br/images/releases_mensais/pdf/caged/rel_CAGED_dez18.pdf. Acesso em: 10 maio 2019.

BOLETIM MENSAL DO CAGED. Salvador: SEI, mar. 2019. Disponível em: http://www.sei.ba.gov.br/images/releases_mensais/pdf/caged/rel_CAGED_mar19.pdf. Acesso em: 10 maio 2019.

BRASIL. Ministério da Economia, Indústria, Comércio Exterior e Serviços. *Comércio exterior*. Brasília: MDIC, 2018a. Disponível em: <http://www.mdic.gov.br/index.php/comercio-exterior/estatisticas-de-comercio-exterior/comex-vis>. Acesso em: 13 maio 2019.

BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. *Cadastro Geral de Empregados e Desempregados*. Brasília: MTE, dez. 2018b. Disponível em: <http://pdet.mte.gov.br/caged>. Acesso em: 14 maio 2019.

BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. *Cadastro Geral de Empregados e Desempregados*. Brasília: MTE, mar. 2019. Disponível em: <http://pdet.mte.gov.br/caged>. Acesso em: 14 maio 2019.

CONTAS NACIONAIS TRIMESTRAIS: indicadores de volume e valores correntes. Rio de Janeiro: IBGE, out./dez. 2018. 4º trimestre. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/2121/cnt_2018_4tri.pdf. Acesso em: 6 maio 2019.

ÍNDICE NACIONAL DE PREÇOS AO CONSUMIDOR AMPLO. Rio de Janeiro: IBGE, dez. 2018. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/236/inpc_ipca_2018_dez.pdf. Acesso em: 3 maio 2019.

ÍNDICE NACIONAL DE PREÇOS AO CONSUMIDOR AMPLO. Rio de Janeiro: IBGE, abr. 2019. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=7236>. Acesso em: 16 maio 2019.

INFORMATIVO PIB TRIMESTRAL. Salvador: SEI, v. 9, n. 4, out./dez. 2018. Disponível em: http://www.sei.ba.gov.br/images/pib/pdf/estadual/trimestral/bol_PIB_trim_2018_4.pdf. Acesso em: 2 maio 2019.

INTERNATIONAL MONETARY FUND. *World economic outlook: growth slowdown, precarious recovery*. Washington: IMF, abr. 2019. Disponível em: <https://www.imf.org/en/Publications/WEO/Issues/2019/03/28/world-economic-outlook-april-2019>. Acesso em: 3 maio 2019.

LEVANTAMENTO SISTEMÁTICO DA PRODUÇÃO AGRÍCOLA. Rio de Janeiro: IBGE, dez. 2018. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/2415/epag_2018_dez.pdf. Acesso em: 3 maio 2019.

LEVANTAMENTO SISTEMÁTICO DA PRODUÇÃO AGRÍCOLA. Rio de Janeiro: IBGE, abr. 2019. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/2415/epag_2019_abr.pdf. Acesso em: 3 maio 2019.

PARAPANEMA. Divulgação dos resultados do 4º trimestre. Disponível em: <https://www.paranapanema.com.br/show.aspx?idMateria=W7iwaoeBlgLKMvWXplq0EQ==>. Acesso em: 17 maio 2019.

PESQUISA INDUSTRIAL MENSAL: produção física: regional. Rio de Janeiro: IBGE, dez. 2018. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/229/pim_pfr_2018_dez.pdf. Acesso em: 10 maio 2019.

PESQUISA INDUSTRIAL MENSAL: produção física: regional. Rio de Janeiro: IBGE, mar. 2019. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/229/pim_pfr_2019_mar.pdf. Acesso em: 10 maio 2019.

PESQUISA MENSAL DE COMÉRCIO. Rio de Janeiro: IBGE, dez. 2018. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/230/pmc_2018_dez.pdf. Acesso em: 16 maio 2019.

PESQUISA MENSAL DE COMÉRCIO. Rio de Janeiro: IBGE, mar. 2019. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/230/pmc_2019_mar.pdf. Acesso em: 16 maio 2019.

PESQUISA MENSAL DE SERVIÇOS. Rio de Janeiro: IBGE, dez. 2018. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/2419/pms_2018_dez.pdf. Acesso em: 16 maio 2019.

PESQUISA MENSAL DE SERVIÇOS. Rio de Janeiro: IBGE, mar. 2019. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/2419/pms_2019_mar.pdf. Acesso em: 16 maio 2019.

PESQUISA NACIONAL POR AMOSTRA DE DOMICÍLIOS CONTÍNUA. Rio de Janeiro: IBGE, out./dez. 2018. 4º trimestre. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/2421/pnact_2018_4tri.pdf. Acesso em: 15 maio 2019.

SISTEMA NACIONAL DE ÍNDICES DE PREÇOS AO CONSUMIDOR. Rio de Janeiro: IBGE, dez. 2018. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/236/inpc_ipca_2018_dez.pdf. Acesso em: 6 maio 2019.



Marcus Cavalcanti

PANORAMA E PERSPECTIVAS DA INFRAESTRUTURA NA BAHIA

Atual secretário estadual da Infraestrutura, Marcus Cavalcanti é funcionário de carreira, gestor público por concurso. Sua gestão tem sido propulsora de soluções na área de infraestrutura e tem sido um grande incentivador das ações promovidas pelo Instituto Politécnico da Bahia (IPB). Com ampla atividade em órgãos da administração pública do estado da Bahia, integrando diversos Conselhos, Marcus Cavalcanti ingressou na vida pública em 1979.



SEI – A INFRAESTRUTURA É DE FUNDAMENTAL IMPORTÂNCIA PARA A GERAÇÃO DE UM AMBIENTE PROPÍCIO AO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, ALÉM DA REDUÇÃO DAS DESIGUALDADES SOCIAIS. COMO O SENHOR VÊ A ATUAÇÃO DA SEINFRA NOS ÚLTIMOS ANOS EM RELAÇÃO A ESSES OBJETIVOS?

Marcus Cavalcanti – Nos últimos quatro anos, a Secretaria de Infraestrutura recuperou 5 mil quilômetros de rodovias baianas, o que proporciona uma melhoria na logística, escoamento de produção e qualidade de vida da população. Recuperamos mais de 30 aeródromos e pistas de pouso, garantindo a chegada de UTIs aéreas, incentivando o agronegócio e facilitando o deslocamento em um estado tão vasto como a Bahia. Como temos uma geografia onde os rios cortam as cidades, temos nas pontes, muitas vezes, a única forma de deslocamento e desenvolvimento econômico. Nos últimos cinco anos, construímos mais de 15 equipamentos e outros cinco estão em andamento atualmente. Mudamos completamente a realidade da Região Metropolitana de Salvador. Nos últimos anos, a região passou por mais de 15 intervenções, algumas delas estruturais e que possibilitaram uma modificação no sistema viário e, também, das vias do polo de Camaçari e de Dias D'Ávila.

SEI – QUAIS AS AÇÕES REALIZADAS SOB SUA GESTÃO QUE CONTRIBUÍRAM PARA O CRESCIMENTO DA ECONOMIA BAIANA?

MC – Dentre as ações realizadas pela Seinfra estão a recuperação de cinco mil quilômetros de rodovias baianas, a construção do novo aeroporto em Vitória da Conquista, que será entregue ainda neste primeiro semestre e que coloca a Bahia como o único estado a realizar este feito nos últimos 10 anos. Também cito a implantação da Via Metropolitana e obras do contorno de Candeias e da Via Atlântica, na Região Metropolitana de Salvador (RMS), que trouxeram desenvolvimento para a região, a construção da nova rodoviária, na região de Águas Claras, que será um grande vetor de crescimento, e recuperação da BA-052, conhecida como Estrada do Feijão, através de PPP, que também vai levar à construção de uma ponte que vai ligar Barra a Xique-Xique. Destaco a primeira ponte estaiada da Bahia, a Ilhéus-Pontal, que é uma demanda da região sul e que vai melhorar a atração turística, já que a ponte antiga sobre o Rio Cachoeira não suportava o grande fluxo de visitantes, principalmente durante o verão.

Também atuamos no fomento da energia sustentável. A capacidade instalada através das fontes hídrica, biomassa e, principalmente, solar e eólica já representa 88% da matriz elétrica do estado. E temos o Fala Bahia, projeto que levará sinal de telefonia móvel para mais de 300 mil habitantes de 88 localidades rurais baianas. Todas essas ações são estruturantes e garantem o crescimento econômico e social para o estado.

SEI – SABEMOS QUE OS GARGALOS NA INFRAESTRUTURA SÃO OS QUE IMPEDEM A ECONOMIA DE CRESCER A TAXAS MAIS ELEVADAS. NA BAHIA, ONDE ESTÃO LOCALIZADOS OS PRINCIPAIS GARGALOS DA INFRAESTRUTURA?

MC – A Bahia tem uma extensão territorial equivalente ao tamanho da França. E dos 18 mil quilômetros de estradas, 12 mil são pavimentados. A dimensão física, por extensão territorial, requer obras que demandam mais investimentos, muitos deles atrelados à flutuação econômica e cambial, como, por exemplo, a produção de asfalto, que utiliza derivados de petróleo. Conseguimos driblar essa barreira com grandes empréstimos nos últimos anos, entre eles do Banco Mundial e do Banco do Brasil. Outro ponto de gargalo foi a paralisação das obras das linhas de transmissão, que impediu o escoamento da produção de energia. Com a retomada, estamos caminhando para sermos líderes nesse mercado no país.

SEI – NO BIÊNIO 2017-2018, A AGROPECUÁRIA BAIANA CRESCEU 29,5%. COMO O TRABALHO NA INFRAESTRUTURA DO ESTADO PODERIA ELEVAR AINDA MAIS A COMPETITIVIDADE DESSE SETOR?

MC – O agronegócio tem um peso importante para o PIB baiano, e o estado busca colaborar para a ampliação desse crescimento. A recuperação do sistema viário da BA-052 faz parte desse processo de crescimento. Ao todo serão recuperados 547 quilômetros (de Feira de Santana a Xique-Xique, com 462 km, e de Xique-Xique a Barra, com 85 km), além da construção da ponte sobre o Rio São Francisco, que vai otimizar o tempo de viagem entre Xique-Xique e Barra. O investimento total é de R\$ 705 milhões, ao longo de 20 anos de concessão. Essa obra, que é uma PPP, vai facilitar o acesso para o oeste, encurtar o acesso à linha de produção com o Nordeste do Brasil e dar uma garantia de escoamento de toda a safra que existe nas cidades próximas a Irecê, com a grande produção de cebola, de álcool, e de toda carga que vem da região, além de facilitar a logística do escoamento com os portos baianos. Também está sendo feita a recuperação do Anel da Soja. Os serviços estão em andamento em mais de 400 quilômetros, incluindo trechos em cidades da região, como São Desidério e Formosa do Rio Preto, além da região de Coaceral.

SEI – O SETOR PORTUÁRIO É UM VETOR DE DESENVOLVIMENTO PARA TODO O ESTADO. QUAIS MEDIDAS PODEM SER ADOTADAS PARA MELHORAR A EFICIÊNCIA DOS PORTOS BAIANOS?

MC – O governo federal precisa tomar a decisão de licitar os terminais do Porto de Aratu, que necessitam de investimentos para sua ampliação ou recuperação. O Porto de Aratu é o maior porto industrial do estado da Bahia e necessita de investimentos para que ele possa manter o tráfego de insumos, principalmente, para o polo petroquímico. Também precisamos definição para um novo terminal de regaseificação. O terminal

existente, de propriedade da Petrobras, tem dificuldade de compartilhamento para a importação de gás liquefeito, o que melhoraria o preço do gás que é vendido na Bahia e melhoraria a competitividade econômica da indústria da Bahia.

Outro ponto de entrave indireto para a parte portuária é a licitação da FIOLE (Ferrovia Oeste-Leste). A previsão é de ser licitada até o final do ano, o que destravaria o gargalo para a construção do Porto Sul. Temos que definir também alguns investimentos no Porto de Ilhéus, começar a discutir com o governo federal um acesso rodoviário, que seria o acesso norte da cidade de Ilhéus, além de licitações diárias para o Porto de Malhado.

SEI – NÓS TEMOS DUAS OBRAS DE INFRAESTRUTURA FUNDAMENTAIS PARA O CRESCIMENTO DA ECONOMIA BAIANA: FERROVIA DE INTEGRAÇÃO OESTE-LESTE E PONTE SALVADOR-ITAPARICA. QUAIS AS PERSPECTIVAS DE CONCLUSÃO DA PRIMEIRA E DE INÍCIO DA SEGUNDA?

MC – O projeto de parceria público-privada (PPP) para construção e operação da Ponte Salvador-Itaparica já passou por audiência pública, ocorrida em 21 de março, e por consulta pública, que foi encerrada em 29 de março. Agora a etapa é de elaboração do edital com as sugestões feitas ao longo dos dois processos citados, e a nossa previsão é de lançar o edital neste primeiro semestre. A implantação da ponte será um elo integrador entre a capital, a Ilha de Itaparica e as regiões do baixo sul, Recôncavo e oeste. Além da ponte, a PPP prevê a inclusão dos acessos a ela em Salvador e Vera Cruz e a construção de um novo trecho de 9,3 quilômetros na BA-001, que vão compor o contorno da zona urbana de Vera Cruz. Também faz parte do projeto o trecho da BA-001 entre a interseção do novo contorno e a Ponte do Funil, que deverá ser duplicada, mantida e operada pela concessionária que vencer a futura licitação.

SEI – AINDA EM RELAÇÃO A ESSAS DUAS OBRAS, COMO O SENHOR DEFINE OS IMPACTOS DIRETOS E INDIRETOS SOBRE AS REGIÕES DA BAHIA?

MC – A construção da Ponte Salvador-Ilha de Itaparica vai reconfigurar a rede urbana e a logística da região por passar a ser um novo vetor de desenvolvimento do estado. Vai reduzir o tempo de deslocamento, beneficiando de imediato 250 municípios e 10 milhões de pessoas das regiões oeste, sudoeste, sul e extremo sul. Além disso, a ponte vai proporcionar ainda mais desenvolvimento da agricultura e aquecimento de polos navais, centros de distribuição, redes hoteleiras, aeroportos e educação, com a possibilidade de chegada de novas universidades. Sem falar nas melhorias na área da saúde.

SEI – A BAHIA É O QUINTO ESTADO DA FEDERAÇÃO EM EXTENSÃO, POR ISSO DEMANDA UMA QUANTIDADE DE OBRAS DE INFRAESTRUTURA CONSIDERÁVEL, PARA ASSEGURAR UM CRESCIMENTO COMPATÍVEL COM AS NECESSIDADES ECONÔMICAS E SOCIAIS DO ESTADO. COMO COMPATIBILIZAR ESSA CRESCENTE DEMANDA DIANTE DA RESTRIÇÃO ORÇAMENTÁRIA DOS ÚLTIMOS ANOS?

MC – Conseguimos reduzir os custos de implantação e manutenção de estradas por meio do Premar. Com a manutenção sendo feita pela empresa que ganha o direito de construir, evitamos mais gastos no processo, além de termos feito estudos e análises periódicas sobre o andamento dessas obras. Ainda nessa fase do Premar, conseguimos uma redução tamanha do investimento que possibilitará uma inclusão de mais 700 km sem termos de viabilizar novos recursos, ou seja, é a utilização consciente dos recursos públicos em favor dos cidadãos.

SEI – OBRAS DE INFRAESTRUTURA, COMO SABEMOS, EXIGEM UM VOLUME CONSIDERÁVEL DE RECURSOS. DIANTE DA RECESSÃO E DA CRISE FISCAL PELA QUAL PASSA O PAÍS, DE ONDE VIRIAM OS RECURSOS PARA REALIZAR ESSA E OUTRAS OBRAS DE INFRAESTRUTURA, INDISPENSÁVEIS PARA ASSEGURAR UM CRESCIMENTO COMPATÍVEL COM AS NECESSIDADES ECONÔMICAS E SOCIAIS DO ESTADO?

MC – Há quatro anos, no primeiro mandato do governador Rui Costa, nós criamos o Fundo Estadual Logístico de Transporte, que dá alguns recursos para manutenção de rodovias do estado. A crise econômica fez com que a arrecadação da CIDE caísse para a metade do valor que nós recebíamos. Então, neste ano, estamos recebendo metade do que recebemos em 2018. Em função da crise fiscal, estamos buscando empréstimos pra que continuemos mantendo o nível de investimento necessário para o crescimento da economia da Bahia, além de procurar a criação de fundos garantidores para que possamos fazer investimentos através de concessões ou de parcerias público-privadas, como o caso mais recente da Estrada do Feijão e do projeto que nós estamos fazendo da Ponte Salvador-Ilha de Itaparica. Também estamos trabalhando no projeto de concessão ou PPP para construção do novo aeroporto de Porto Seguro. Nossa meta é licitarmos no próximo ano.

SEI – O QUE É NECESSÁRIO PARA INTEGRAR AS DIVERSAS REGIÕES DO ESTADO PARA MELHORAR A CIRCULAÇÃO RODOVIÁRIA E O ESCOAMENTO DA PRODUÇÃO?

MC – Basicamente, as rodovias de passagem do estado da Bahia são federais. Nós temos atrasos nas obras de duplicação da BR-116 Norte, que está paralisada; na duplicação da BR-101 Norte, que vem de Sergipe, passando por Entre Rios, Alagoinhas até Feira de Santana, por atrasos em função dos poucos recursos do governo federal; além da Via Bahia, que é uma concessão federal ainda não cumprida; e tem atraso na meta de duplicação da BR-116 Sul, que vai até Minas Gerais. Ou seja, são situações que dificultam o trânsito de mercadorias. Além disso, temos uma indefinição do

que vai ser feito com o contrato da FCA (Ferrovia Centro-Atlântica), concessionária da malha ferroviária do estado da Bahia. Tem uma multa aplicada na ANTT, com valores de sete, oito anos atrás, em torno de R\$ 900 milhões, e o pleito da Bahia é que esse valor seja integralmente investido na construção de um novo ramal da ferrovia, indo a Feira de Santana descendo até Itatim e Castro Alves, evitando a passagem por Cachoeira e São Félix, e permitindo que Feira de Santana seja um novo centro rododiferroviário de integração de intermodalismo, tendo em vista que Feira é o maior entroncamento rodoviário do Norte-Nordeste.

SEI – RECENTEMENTE, OS GOVERNADORES DO NORDESTE CRIARAM UM CONSÓRCIO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL. QUAIS OS REBATIMENTOS DESSA INICIATIVA SOBRE A INFRAESTRUTURA DA BAHIA E DO NORDESTE?

MC – O governador Rui Costa, primeiro presidente do consórcio, e nós estamos estudando um plano logístico do Nordeste. Só dois estados nordestinos possuem esse plano, e a Bahia é um deles. Vamos repassar essa experiência para construir um plano logístico do Nordeste. Nós temos não só integração do Nordeste com o resto do país, mas muitas vezes integração entre regiões da Bahia com regiões de outros estados do Nordeste, o que facilita o escoamento da produção, o acesso a serviços de saúde pública, de educação, mas o impacto importante é que a gente tenha em mente qual é o pensamento do Nordeste no projeto de integração logística da região internamente e com o resto do Brasil e do mundo.

SEI – AS AÇÕES DE INTEGRAÇÃO COM O GOVERNO FEDERAL PARA REALIZAÇÃO DE OBRAS EM PARCERIAS ESTÃO PARADAS OU ATRASADAS. QUANDO SERÃO RETOMADAS?

MC – Atualmente, a Seinfra não possui obras paradas por conta de repasse de recursos. Na verdade, o que temos são obras que infelizmente não conseguimos dar início por aguardarem algum tipo de liberação ou aprovação por parte do governo federal, o que impacta diretamente a questão da ampliação do que já temos feito. Por exemplo, poderíamos dobrar o número de vias recuperadas em toda a Bahia por meio de um empréstimo com o BEI, que está parado. Outro fator são investimentos mais estruturantes, como aeroportos, cujos projetos estão aguardando revisão do governo, a exemplo de Ilhéus e Porto Seguro.

SEI – QUAL É A VISÃO DO SENHOR EM RELAÇÃO ÀS PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS (PPP) E CONCESSÕES? ESSE É UM NOVO CAMINHO PARA OS INVESTIMENTOS EM INFRAESTRUTURA?

MC – Sem dúvida é uma forma de investimento, pela qual o setor privado vai captar recursos e investir em obras de infraestrutura que tenham rentabilidade através de tarifa ou através de parcerias público-privadas. Os investimentos ficam mais baratos em termos econômicos e possibilitam que

sejam geridos com foco na eficiência. Temos experiências exitosas na Bahia na área de infraestrutura, como o metrô, alguns aeroportos, como os de Porto Seguro, Vitória da Conquista e Salvador, e é o que defendemos para o setor aeroportuário, um aumento dos investimentos do setor privado. É um caminho positivo que devemos perseguir e utilizar cada vez mais, além de aprimorar esses mecanismos.

SEI – QUAL É A SUA VISÃO ECONÔMICA E SOCIAL DA BAHIA NOS PRÓXIMOS CINCO ANOS, CASO AS OBRAS DE INFRAESTRUTURA SEJAM CONCLUÍDAS?

MC – A Bahia está tendo uma posição econômica e social descolada do resto do Brasil, não só em infraestrutura, mas nas diversas áreas, o que confere uma posição de destaque e de diferencial em relação aos outros estados do Brasil. A nossa preocupação é que a infraestrutura seja um facilitador do desenvolvimento econômico e social. Nós temos preocupações com a integração, por exemplo, com as construções das policlínicas, para que os municípios tenham acesso fácil às unidades. Nos últimos 10, 15 anos, passamos a ter universidades no interior, nas regiões oeste e sudoeste, por exemplo, e precisamos possibilitar o deslocamento dos estudantes, além de permitir o desenvolvimento social mais justo no interior da Bahia.



UM OLHAR SOBRE A ATUAÇÃO DE ATRAVESSADORES E COOPERATIVAS DE AGRICULTORES NA PRODUÇÃO DE MAMONA NO SEMIÁRIDO BAIANO¹

Alynson dos Santos Rocha
Doutor em Geografia e mestre em Economia, pela Universidade Federal da Bahia (UFBA). Professor adjunto da Faculdade de Economia da Universidade Federal da Bahia.
alynson@ufba.br.

ESTE ARTIGO tem como objetivo analisar a atuação de atravessadores e cooperativas de agricultores na dinâmica da produção e comercialização da mamona no semiárido baiano. Analisa-se o caso da produção no município de Morro do Chapéu entre os anos de 2015 e 2017, no âmbito do Programa Nacional de Produção e Uso de Biocombustíveis (PNPB). A iniciativa do governo federal, conjuntamente com a participação de diversas instituições – capitaneadas pela Petrobras – no início dos anos 2000 implantou instrumentos e estratégias que privilegiavam o agricultor familiar em todas as regiões do país. A obrigatoriedade de aquisições oriundas da agricultura familiar pelo segmento processador das matérias-primas, aglutinadas sob o selo combustível social (SCS), as ações para garantia de mercados e assistência técnica aos agricultores

¹ Este trabalho é derivado da tese de doutoramento “Agrodiesel e sistemas de produção de mamona no município de Morro do Chapéu (Bahia), safra 2015-2016”, defendida em setembro de 2017, no Instituto de Geociências da UFBA, pelo autor, para obtenção do grau de doutor em Geografia.



e a definição de um cronograma de adições de agrodiesel aos combustíveis fósseis pareciam conduzir o programa a resultados positivos. Tais resultados atenderiam demandas antigas dos agricultores, particularmente a inclusão de áreas então bastante fragilizadas socioeconomicamente.

Pretende-se aqui fazer um breve retrospecto das ações do PNPB, resgatando as situações enfrentadas, como a dominação da produção de agrodiesel no Brasil por grandes complexos graníferos (soja) e sucroalcooleiros (cana-de-açúcar), além questões produtivas mais imediatas, a exemplo das estiagens prolongadas que afetam a produção agrícola no semiárido brasileiro e baiano em particular. Some-se o gradual vácuo das ações das instituições oficiais ligadas ao PNPB – Petrobras e sua subsidiária, a PBio – e das cooperativas locais, o que reforçou a atuação do atravessador na dinâmica da produção e, principalmente, na comercialização da mamona. É consenso que a formalização das atividades no âmbito do PNPB pretendia enfraquecer a ação dos atravessadores. Entretanto, essa mesma formalização (burocratização) das relações de produção/comercialização da mamona é apontada como elemento fortalecedor desses intermediários (geralmente informais, porém de alcance mais ágil), levando a quebras de contrato entre agricultores, Petrobras e PBio e restringindo ainda mais a participação dessas últimas.

Portanto, o agrodiesel de mamona, apesar do PNPB, não foi capaz de eliminar completamente a figura do atravessador na dinâmica produtiva. Fornecendo crédito rápido aos agricultores, máquinas e equipamentos e, não raro, responsabilizando-se pela comercialização da produção, esse personagem consegue não apenas permanecer atuando como, frequentemente, intensificar sua prática, em resposta às lacunas deixadas pelos órgãos oficiais. Cooperativas de agricultores familiares têm o importante papel de disseminação das exigências e assistências técnicas da produção, das sementes selecionadas à disposição das lavouras – funções exercidas também por instituições privadas. Entretanto, ao enfrentarem dificuldades gerenciais, administrativas e financeiras, as cooperativas restringem suas atividades e, frequentemente, apenas indicam a representantes de instituições privadas (e/ou aos atravessadores) a existência de mamona a ser comercializada, pois a falta de recursos as impede de captarem a produção em áreas distantes das sedes municipais e, conseqüentemente, com custos logísticos elevados.

ANTECEDENTES: O PNPB E A PRODUÇÃO DE MAMONA NO SEMIÁRIDO BAIANO

Bastante analisado por diversos autores em diferentes áreas do conhecimento, o Programa Nacional de Produção e Uso de Biocombustíveis

(PNPB), elaborado em 2004 e executado pelo governo federal em conjunto com diversas instituições e representações da sociedade civil, apresenta inovações em relação a programas anteriores de popularização de agro-combustíveis, na trajetória recente do tema no Brasil (notadamente o Proálcool, ainda nos anos 1970-80). Dentre as inovações destacam-se o calendário de adições obrigatórias de biodiesel ao diesel mineral, com clara motivação de incentivar o mercado, criando novas demandas; o estabelecimento de leilões para a comercialização dos combustíveis; e um conjunto de benefícios e desonerações fiscais objetivando expandir também a participação das indústrias processadoras. A presença da Petrobras, sua subsidiária Petrobras Biocombustíveis (Pbio), além da Agência Nacional de Petróleo, Gás e Biocombustíveis (ANP), Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), entre outras instituições envolvidas, significaria, em um primeiro momento, real possibilidade de êxito do PNPB.

Dentre os eixos de atuação do programa destaca-se o incentivo à agricultura familiar. A elaboração e a execução das normas e requisitos do chamado selo combustível social (SCS) foram instrumentos primordiais para o alcance dos objetivos socioeconômicos do programa estatal. O apelo foi direcionado especialmente aos agricultores do Norte, do Nordeste e do semiárido, incluindo o norte do estado de Minas Gerais. A viabilização econômica da agricultura em áreas fragilizadas do país ganhou espaço e esforços, especialmente dos agentes públicos. Ações subjacentes orientaram-se por esse objetivo: criação e garantia de mercados, oferta de assistência técnica, fortalecimento de associações, sindicatos e, principalmente, de cooperativas de agricultores familiares, além da exigência do SCS para as indústrias processadoras.

No primeiro quinquênio após a implantação do programa, as análises indicaram que os objetivos iniciais em relação à agricultura familiar dificilmente seriam alcançados. O agrodiesel de soja e o agroetanol de cana-de-açúcar dominavam os circuitos produtivos primários, como atestaram os resultados oficiais dos leilões da ANP. Ademais, a complexidade do tema, assimetrias de interesses – perceptíveis ainda no momento de discussão do conjunto de ações do programa – e a própria discrepância de entendimento do papel (e formas de inclusão/integração) do agricultor familiar diante dos agrocombustíveis contribuíram para os resultados observados a partir de 2009.

Os complexos soja e sucroalcooleiro, dominantes historicamente nas grandes lavouras brasileiras, ampliaram esse domínio com a emergência

Dentre as inovações destacam-se o calendário de adições obrigatórias de biodiesel ao diesel mineral, com clara motivação de incentivar o mercado, criando novas demandas; o estabelecimento de leilões para a comercialização dos combustíveis; e um conjunto de benefícios e desonerações fiscais objetivando expandir também a participação das indústrias processadoras

As grandes vitrines
do PNPB - as
pequenas e médias
agriculturas de base
familiar do Norte e
Nordeste - padeciam
com a produtividade
aquém do necessário
dos sistemas
extrativistas e com
estiagens severas
e prolongadas

dos agrocombustíveis. O cronograma de adições de biodiesel até 2019 e as alterações na legislação do SCS e dos leilões da ANP reforçaram essa percepção. Acrescente-se a isso a criticada capacidade de atendimento às demandas de combustível pela agricultura familiar, devido às conhecidas dificuldades produtivas, dispersão de agricultores, nível técnico reduzido, custos elevados e pouca integração com os mercados. Some-se ainda o baixo conhecimento e compreensão dos mecanismos para o funcionamento do programa. Os resultados gerais congregam, além da soja como matéria-prima básica, a concentração das unidades processadoras (e da aquisição de biodiesel) no centro-sul do país e a queda acentuada da participação de famílias nos arranjos do SCS, especialmente no Nordeste.

As grandes vitrines do PNPB – as pequenas e médias agriculturas de base familiar do Norte e Nordeste (especialmente no semiárido) – padeciam com a produtividade aquém do necessário dos sistemas extrativistas e com estiagens severas e prolongadas. A disposição das cadeias produtivas de oleaginosas e suas condicionantes climáticas e mercadológicas (e a dinâmica dos interesses dos agentes relacionados) naquelas regiões pareciam explicar os resultados pouco exitosos do agrodiesel – particularmente da mamona. Algum vislumbre positivo ocorreu em áreas onde a intervenção da PBio no fornecimento de assistência técnica e recursos para os tratos culturais era consistente com as necessidade locais/regionais. Dessa constatação depreende-se a fundamental participação do Estado na viabilização do programa e as preocupações com a saída da Petrobras do comércio de bio e agrocombustíveis, resultado da conjuntura adversa que a estatal de petróleo e gás enfrentou a partir de 2013.

Na Bahia, as observações são semelhantes. Após um primeiro momento de euforia (incluindo alternativas como o dendê), a realidade dos diagnósticos da agricultura familiar (produção primária, organização de agricultores, itinerários técnicos e circuitos de comercialização) impôs-se como limitante ao desempenho do PNPB no estado. Ações complementares no âmbito de secretarias estaduais – a exemplo da Rede Baiana de Biocombustíveis (RBB), Probiodiesel Bahia, Agroenergia Familiar e Bahia Biocombustíveis (Bahiabio) – apresentaram instrumentos e mecanismos com objetivos gerais próximos aos do programa federal. A queda da participação da agricultura familiar baiana nos arranjos do SCS e a consequente redução do volume de biodiesel adquirido revelaram a dificuldade da manutenção das ações do PNPB e demais programas no estado, expondo restrições (produtivas, econômicas e agrônômicas), entraves e desvirtuamento de objetivos locais.

ATUAÇÃO DE ATRAVESSADORES E COOPERATIVAS NA COMERCIALIZAÇÃO DA MAMONA

O vácuo deixado pela redução da participação da Petrobras na liberação de recursos para a lavoura de mamona contribuiu para a permanência de personagem bem conhecido e atuante na região: o atravessador. Esse agente teve sua prática restringida com a chegada do agrodiesel, pelo estabelecimento de canais formais de fomento e comercialização (bancos, empresas privadas e cooperativas de agricultores familiares) mediados pela PBio. Tratou-se da tentativa de desconstruir uma relação operando há décadas na região. No entanto, os canais que, inicialmente, funcionaram como alternativa para o agricultor, revelaram-se engessados pelas formalidades dos trâmites relacionados à produção. Essa situação permitiu e mesmo ampliou a atuação do atravessador.

De fato, a disponibilização de recursos de forma imediata aos agricultores, sem exigências documentais, no momento da preparação dos solos e dos tratamentos culturais iniciais, conferiu vantagens ao trâmite informal quando comparado à necessidade da intermediação de bancos oficiais – frequentemente distantes da residência ou unidade produtiva do agricultor. Tratando-se de agricultor ou comerciante com livre trânsito ou residindo nos povoados e/ou distritos, as negociações para a liberação dos recursos, prazos e formas de pagamentos eram feitas pessoalmente e com bastante agilidade. Muito diferente dos prazos negociados em agências bancárias oficiais, com gerentes e administradores pouco habituados às realidades e peculiaridades locais, incluindo-se o tempo para aprovação de crédito, depósito em conta e finalmente acesso do agricultor.

Esse quadro também era observado no momento de beneficiamento da mamona. A proximidade do atravessador facilitava o fornecimento do maquinário necessário (a batedeira) para a separação das sementes após a secagem. Gerava-se o compromisso, informal, evidentemente, entre o agricultor “fidelizado” e o atravessador. Na etapa de comercialização, observava-se quadro semelhante. Ao trabalhar com pagamentos em moeda corrente e com capacidade de recolhimento rápido da produção – devido ao pleno conhecimento das estradas e de suas condições de rodagem –, o atravessador provia a liquidez desejada pelo agricultor, que, assim, podia realizar seus gastos cotidianos. No trâmite formal, era preciso aguardar a decorrência de prazos das ordens de pagamento da PBio – em média, 72 horas, com alguns relatos de até sete dias, no caso das cooperativas –, nem sempre em sincronia com o cronograma de gastos do agricultor.

O vácuo deixado
pela redução da
participação da
Petrobras na liberação
de recursos para a
lavoura de mamona
contribuiu para
a permanência
de personagem
bem conhecido e
atuante na região:
o atravessador

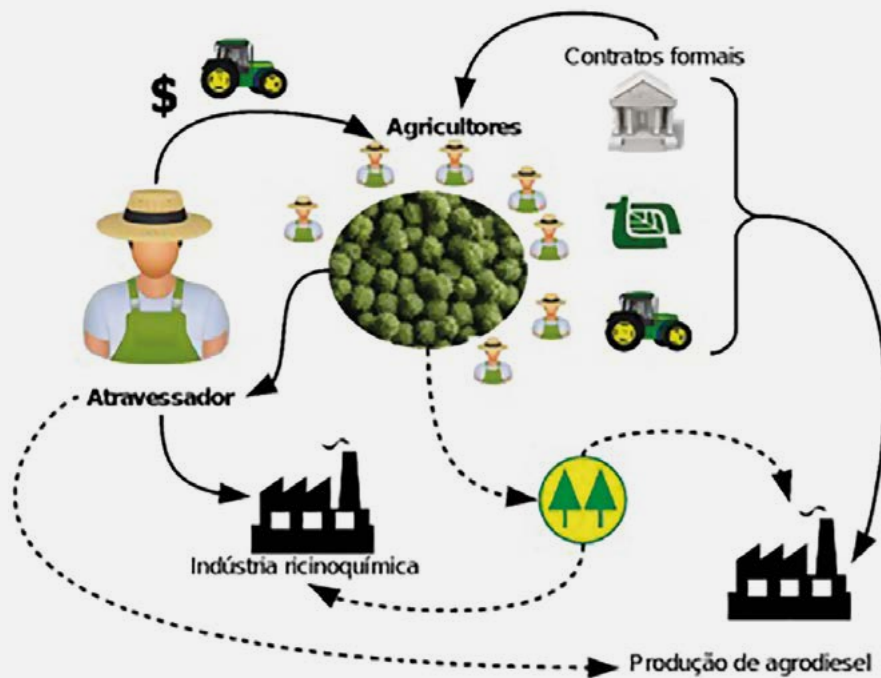
Os agricultores que não enfrentaram perdas totais das lavouras e não conseguiram armazenar a produção buscaram a venda com o objetivo de saldar gastos cotidianos da família

Com relação aos preços é possível destacar dois comportamentos do atravessador. Aproveitando-se da necessidade de recursos de parcela significativa de produtores, relatava-se a pressão para baixo dos preços pagos pela saca de mamona. Com a chegada do agrodiesel, criou-se a necessidade de considerar os preços oficiais. Assim, o segundo comportamento remete à prática de oferecer preços mais elevados, objetivando desviar a produção com venda “comprometida” formalmente para o circuito informal de comercialização. Note-se que, aparentemente, não havia preocupação dos produtores com relação ao destino da mamona produzida (agrodiesel ou ricino-química). A necessidade de recursos imediatos em cenário adverso (seca) catalisa essa observação. Os agricultores que não enfrentaram perdas totais das lavouras e não conseguiram armazenar a produção buscaram a venda com o objetivo de saldar gastos cotidianos da família. Mesmo na situação de contratos firmados, com obrigações definidas, verificavam-se vendas aos atravessadores. Os agricultores que conseguem armazenar sacas de mamona e aguardar melhoria da conjuntura de preços para alçar maiores rendimentos apresentavam alguma resistência, celebrando vendas formais ou informais, desde que com preços julgados favoráveis. Essa condição, porém, não era acessível a todos os agricultores, reservando-se apenas aos mais capitalizados, geralmente com outras fontes de renda (inclusive não agrícolas).

A alternativa produtiva do agrodiesel de mamona não foi capaz de eliminar a presença do atravessador do circuito produtivo em Morro do Chapéu. Exercendo as funções de banco, provendo recursos à lavoura; de cooperativa, ao fornecer maquinário para o beneficiamento da produção; e captando a produção espacialmente dispersa, sem as exigências, prazos e carências das instituições oficiais, o atravessador conseguiu sobreviver. Ainda que as instituições formais fornecessem recursos, assistência técnica, máquinas e equipamentos, não possuíam a agilidade nos momentos cruciais da venda e pagamento, sendo frequentemente preteridas em favor da comercialização informal. O atravessador, dessa forma, dependendo da conjuntura de preços e condições de pagamento, pôde comercializar a mamona adquirida tanto para a indústria ricinoquímica quanto para a produção de agrodiesel, sendo apontado como o agente concentrador dos reais ganhos com a produção. Na Figura 1, resume-se a presença e atuação do atravessador no circuito produtivo da mamona em Morro do Chapéu.

Com relação às cooperativas de agricultores familiares, é possível identificar dois momentos distintos em Morro do Chapéu e região no contexto do agrodiesel de mamona. Em um primeiro momento, até 2013, as cooperativas eram responsáveis pela intermediação da comercialização da mamona entre agricultores e empresas processadoras e, principalmente, pelo provimento da assistência técnica agrícola aos cooperados. A partir de 2014, a Petrobras

Figura 1
O atravessador no circuito produtivo da mamona em Morro do Chapéu (BA)



Fonte: ROCHA (2017).

Biocombustíveis (PBio) passou a operar com o sistema de unidade técnicas de demonstração (UTD). As cooperativas, muitas passando por dificuldades financeiras, com problemas de gestão e de (re)construção de identidade junto aos agricultores (o sistema de comprovação de assistência por meio de laudos assinados, por vezes sem o efetivo serviço prestado, foi uma crítica citada durante as entrevistas), intermedeiam compras e vendas de mamona, mas simultaneamente à ação mais intensiva e ágil de empresas privadas. A atuação direta de funcionários de empresas privadas compradoras de mamona junto aos agricultores nos diversos povoados, negociando preços, quantidades e condições de entrega e transporte da mamona, aparentemente ocupando o papel das cooperativas, foi uma situação comum observada durante a pesquisa de campo. Note-se que essas negociações são feitas também com a participação dos atravessadores, que podem estocar as quantidades de mamona adquiridas e, aproveitando a conjuntura favorável de preços, vender às empresas.

As cooperativas na região (nesse caso também incluindo a praça Irecê) tomaram contato com o agrodiesel de forma mais intensa no biênio

O agricultor, pela
necessidade de
renda imediata,
comercializa o
produto, sem
preocupação com o
destino da mamona,
como observado
após as análises
da composição das
rendas nos seis
tipos de sistemas de
produção identificados

2009-2010, quando foram efetuadas reuniões entre gestores, cooperados e a PBio objetivando implantar metodologia, definir agentes, papéis e ações para iniciar a produção. As primeiras eram de ordem organizacional, para (re)cadastramento dos cooperados, incluindo novos membros, entre pequenos agricultores familiares possuidores da declaração de aptidão ao Pronaf (DAP), exigência básica para participação no programa estatal. Os compromissos estabelecidos foram o fornecimento de sementes (nordestina e paraguaçu) pela PBio e a venda da produção exclusiva à empresa pelos agricultores cadastrados. Os custos com assistência técnica (pagamentos dos técnicos agrícolas) eram cobertos pela PBio, encarregando-se a cooperativa da contratação e execução das ações técnicas junto aos agricultores. Em síntese, essas eram as articulações identificadas nos momentos iniciais do agrodiesel de mamona.

Os sinais de dificuldades desse modelo apareceram quando se constatou que o pequeno agricultor, mesmo com o compromisso firmado com a PBio, não tinha como fornecer as quantidades de mamona contratadas (em sacas de 60 kg). A produção, não raro, era de pequenas quantidades, para parcelas de agricultores (uma ou duas latas de 5 a 10 litros), e havia ainda forte presença do atravessador. Como visto anteriormente, esse personagem atua muitas vezes financiando as áreas plantadas de mamona. Ao fazê-lo, gera vínculo do produtor com o atravessador, em detrimento do contrato firmado com a PBio. Reforça-se que essa situação permanece devido ao acesso prejudicado às linhas de crédito oficiais pelo histórico de endividamento generalizado dos agricultores, relatado pelos informantes-chave.

As cooperativas gradualmente não conseguem fazer as compras junto aos agricultores e honrar os acordos com a PBio. O agricultor, pela necessidade de renda imediata, comercializa o produto, sem preocupação com o destino da mamona, como observado após as análises da composição das rendas nos seis tipos de sistemas de produção identificados. Esse fato gerou a necessidade de as cooperativas estabelecerem acompanhamento do processo de compra de forma mais próxima às áreas produtoras, criando, em alguns locais, uma espécie de entreposto/atravessador diretamente ligado às associações locais de produtores, e estas, às cooperativas. O objetivo é garantir mamona e cumprir quantidades e prazos contratados. Os recursos para as compras, liberados pela PBio, são repassados às cooperativas, que, posteriormente, efetuam as compras. Nesse momento, outro problema é citado como importante e definidor da atuação das cooperativas. Os recursos liberados antecipadamente pela PBio baseiam-se em preços que, frequentemente, não correspondem ao praticado em campo. Exemplificando essa situação, têm-se recursos liberados considerando o preço da saca de 60 kg em R\$ 72,00. No momento da compra junto aos

agricultores, verificou-se que o preço oscilou para R\$ 80,00. O compromisso de entrega força a cooperativa a assumir a diferença, gerando endividamento, que, segundo os entrevistados, algumas cooperativas enfrentavam ainda em 2016. O estabelecimento de contratos a partir das quantidades entregues – e não de preços fixos para a saca de mamona – evitaria as discrepâncias de preços, neutralizaria a ação dos atravessadores e não impactaria negativamente as disponibilidades financeiras das cooperativas, causa primeira do endividamento que afeta o desempenho de suas funções.

Consequência direta desse endividamento, a redução do contato mais próximo com o agricultor para a compra fortalece a ação do atravessador. Há ainda o custo para recolher a mamona em localidades distantes – o povoado Olhos D'Água, em Morro do Chapéu, por exemplo, dista 80 km da sede do município, onde estão os armazéns das cooperativas. Com isso, passou a não compensar o deslocamento para recolher baixas quantidades de mamona. A logística primária emerge como entrave à dinâmica do agrodiesel.

O grau de limpeza da mamona entregue também é gerador de prejuízos para as cooperativas. Relata-se que o índice de impurezas aceitável pela PBio oscila entre 5% e 10% em peso. Esse índice é superado facilmente, pois muitos agricultores não possuem o maquinário necessário à etapa de “bateção” (separação e limpeza das sementes). A baixa quantidade de mamona pré-processada não justificaria a aquisição dessas máquinas individualmente. Some-se a isso a prática usual de secar a mamona ao sol e no chão da unidade produtiva antes da “bateção”, aproveitando a deiscência da nordestina ou da paraguaçu. Assim, o produto chega às cooperativas com terra, fragmentos de galhos, folhas e cascas, pedras pequenas e grandes – estas muitas vezes adicionadas para interferir no peso final da saca e, supostamente, gerar mais renda ao produtor. Tornou-se necessário refazer a limpeza da mamona antes da entrega. Máquinas e equipamentos foram adquiridos para a tarefa, comprometendo os balanços contábeis das cooperativas. Situação extrema do nível de impureza acima do permitido, o retorno de caminhões carregados de mamona de Feira de Santana gerou dois efeitos: o primeiro, mais imediato, é o não pagamento pela carga, com mais gastos com o transporte sendo absorvidos pela cooperativa; outro, mais dilatado no tempo, é o registro negativo da cooperativa junto às empresas compradoras da mamona, com eventuais descontos nos preços praticados pela saca.

A perspectiva do agrodiesel, simultaneamente à irregularidade de chuvas, reforçou nas cooperativas a orientação pelo fim do consorciamento entre lavouras. A tradicional associação de culturas (mamona, feijão e milho) foi substituída por lavouras solteiras. Aparentemente, o feijão, constatando-se

O grau de limpeza da mamona entregue também é gerador de prejuízos para as cooperativas. Relata-se que o índice de impurezas aceitável pela PBio oscila entre 5% e 10% em peso

O pousio de terras, prática bastante conhecida, enfrenta resistências na medida em que inviabiliza a produção em momentos de maior necessidade de geração de renda pelo agricultor, no cenário de seca prolongada, como em Morro do Chapéu

perdas significativas de produção, não mais figura entre os objetivos do agricultor. Na tipologia de sistemas de produção identificada e estudada, a lavoura de feijão aparece invariavelmente atrelada a perdas totais ou baixa produção, descartando-se a comercialização. A associação apenas entre mamona e milho é inviável do ponto de vista agrônômico, pela competitividade por nutrientes e umidade do solo entre as lavouras. Logo, tem-se a orientação para áreas distintas de mamona e de milho, pois ainda se observam subsistemas de criação (galinhas) para o qual se destina a produção do grão. Há um relativo consenso entre informantes-chave de que, a partir de 2010, a produção de sequeiro de mamona, milho e feijão entrou em declínio em toda a região, eliminando a prática da “plantação no pó” – semeadura antes do período das chuvas, normalmente iniciado em outubro e seguindo até dezembro, alcançando a floração das lavouras. A então certeza da regularidade pluviométrica provia a confiança do agricultor. Com as chuvas concentrando-se em janeiro, essa confiança se reduziu drasticamente, a ponto de provocar a suspensão dos plantios, especialmente de feijão e milho.

É importante ressaltar que tais alterações nas técnicas de plantio não foram imediatamente absorvidas pelos agricultores. Segundo representante de cooperativas, resistências foram observadas na adoção das “novas” práticas. O objetivo primordial da produtividade diante das exigências de volume de produção e regularidade de entrega no contexto do agrodiesel – estipuladas nos contratos – foi confrontado com hábitos de produtores, herdados ao longo de décadas de plantio. Citam-se a necessidade de “raleação”/desbaste – processo de limpeza das leiras, evitando o aparecimento de plantas daninhas – da mamona, deixando apenas uma planta desenvolvida por cova. Isso evitaria a competição por nutrientes, possibilitando aumentar a produtividade da lavoura. Outra questão é a obediência ao espaçamento entre leiras e plantas. A variedade nordestina, por exemplo, exige espaçamento de aproximadamente 2 m entre as leiras, e entre 1,1 m e 1,5 m entre plantas, pelos mesmos motivos e com os mesmos objetivos anteriores. Some-se a isso a necessidade de conhecimento mais profundo do grau de comprometimento da fertilidade e compactação dos solos destinados às lavouras, direcionando ações de subsolagem e, conseqüentemente, dimensionando as demandas pelos equipamentos.

O pousio de terras, prática bastante conhecida, enfrenta resistências na medida em que inviabiliza a produção em momentos de maior necessidade de geração de renda pelo agricultor, no cenário de seca prolongada, como em Morro do Chapéu. A queima dos restos culturais da mamona, condenada pelos técnicos ligados às cooperativas, ainda é praticada, alegando-se o elevado custo de oportunidade (tempo) da transformação e uso

desses restos como adubo para a própria lavoura. Note-se que essa prática é reforçada pela percepção de que o adubo produzido a partir dos restos culturais (e/ou do processamento) da mamona não se traduz em melhorias à produtividade da lavoura. Ressalte-se a diminuição dessas práticas por intervenção dos técnicos das cooperativas. A quebra das resistências também se deu pelo interesse dos agricultores em participar do programa estatal de agrodiesel. A distribuição de sementes e recursos para os tratamentos culturais pela PBio facilitou a adoção das orientações técnicas.

Portanto, pode-se afirmar que, no contexto do agrodiesel, alterações nas técnicas de plantio foram capitaneadas pelas cooperativas, aproveitando-se o interesse inicial dos agentes pelo programa agroenergético estatal. As dificuldades financeiras enfrentadas pelas cooperativas, simultaneamente aos entraves da própria PBio para dar continuidade às ações, gradualmente reduziram a relação do agricultor com o agrodiesel, reforçando o desinteresse pelo destino da mamona e restringido as preocupações exclusivamente à questão do preço pago. As cooperativas passaram a atuar como indicadoras de produtores de mamona a ser adquirida por empresas privadas, em Morro do Chapéu e região (incluindo Irecê). Sem recursos para custear a logística e o transporte da mamona das lavouras dos povoados distantes, as cooperativas indicam agricultores e intermedeiam a relação de compra e venda entre agricultores e empresas. Estas, aparentemente, possuem a estrutura necessária (caminhões de pequeno e médio porte, além de técnicos) para coleta da mamona nas unidades produtivas e/ou armazéns locais, pagamento e posterior transporte da produção a Feira de Santana.

Com as operações envolvendo mamona comprometidas, relata-se o reforço em outras ações das cooperativas junto a agricultores familiares. Tem-se a compra de produtos no âmbito do Programa Nacional de Aquisição de Alimentos (PNAE); auxílio jurídico em processos de renegociação de dívidas dos cooperados; facilitação do acesso à renovação da DAP e a programas como o Garantia Safra, coordenado pela Superintendência Baiana de Assistência Técnica e Extensão Rural (Bahiater), instituição vinculada à Secretaria de Desenvolvimento Rural (SDR). São funções que buscam, adicionalmente, reforçar a identidade de agricultor cooperado. As exigências do agrodiesel (técnicas, produtivas e contratuais) e a formalização das práticas de comercialização da mamona, segundo agricultores, intensificaram a mercantilização das relações, afastando a percepção mais tradicional da mamona como lavoura capaz de gerar renda ao longo de todo o ano. Reitera-se que, para tanto, as mudanças teriam que ser mais profundas, como o retorno das variedades de sementes crioulas, de ciclo produtivo mais longo, em detrimento de variedades de ciclo curto, específicas para a produção de agrodiesel. A diversificação das atividades das cooperativas

As exigências do agrodiesel (técnicas, produtivas e contratuais) e a formalização das práticas de comercialização da mamona, segundo agricultores, intensificaram a mercantilização das relações, afastando a percepção mais tradicional da mamona como lavoura capaz de gerar renda ao longo de todo o ano

busca contornar essas dificuldades mais abstratas, desencadeadas a partir da destinação da mamona para a produção de agrocombustível.

CONSIDERAÇÕES FINAIS.

As ações do PNPB, capitaneadas pela Petrobras, por meio da PBio, em Morro do Chapéu, apresentam dois momentos distintos. Um primeiro momento, de entusiasmo, nos anos iniciais do programa, com a liberação de recursos para sementes, tratos culturais e assistência técnica, gerou expectativas positivas junto aos agricultores, que destacam o período de 2009/10 até os anos de 2013/14 como positivo, ainda que sob os efeitos da seca. A continuidade da produção estava vinculada à regularidade das chuvas, melhoria dos preços e, principalmente, ao fornecimento dos tratos culturais, parte das ações de fidelização do agricultor e sua produção de mamona destinada ao agrodiesel.

A formalização das relações, exigida pela nova atividade, demandou a fidelidade do agricultor nas entregas da produção. A liberação de recursos seguia trâmites que envolviam contratos, agências bancárias oficiais e prazos nem sempre condizentes com a necessidade imediata do agricultor por recursos. Essa situação permitiu a continuidade das ações dos atravessadores, que proviam recursos de forma rápida aos produtores, além de se estabelecerem como canais de comercialização ágeis, com acordos firmados no âmbito das relações interpessoais, sem formalizações, papelórios etc. A chegada do agrodiesel não conseguiu desconstruir essa estrutura bastante consolidada do circuito produtivo da mamona em Morro do Chapéu.

A atuação das cooperativas no período envolvia, além da intermediação da compra e venda da mamona entre agricultores e empresas processadoras, o fornecimento da assistência técnica às lavouras. Ao histórico de dificuldades gerenciais e contábeis enfrentadas, dos casos da utilização das cooperativas como plataforma político-partidária pessoal de parte dos coordenadores e dirigentes, some-se o impacto dos compromissos de entrega da mamona à PBio diante da liberação de recursos insuficientes com as oscilações para cima dos preços da saca da oleaginosa. O relato de crescentes dívidas das cooperativas revela que a estratégia de pagamento oficial antecipado pelas sacas frequentemente dissocia-se do que ocorre em campo.

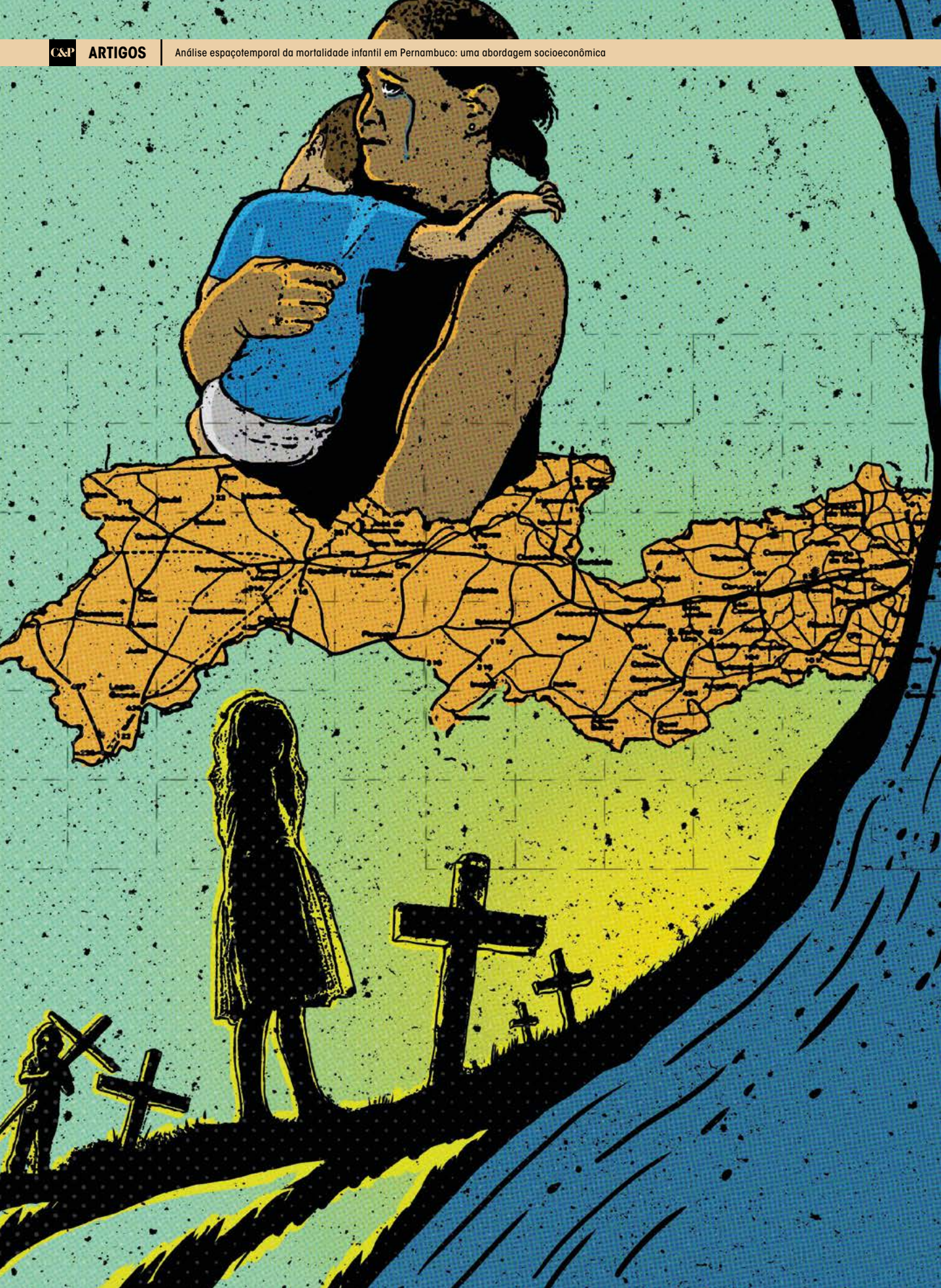
Ademais, a produção reduzida e pulverizada de parte dos agricultores (latas de 5 a 10 litros em lugar de sacas de 60 kg), para fazer jus aos volumes requisitados para o processamento, requereria estrutura logística de pagamento, recolhimento da produção, transporte e armazenamento além das

possibilidades financeiras das cooperativas. Assim, sobressaíram-se empresas privadas e atravessadores – ainda ligados às cooperativas, que informam a disponibilidade da mamona –, responsáveis por toda a logística envolvida. As restrições das cooperativas no trato com a mamona geraram desconfianças e perda da identidade do cooperado. Compra de outros alimentos para o PNAE, fornecimento de documentos (a exemplo da DAP) e auxílios jurídicos são ações alternativas das cooperativas na manutenção de sua função primordial de suporte aos agricultores.

A inclusão de agricultores familiares e da lavoura de mamona – fortemente associada ao semiárido, geralmente fragilizado economicamente –, de entusiasmo e motivação basilar do PNPB, transformou-se, em um segundo momento, em grande frustração. A destinação da mamona, principalmente à indústria ricinoquímica, e a presença de agentes importantes nas cadeias produtivas locais, como o atravessador, pouco se alteraram com a chegada do agrodiesel e dos subjacentes mecanismos de atuação da PBio e demais empresas. A incipiente organização dos agricultores em cooperativas – ao menos nas áreas de influência da PBio – chocou-se com a necessidade de regularidade, produtividade e estrutura logística para a atividade. Some-se a isso a restrição físico-química do óleo de mamona (viscosidade), que limita a produção de agrodiesel puro de mamona, tornando necessária a adição de outros óleos vegetais para sua viabilização. Finalmente, reafirma-se que o diagnóstico da agricultura familiar no semiárido baiano, ou nordestino em geral, é de amplo conhecimento. Os objetivos produtivos, sociais e econômicos do PNPB, suas ações, mecanismos e instrumentos expuseram esses aspectos, chamando a atenção para a realidade complexa que precisa ser profundamente contextualizada, potencializando resultados das ações direcionadas a essas regiões.

REFERÊNCIA BÁSICA

ROCHA, Alynson dos Santos. *Agrodiesel e sistemas de produção de mamona no município de Morro do Chapéu (Bahia), safra 2015-2016*. 322 f. il. 2017. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2017.



ANÁLISE ESPAÇOTEMPORAL DA MORTALIDADE INFANTIL EM PERNAMBUCO: UMA ABORDAGEM SOCIOECONÔMICA

Aloísio Machado da Silva Filho
Doutor e mestre em Modelagem
Computacional e Tecnologia Industrial,
pelo Serviço Nacional de Aprendizagem
Industrial (Senai). Professor adjunto
B do Departamento de Ciências
Exatas e professor permanente do
Programa de Pós-graduação em
Modelagem em Ciências da Terra e
do Meio Ambiente da Universidade
Estadual de Feira de Santana (UEFS).
aloisioestatistico@yahoo.com.br

André Luis Santiago Maia
Doutor em Ciência da Computação
e mestre em Estatística, pela
Universidade Federal de Pernambuco
(UFPE). Pesquisador da Fundacentro.
andresantiagomaia@gmail.com

Glison de Almeida Dantas
Mestre em Modelagem Computacional,
pela Faculdade Visconde de Cairu
(FVC) e pós-graduando em Estatística
Aplicada, pelo Centro Universitário
Jorge Amado (Unijorge). Professor da
FVC e da Rede Estadual de Ensino
do Estado da Bahia e analista de
sistemas da Companhia de Eletricidade
do Estado da Bahia (Coelba).
gdantas89@terra.com.br

Nos últimos anos, tem havido um esforço por parte da comunidade acadêmica e de instituições governamentais e não governamentais para monitorar e identificar fatores que possam contribuir com a mitigação das taxas de mortalidade infantil no Brasil. Nesta perspectiva, é possível encontrar na literatura diversas pesquisas interessadas em compreender a dinâmica temporal e espacial dos indicadores relativos à mortalidade infantil no Brasil e fatores associados. Neste universo, é possível citar as pesquisas de Szwarcwald e outros (2002), Costa e outros (2003), Duarte (2007), Caldeira e outros (2005), Cardoso, Santos e Coimbra (2005), Costa e Frias (2011) e Guimarães, Alves e Tavares (2009), entre outras.



Para compreender a dinâmica temporal e espacial das taxas de mortalidade infantil e fatores associados no Brasil e, especificamente, no estado de Pernambuco, adotaram-se dois procedimentos: a construção de mapas temáticos e a confecção de gráficos de séries de tempo

Alicerçado e motivado com essas questões supracitadas, o presente artigo tem como objetivo geral analisar a dinâmica espacial e temporal da mortalidade infantil no estado de Pernambuco e fatores associados, tendo como fonte a base de dados do Censo 2010 e o Sistema de Informações de Saúde do Ministério da Saúde.

Para contemplar o objetivo geral desta pesquisa, foram definidos os seguintes objetivos específicos:

- Executar uma análise exploratória dos dados (univariada e bivariada), a partir das bases de dados mencionadas anteriormente.
- Analisar descritivamente a relação espacial entre a proporção de pobres no estado de Pernambuco e a taxa de mortalidade infantil a cada mil crianças nascidas vivas, segundo a metodologia adotada pelo IBGE.
- Descrever a relação temporal entre o PIB per capita e as taxas de mortalidade infantil, de acordo com a metodologia adotada pelo Datasus, no período de 2000 a 2012.

Com o intuito de contemplar os objetivos desta pesquisa, este artigo está estruturado em cinco seções: introdução; materiais e métodos; dados, resultados e discussão; conclusões e referências.

MATERIAIS E MÉTODOS

Todos os procedimentos da estatística descritiva executados nesta pesquisa foram obtidos com o auxílio do *software* estatístico livre R versão 3.1.3 (R, 2014). Na presente pesquisa, foram utilizados os recursos da estatística descritiva univariada e bivariada (cálculo de coeficientes e de medidas descritivas (média, desvio padrão, coeficiente de variação, coeficiente de assimetria e curtose e representação gráfica)).

Para compreender a dinâmica temporal e espacial das taxas de mortalidade infantil e fatores associados no Brasil e, especificamente, no estado de Pernambuco, adotaram-se dois procedimentos: a construção de mapas temáticos e a confecção de gráficos de séries de tempo.

Entende-se como mapa temático uma apresentação de dados agregados por área geográfica (bairro, município, estado, país etc.) com o objetivo de identificar um padrão espacial do fenômeno (ou variável objeto de estudo). Segundo Motettin e Tolo (2006), série temporal é um conjunto de observações ordenadas no tempo. E de acordo com Ehlers (2007), a característica

mais relevante nesse tipo de série é que as observações vizinhas são dependentes, e geralmente é de interesse a análise de tal dependência.

Para uma melhor compreensão dos procedimentos estatísticos executados neste artigo, é possível consultar Triola (2008), Bussab e Morettin (2003), Motettin e Toloi (2006), Morettin (2010) e Mello e Peternelli (2013).

DADOS, RESULTADOS E DISCUSSÃO

Nesta seção, apresenta-se a estrutura das bases de dados e suas respectivas fontes, os resultados de sua análise descritiva (univariada e bivariada), construção de mapas temáticos e análise temporal.

ESTRUTURA DA BASE DE DADOS

Para confecção deste artigo foram utilizadas as seguintes variáveis:

- Mortalidade infantil: definida pelo número de crianças que não deverão sobreviver ao primeiro ano de vida em cada 1.000 crianças nascidas vivas (CENSO DEMOGRÁFICO 2010).
- Taxa de mortalidade infantil por 100 mil habitantes: definida pelo número de óbitos infantis tendo como base a população estimada do ano correspondente pelo IBGE (Sistema de Informações sobre Mortalidade (SIM), 2000 a 2012).
- Proporção de pobres: definida pela proporção de indivíduos com renda domiciliar per capita igual ou inferior a R\$ 140,00 mensais em agosto de 2010. Nota: o universo de indivíduos é limitado àqueles que vivem em domicílios particulares e é relevante mencionar que o valor de R\$ 140,00 foi definido pelo IBGE (CENSO DEMOGRAFICO 2010).
- Produto interno bruto per capita: definido com base na população proveniente da base demográfica do MS/Datasus de 2000 a 2012.

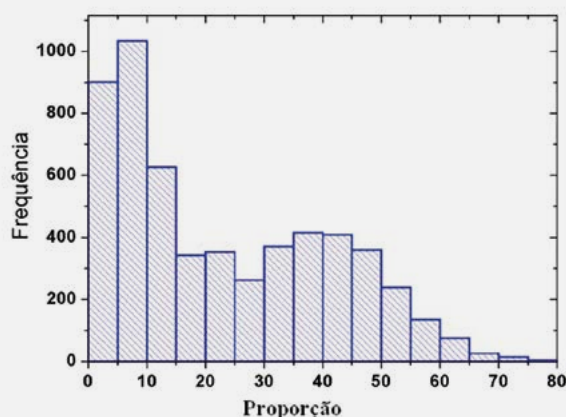
ANÁLISE EXPLORATÓRIA DE DADOS – UNIVARIADA

As figuras 1 e 2 representam, respectivamente, o histograma da proporção de pobres no Brasil em 2010 e o histograma da taxa de mortalidade infantil a cada mil crianças nascidas no Brasil no ano de 2010. A Tabela 1 mostra as medidas descritivas da proporção de pobres e da taxa de mortalidade infantil no Brasil no mesmo período.

A distribuição da proporção de pobres e a taxa de mortalidade no Brasil no período de 2010 (Tabela 1) apresentaram comportamento assimétrico positivo, o que denota concentração de dados abaixo da média. E tal comportamento pode ser também constatado nos seus histogramas (Figura 1 e Figura 2), que concentram maiores frequências à esquerda.

Entre as variáveis analisadas, considerando o espaço geográfico Brasil, a que apresentou maior variação relativa foi proporção de pobres, com 77,20% de variação em torno da média (Tabela 1). Vinte cinco por cento dos municípios brasileiros possuem taxa de mortalidade infantil igual ou inferior a 13,80; 75%, acima de 23,80; e 50% dos municípios brasileiros têm uma proporção de pobres entre 7,03 e 38,52% (Tabela 1).

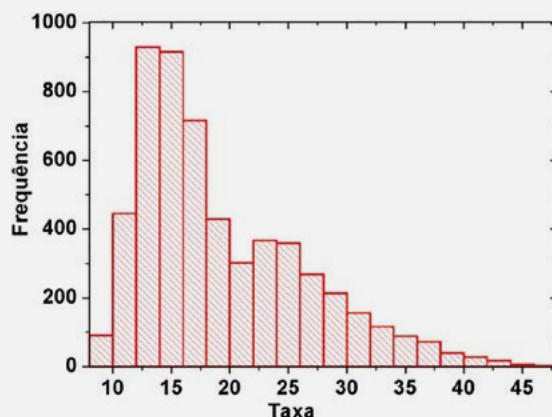
Figura 1
Proporção de pobres no Brasil – 2010



Fonte: IBGE – Censo 2010.

- (1) O histograma foi gerado com o programa R versão 3.1.3.
- (2) Proporção de pobres aqui denota a proporção dos indivíduos com renda domiciliar per capita igual ou inferior a R\$ 140,00 mensais em agosto de 2010. O universo de indivíduos é limitado àqueles que vivem em domicílios particulares.
- (3) Aqui, frequência denota o número de municípios.

Figura 2
Taxa de mortalidade infantil para cada mil crianças nascidas no Brasil – 2010



Fonte: IBGE – Censo 2010.

- (1) O histograma foi gerado com o programa estatístico R versão 3.1.3.
- (2) A taxa de mortalidade infantil foi definida a partir do número de crianças que não deverão sobreviver ao primeiro ano de vida em cada 1.000 crianças nascidas vivas.
- (3) Aqui, frequência denota o número de municípios.

Tabela 1
Análise descritiva da proporção de pobres e da taxa de mortalidade infantil no Brasil – 2010

Indicador	Mínimo	Máximo	Média	DP	CV(%)	ASS	Q ₁	Q ₂	Q ₃
Taxa da mortalidade infantil	8,49	46,80	19,25	17,92	37,08	1,01	13,80	16,90	23,80
Proporção de pobres	0,00	78,59	23,21	7,14	77,20	0,54	7,03	18,14	38,52

Fonte: IBGE – Censo 2010.

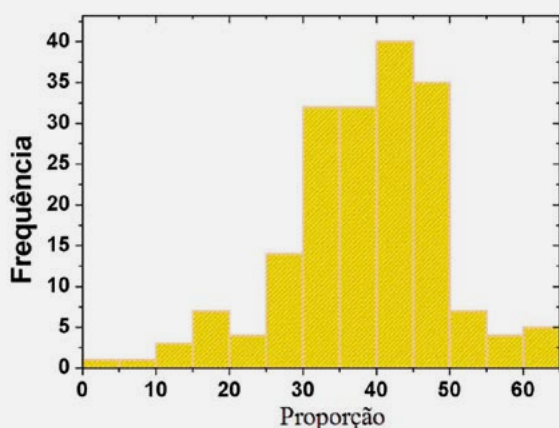
- (1) As medidas descritivas foram obtidas com o programa R versão 3.1.3 (R, 2014).
- (2) DP denota o desvio padrão; a assimetria (ASS) foi definida pelo terceiro momento; Q₁, o primeiro quartil; Q₂, o segundo quartil; Q₃, o terceiro quartil; CV, o coeficiente de variação de Pearson; e K, o coeficiente de curtose definida pelo quarto momento.

A taxa de proporção de pobres, considerando como unidade de análise o estado de Pernambuco no período de 2010 (Figura 3 e Tabela 2), apresentou distribuição assimétrica negativa ($ASS=-0,46$), caracterizando, assim, curva com concentração de dados acima da média estadual. E a taxa de mortalidade infantil para cada mil crianças nascidas do estado de Pernambuco exibiu comportamento assimétrico positivo ($ASS=0,50$), denotando concentração de dados abaixo da média (Figura 4 e Tabela 2).

A partir da análise via *boxplot*, foram identificados valores atípicos ou discrepantes nas proporções de pobres e na taxa de mortalidade infantil no estado de Pernambuco (Figura 5 e Figura 6). A distribuição em relação ao grau de achatamento (curtose) apresentou curva leptocúrtica ($K=-0,25$) na taxa de mortalidade infantil de Pernambuco e curva platicúrtica ($K=0,55$) para a proporção de pobres no mesmo período (Tabela 2).

A análise da Tabela 2 permite afirmar que, no estado de Pernambuco, 25% dos municípios possuem taxa de mortalidade infantil igual ou superior a 30,6, enquanto que o menor valor entre as 25% menores proporções de pobres entre os municípios do estado de Pernambuco no ano de 2010 foi 32,76.

Figura 3
Proporção de pobres no estado de Pernambuco – 2010



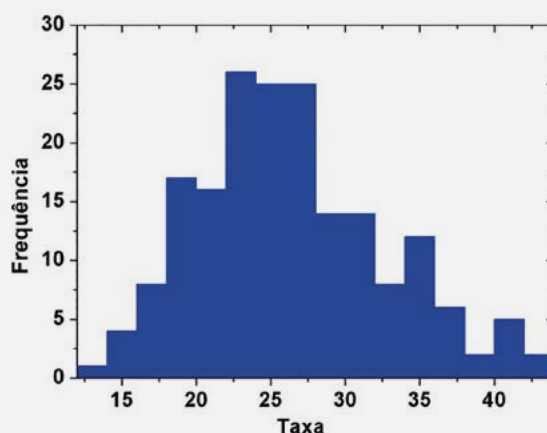
Fonte: IBGE – Censo 2010.

(1) O histograma foi gerado com o programa R versão 3.1.3.

(2) Proporção de pobres aqui denota a proporção dos indivíduos com renda domiciliar per capita igual ou inferior a R\$ 140,00 mensais, em agosto de 2010. O universo de indivíduos é limitado àqueles que vivem em domicílios particulares.

(3) Aqui, frequência denota o número de municípios.

Figura 4
Taxa de mortalidade infantil para cada mil crianças nascidas no estado de Pernambuco – 2010



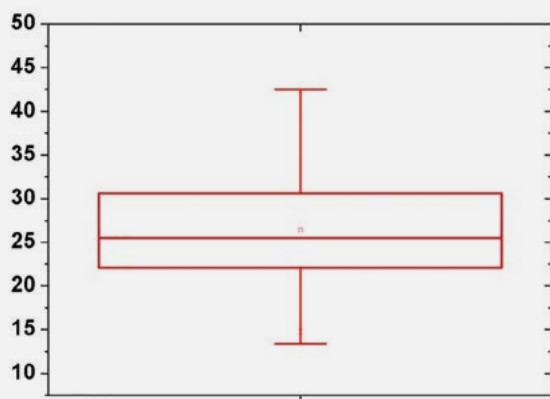
Fonte: IBGE – Censo 2010.

(1) O histograma foi gerado com o programa R versão 3.1.3.

(2) A taxa de mortalidade infantil foi definida a partir do número de crianças que não deverão sobreviver ao primeiro ano de vida em cada 1.000 crianças nascidas vivas.

(3) Aqui, frequência denota o número de municípios.

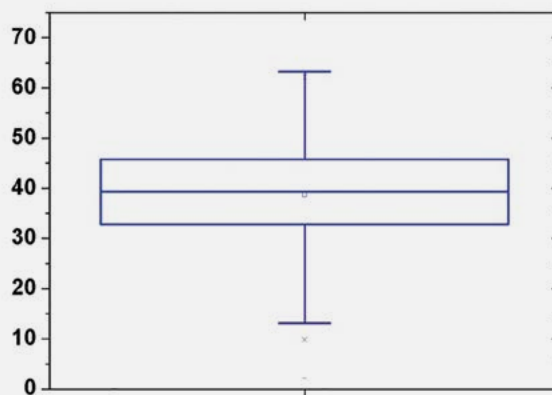
Figura 5
Boxplot da taxa de mortalidade infantil no estado de Pernambuco – 2010



Fonte: IBGE – Censo 2010.

- (1) O *boxplot* em foi gerado com o programa R versão 3.1.3.
- (2) A taxa de mortalidade infantil foi definida a partir do número de crianças que não deverão sobreviver ao primeiro ano de vida em cada 1.000 crianças nascidas vivas.

Figura 6
Boxplot da proporção de pobres no estado de Pernambuco – 2010



Fonte: IBGE – Censo 2010.

- (1) Proporção de pobres aqui denota a proporção dos indivíduos com renda domiciliar per capita igual ou inferior a R\$ 140,00 mensais, em agosto de 2010. O universo de indivíduos é limitado àqueles que vivem em domicílios particulares.
- (2) O *boxplot* foi obtido com o programa R versão 3.1.3 (R, 2014).

Tabela 2
Análise descritiva da proporção de pobres e da taxa de mortalidade infantil no estado de Pernambuco – 2010

Indicador	Mín	Máx	Média	DP	CV(%)	ASS	K	Q ₁	Q ₂	Q ₃
Taxa da mortalidade infantil	13,40	42,5	23,38	6,29	23,86	0,50	-0,25	22,10	25,50	30,60
Proporção de pobres	2,20	63,21	38,69	10,68	27,61	-0,46	0,55	32,76	39,36	42,82

Fonte: IBGE – Censo 2010.

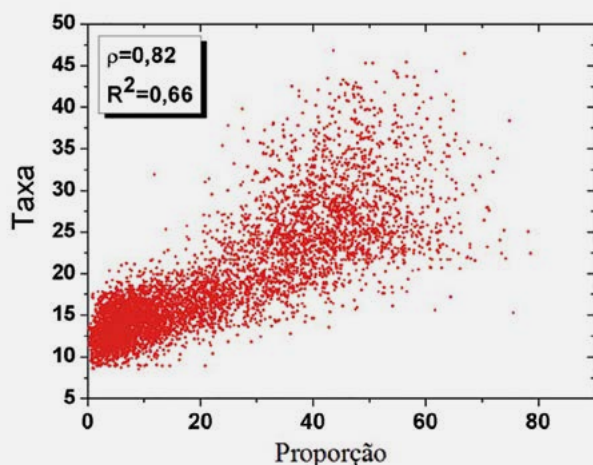
- (1) As medidas descritivas foram obtidas com o programa R versão 3.1.3.
- (2) DP denota o desvio padrão; a assimetria (ASS) foi definida pelo terceiro momento; Q₁, o primeiro quartil; Q₂, o segundo quartil; Q₃, o terceiro quartil; CV, o coeficiente de variação de Pearson; e K, o coeficiente de curtose definida pelo quarto momento.

ANÁLISE EXPLORATÓRIA DE DADOS – BIVARIADA

Com o objetivo de identificar correlação linear simples, construiu-se o diagrama de dispersão entre a proporção de pobres e a taxa de mortalidade infantil no Brasil (Figura 7) e no estado de Pernambuco no período de 2010 (Figura 8). Com a Figura 7, foi possível identificar uma correlação positiva entre a proporção de pobres e a taxa de mortalidade infantil no Brasil em 2010, com menor dispersão entre os indicadores com menores valores, com um coeficiente de correlação de Pearson de 0,82 e o coeficiente de determinação igual a 0,66 (Figura 7).

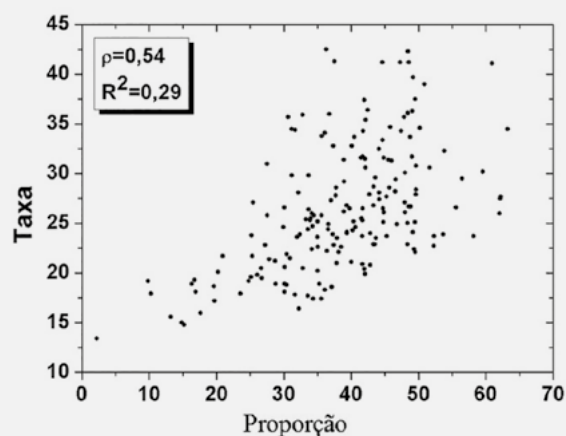
Assim como na Figura 7, foi constatado, via diagrama de dispersão, uma correlação positiva no estado de Pernambuco entre os fenômenos proporção de pobres e taxa de mortalidade infantil no mesmo período (Figura 8) e um

Figura 7
Diagrama de dispersão da proporção de pobres e mortalidade infantil no Brasil – 2010



Fonte: IBGE – Censo 2010.

Figura 8
Diagrama de dispersão da proporção de pobres e mortalidade infantil no estado de Pernambuco – 2010



Fonte: IBGE – Censo 2010.

coeficiente de correlação de Pearson igual a 0,54 e um coeficiente de determinação igual a 0,29, denotando que 29% das variações da proporção de pobres e da taxa de mortalidade infantil em Pernambuco são explicadas pelo modelo de regressão linear simples (Figura 8).

O coeficiente de correlação positivo indica que existe uma relação linear entre proporção de pobres e taxa de mortalidade infantil a cada mil crianças nascidas, ou seja, existe uma tendência de que quanto maior a proporção de pobres maior sejam as taxas de mortalidade infantil para cada mil crianças nascidas nos municípios de Pernambuco (Figura 8).

Na próxima seção serão apresentados os mapas temáticos da taxa de mortalidade infantil para cada mil crianças nascidas e da proporção de pobres, segundo metodologia adotada pelo IBGE (Censo, 2010) no estado de Pernambuco.

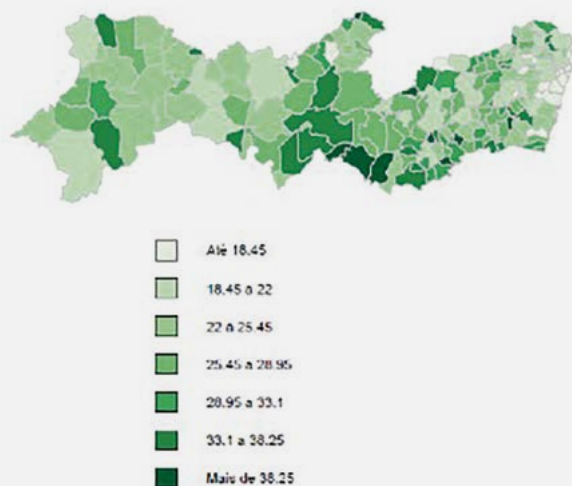
ANÁLISE ESPACIAL

Os resultados obtidos na Figura 7 e Figura 8 revelaram que existe uma relação positiva entre mortalidade infantil e proporção de pobres. A modelagem realizada espacialmente com as variáveis mortalidade infantil e proporção de pobres no estado de Pernambuco em 2010 convergiram para os resultados das figuras 7 e 8.

O mapa temático da taxa de mortalidade infantil em Pernambuco em 2010 (Figura 9), nos municípios que fazem parte do litoral, revelou menores taxas (cores mais claras), assim como as menores proporções de pobres (cores mais claras) (Figura 10). Pode-se afirmar, com esse resultado, que para esses municípios existe uma relação espacial entre taxa de mortalidade infantil e proporção de pobres (Figura 9 e Figura 10). Além dos municípios que compõem o litoral (Paulista, Goiana, Itamaracá, Olinda, Recife, entre outros), é possível encontrar menores taxas de mortalidade infantil e proporção de pobres também em Petrolina e São José do Belmonte (Figura 9 e Figura 10). E maiores taxas de mortalidade infantil e proporção de pobres em Itaíba, Águas Belas e Ibimirim (Figura 9 e Figura 10).

Nesta seção, foram relacionadas as taxas de mortalidade infantil com a variável socioeconômica proporção de pobres, de acordo com conceito e metodologia adotados pelo IBGE (Censo, 2010). Na próxima seção, será

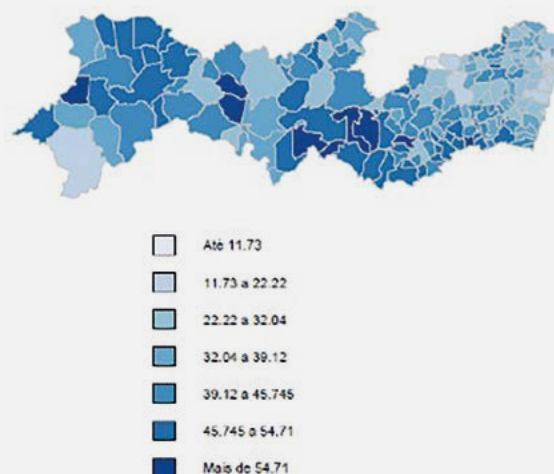
Figura 9
Mapa temático da mortalidade infantil no estado de Pernambuco – 2010



Fonte: IBGE – Censo 2010.

- (1) O mapa temático foi gerado com o programa R versão 3.1.3.
- (2) As legendas denotam os intervalos das taxas de mortalidade infantil, tendo como separador de decimal o ponto.
- (3) As cores mais fortes indicam maiores taxas de mortalidade infantil, enquanto que as cores mais claras e mais próximas do branco indicam menores taxas de mortalidade infantil.

Figura 10
Mapa temático da proporção de pobres do estado de Pernambuco – 2010



Fonte: IBGE – Censo 2010.

- (1) O mapa temático foi gerado com o programa R versão 3.1.3.
- (2) As legendas denotam os intervalos das proporções de pobres, tendo como separador de decimal o ponto.
- (3) As cores mais fortes indicam maiores proporções de pobres, enquanto que as cores mais claras e mais próximas do branco indicam menores proporções de pobres.

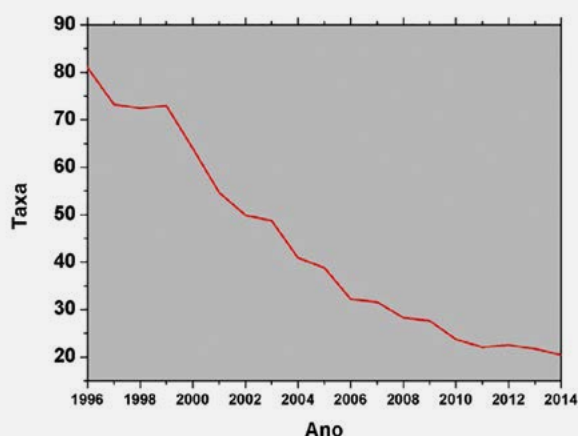
utilizado como taxa de mortalidade infantil o indicador de mortalidade infantil idealizado pelo Sistema de Informações sobre Mortalidade (SIM), e a variável socioeconômica eleita para verificar uma relação temporal foi o PIB per capita.

ANÁLISE TEMPORAL UNIVARIADA

Com o intuito de contemplar os objetivos deste artigo, foi analisada a dinâmica temporal das taxas de mortalidade infantil por mil habitantes de 1996 a 2014 (Figura 11).

A série temporal da taxa de mortalidade infantil por mil habitantes em Pernambuco apresentou um comportamento de decrescimento ano após ano (Figura 11). Para verificar uma relação temporal das taxas de mortalidade infantil por mil habitantes com um fator econômico, elegeu-se o PIB per capita de 2000 a 2012 (Figura 12). E tal análise revelou uma tendência inversa em relação às taxas de mortalidade por mil habitantes (Figura 12).

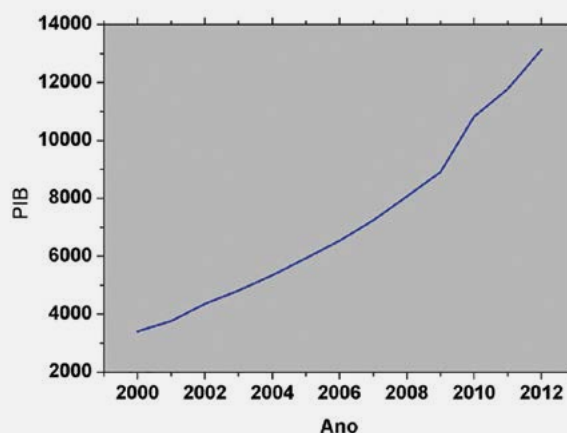
Figura 11
Série temporal da taxa de mortalidade infantil por 100 mil habitantes no estado de Pernambuco – 1996-2014



Fonte: MS/SVS/CGIAE – Sistema de Informações sobre Mortalidade (SIM).

(1) A taxa de mortalidade infantil foi definida a partir do número de óbitos infantis, tendo como denominador a população estimada do ano correspondente.

Figura 12
Série temporal do produto interno bruto per capita do estado de Pernambuco – 2000-2012 – Referência 2002



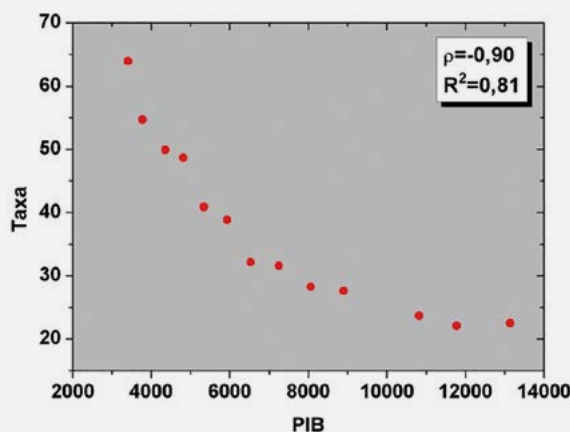
Fontes: IBGE, órgãos estaduais de estatística, secretarias estaduais de governo, Superintendência da Zona Franca de Manaus (Suframa).

(1) Valores do PIB per capita estão em reais correntes.

(2) A população utilizada é a proveniente da base demográfica do MS/Datasus.

Figura 13

Diagrama de dispersão do PIB per capita e da taxa de mortalidade infantil por 100 mil habitantes – 2000-2012



Fontes: IBGE, SIM.

(1) O coeficiente de correlação de Pearson entre as variáveis em análise no período foi igual -0,9045, e o de determinação, igual a 0,8181.

ANÁLISE TEMPORAL BIVARIADA

A partir dos resultados obtidos nas figuras 11 e 12, foi construído o diagrama de dispersão da taxa de mortalidade infantil por 100 mil habitantes e o PIB per capita no período de 2000 a 2012. Com os resultados exibidos na Figura 13 é possível afirmar descritivamente que existe uma correlação negativa de -0,9045 entre PIB per capita e mortalidade infantil por 100 mil habitantes e que, quanto maior a renda do município (PIB per capita), menor será a incidência de mortalidade infantil por 100 mil habitantes no estado de Pernambuco em média (Figura 13).

O coeficiente de determinação de 0,82, supondo um modelo linear, indica que aproximadamente 82% das variações do PIB per capita e das taxas por 100 mil habitantes do estado de Pernambuco são explicadas pelo modelo linear, tendo como base o período em estudo (Figura 13).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise espacial entre as taxas de mortalidade infantil e proporção de pobres identificou uma relação espacial entre esses indicadores, principalmente nos municípios que compõem o litoral. Já a análise temporal entre as taxas anuais de mortalidade infantil e o PIB per capita no período de 2000 a 2010, por meio do diagrama de dispersão, revelou uma relação inversa entre essas variáveis. Nesta perspectiva, em média, municípios com maior PIB per capita tendem a ter as menores taxas de mortalidade infantil.

Os resultados obtidos nesta pesquisa corroboraram as afirmações encontradas na literatura, de que a mortalidade infantil pode ser combatida ou mitigada com políticas voltadas para melhorias dos indicadores sociais e econômicos.

Acredita-se que a presente investigação possa auxiliar, de alguma forma, acadêmicos, gestores públicos e privados na busca de novas pesquisas e políticas destinadas à mitigação da mortalidade infantil no Brasil e especificamente no estado de Pernambuco. Como trabalho futuro, pretende-se relacionar a variável taxa de mortalidade no tempo e no espaço com outras variáveis socioeconômicas (taxa de escolarização, anos de estudo das mulheres, número de leitos de hospitais, saneamento básico, entre outras).

REFERÊNCIAS

- BUSSAB, W.; MORETTIN, P. Estatística Básica. São Paulo: Saraiva, 2003.
- CALDEIRAS, A.P. *et al.* Evolução da mortalidade infantil por causas evitáveis, Belo Horizonte, 1984-1998. *Rev Saúde Pública* 33(1): 67-74, 2005.
- CARDOSO, A. M.; SANTOS, R.V.; COIMBRA, C. E. A. Mortalidade infantil segundo raça/cor no Brasil: O que dizem os sistemas Nacionais de Informação. *Caderno de Saúde Pública*, Rio de Janeiro, 21(5): 1602-1608, set-out, 2005.
- COSTA, J. M. B.S; FRIAS, P. G. Avaliação da completude das variáveis da declaração de óbitos de menores de um ano residentes em Pernambuco, 1997-2005. *Ciência & Saúde Coletiva*, 16 (supl. 1): 1267-1274, 2011.
- DUARTE, C. M. R. Reflexos das políticas de saúde sobre as tendências da mortalidade infantil no Brasil: revisão da literatura sobre a última década. *Cad. Saúde Pública*, Rio de Janeiro, 23(7):1511-1528, jul, 2007.
- EHLERS, R. S. Análise de séries temporais. Curitiba: UFPR, 2009.
- Censo demográfico. IBGE, 2010
- GUIMARÃES, T. M. R.; ALVES, J.G.; TAVARES, M. M. F. Impacto das ações de imunização pelo programa saúde da família na mortalidade infantil por doenças evitáveis em Olinda, Pernambuco, Brasil. *Caderno de Saúde Pública*, Rio de Janeiro, 25(4): 858-876, abr, 2009.
- MELLO, M. P.; PETERNELLI, L. A. Conhecendo o R: Uma visão mais que Estatística. Editora UFV, 2013.
- MILONE, Giuseppe. Estatística Geral e Aplicada. São Paulo: Editora Pioneira Thompson Learning, 2004.
- MORETTIN, L. G. Estatística Básica Volume único Probabilidade e Estatística. São Paulo: Pearson, 2010.
- MORETTIN, P. A.; TOLOI, C. M. C. Análise de séries temporais. 2ª ed. São Paulo: Edgard Blucher/ABE-Projeto Fisher, 2006.
- R Core Team. R: A Language and Environment for Statistical Computing. Vienna, Austria, 2014. Disponível em: <<http://www.R-project.org/>>.
- SZWARCWALD, C.L, *et al.* Estimção da mortalidade infantil no Brasil: O que dizem as informações sobre óbitos e nascimentos do Ministério da Saúde. *Caderno de Saúde Pública*, Rio de Janeiro, 18(6): 1725-1736, nov-dez, 2002.
- TRIOLA, M. Introdução à Estatística. 10ª ed. Rio de Janeiro: LTC - Livros Técnicos e Científicos, 2008.



EVOLUÇÃO ESPACIAL DO MERCADO DE TRABALHO NA REGIÃO METROPOLITANA DE SALVADOR NOS ANOS 2010: UM EXERCÍCIO DE ANTECIPAÇÃO

Helcio de Medeiros Junior

Pós-doutor em Desenvolvimento Regional e Urbano, pela Universidade Salvador (Unifacs) e doutor em Planejamento Urbano e Regional, pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Economista do Instituto Pereira Passos e pesquisador do Grupo de Estudos Regionais e Urbanos (Gerurb/CNPq). hmedeirosjunior@gmail.com

Laumar Neves de Souza
Doutor em Ciências Sociais e mestre em Economia, pela Universidade Federal da Bahia (UFBA). Professor da Universidade Salvador (Unifacs) e pesquisador do Grupo de Estudos Regionais e Urbanos (Gerurb/CNPq). laumar.souza@unifacs.br

A DISTRIBUIÇÃO espacial da atividade econômica no século XXI resultou de momentos distintos ao longo do século anterior, que conjugaram diferentes etapas de industrialização e levaram a que a Região Sudeste e São Paulo, principalmente, alcançassem a condição de principal centro industrial regional do país. Às demais economias subnacionais, periféricas e polarizadas pelo centro, restou ajustar seus sistemas produtivos à concorrência, estabelecendo a divisão inter-regional do trabalho atual, cabendo à Bahia contar com atividades industriais intermediárias e complementares ao polo dominante (TEIXEIRA; GUERRA, 2000), com pouca influência no mercado interno (AZEVEDO, 2000).



A pesquisa traz ainda outras informações necessárias para o estudo do desenvolvimento socioeconômico do país, haja vista que sua amostra foi planejada de modo a produzir resultados para Brasil, grandes regiões, unidades da Federação, regiões metropolitanas que contêm municípios das capitais, Região Integrada de Desenvolvimento (Ride) Grande Teresina e municípios das capitais

Nos anos 1990, em razão do estímulo do Estado ao investimento privado, as atividades petroquímicas, químicas e da indústria de transformação ocuparam a periferia da capital baiana, e o perfil industrial atual da Região Metropolitana de Salvador (RMS) se consolidou com as duplicações da Refinaria Landulpho Alves-Mataripe (RLAM), em São Francisco do Conde, e do Polo Petroquímico, em Camaçari, que contou também, mais recentemente, com a instalação da Ford, no início dos anos 2000. Também nos anos 2000, tal região experimentou e/ou foi palco de processos de metropolização turística, com a inauguração do Complexo Turístico Costa do Sauípe, fato esse que, como não poderia deixar de ser, trouxe repercussões importantes do ponto de vista das atividades levadas a termo pelo setor de serviços. Graças a essas mudanças, o produto interno bruto (PIB) da Bahia passou a representar 4,0% do PIB nacional em 2010, contra os 2,4% de 1980, consolidando o estado como a principal unidade da Federação da Região Nordeste. (MEDEIROS JUNIOR, 2018).

O resultado histórico da formação socioespacial e econômica da RMS pode ser observado a partir da distribuição da geração de riquezas (PIB) por setor econômico e da busca da força de trabalho pela sobrevivência mediante sua condição de inserção no mercado de trabalho metropolitano. Tendo estas evidências como premissas a serem obtidas na sequência da exposição, o presente trabalho se propõe a acompanhar espacialmente a evolução do mercado de trabalho da RMS nos anos mais recentes da década em curso, em face da recessão que se instaurou na economia brasileira entre 2014 e 2016 e da crise dela decorrente que ainda perdura. Pretende-se ainda conjecturar sobre os prováveis efeitos da reforma trabalhista implementada em fins de 2017, em acréscimo à crise reinante.

Para dar conta desse empreendimento investigativo, lançou-se mão fundamentalmente das informações trimestrais regionais disponibilizadas pela Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua Trimestral (PNADC Trimestral), elaborada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). A adoção desse trâmite se justifica em função de tal pesquisa, conforme enfatizado por esse instituto, permitir o acompanhamento das flutuações trimestrais e da evolução, em curto, médio e longo prazos, da força de trabalho. A pesquisa traz ainda outras informações necessárias para o estudo do desenvolvimento socioeconômico do país, haja vista que sua amostra foi planejada de modo a produzir resultados para Brasil, grandes regiões, unidades da Federação, regiões metropolitanas que contêm municípios das capitais, Região Integrada de Desenvolvimento (Ride) Grande Teresina e municípios das capitais. Adicionalmente, com vistas a proceder a um exercício de antecipação de tendência da ocupação no mercado de trabalho em tela, recorreu-se às informações disponibilizadas pela Superintendência de

Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI-BA) e pelo Banco Central do Brasil, respectivamente em relação ao Índice de Movimentação Econômica (Imec) e ao Índice do Banco Central Regional da Bahia (IBCR-BA).

Feitos esses esclarecimentos, deve-se pontuar que se optou por organizar este estudo em três seções, além desta introdução e das considerações finais. Na primeira, achou-se conveniente tecer alguns comentários acerca do que se entende por espaço, uma vez que esta investigação se arvora a realizar uma evolução espacial de um objeto determinado, que é o mercado de trabalho da RMS. Em face desse diapasão, nesta seção preliminar também se investe em uma breve descrição de alguns dos principais acontecimentos que definiram as feições socioeconômicas da região em foco. Na segunda, por seu turno, são envidados esforços no sentido de aferir como se dá a distribuição socioespacial e econômica da RMS. Na terceira, a investigação se volta a descortinar os traços mais marcantes da conjuntura do aludido mercado de trabalho, bem como a especular sobre a tendência que nele poderá vir a se confirmar em termos de ocupação da sua força de trabalho.

BREVES NOTAS SOBRE O CONCEITO DE ESPAÇO E A FORMAÇÃO HISTÓRICO-ECONÔMICA DA RMS

De maneira prudente, considerou-se importante, antes de se abordarem as estatísticas que permitem que se tenham o sentido e a dimensão da evolução espacial do mencionado mercado de trabalho no decorrer dos anos 2010, explicitar qual é o entendimento que se adotou no âmbito deste estudo para a categoria espaço, bem como trazer à baila certos fatos históricos que ajudaram a moldar os contornos presentes nas atuais tramas socioeconômicas que se desenrolam no plano da RMS.

Dando asas a esse expediente analítico, cabe, de pronto, mencionar que, ao se tratar de evolução espacial no contexto desta investigação, tomam-se de empréstimo as explicações fornecidas por Dias (2016) para o que venha a ser espaço. Valendo-se de uma matriz teórica de inspiração marxista, ela pontua que

[...] o espaço é um produto consumado pelo e para o funcionamento da sociedade. Nele se inscrevem os resultados dos processos decorrentes do viver do homem na construção de sua humanidade. Ao mesmo tempo, ele se constitui numa das condições para que tais processos aconteçam. [...].

Dois acontecimentos concorreram, ao longo do tempo [...] o papel ocupado por Salvador no processo de formação da sociedade brasileira [...] O outro se relaciona com a própria descoberta do chamado “ouro negro” nos seus limites territoriais, em 1938, mais precisamente no bairro do Lobato [...] configurou-se na senha que permitiu que a Bahia começasse a dar os primeiros passos mais consistentes em relação à industrialização da sua economia, com a instalação da Refinaria Landulpho Alves-Mataripe (RLAM), no município de São Francisco do Conde, em 1950, e a consequente criação da Petrobras três anos depois

[...] no capitalismo, o espaço comporta as relações de produção (orientadas pela divisão e organização do trabalho) e as de reprodução da força de trabalho e das relações sociais de produção. (DIAS, 2016, p. 101-102).

Com efeito, esta formulação é um recurso teórico/analítico absolutamente crucial no contexto desta investigação, posto que, entre outras coisas, serve para balizar/orientar a análise que procura ter clareza em relação ao papel desempenhado pela RMS, enquanto espaço onde se dão tramas de ordem econômica, política e social (CARLOS, 2011), na modernização da economia brasileira, de uma forma geral, e da economia baiana, de modo particular. Além disso, ela ajuda a rejeitar certas análises que investigam os problemas relativos ao modo de funcionamento do mercado de trabalho da RMS e que ignoram as evidentes idiossincrasias dos diferentes mercados de trabalho dos municípios que a integram (FRANCO *et al.*, 2006).

Processadas essas ponderações, deve-se informar agora que, em termos oficiais, a RMS foi criada nos idos de 1973, pelo governo federal, e desde então, como muito bem asseveram Souza, Dias e Rodrigues (2009), constituiu-se na mais importante região da Bahia. De modo efetivo, ainda seguindo a letra desses autores, essa importância é derivada de dois fatores: 1) de ser o espaço em que foi concentrada praticamente toda a indústria moderna do estado; e 2) de possuir o município de maior porte e mais desenvolvido do estado, Salvador, que é a capital.

Enfatize-se nesse ponto que pelo menos dois acontecimentos concorreram, ao longo do tempo, para que esse quadro fosse desenhado. Um deles foi, indubitavelmente, o papel ocupado por Salvador no processo de formação da sociedade brasileira. Ao se fazer essa afirmação, tem-se claramente em tela o fato de essa paragem se estabelecer, em tempos imemoriais (de 1549 até 1763), como a primeira capital do Brasil, condição essa que lhe assegurou um destaque inquestionável no plano nacional em termos econômicos, sociais e políticos. Ou seja, tal cidade já nasce grande e imponente, na condição de metrópole. O outro se relaciona com a própria descoberta do chamado “ouro negro” nos seus limites territoriais, em 1938, mais precisamente no bairro do Lobato, bem como, em 1941, conforme assinalam Silva, Silva e Silva (2015), na sua região de influência imediata, no município de Candeias.

A ocorrência desses fatos, por assim dizer, configurou-se na senha que permitiu que a Bahia começasse a dar os primeiros passos mais consistentes em relação à industrialização da sua economia, com a instalação da Refinaria Landulpho Alves-Mataripe (RLAM), no município de São Francisco

do Conde, em 1950, e a consequente criação da Petrobras três anos depois. Não por acaso, já na década seguinte (1967), inaugura-se, nos municípios de Candeias e Simões Filho, o Centro Industrial de Aratu (CIA). No final da década de 1970, depois de terem desabrochado as possibilidades de investimento para consolidar o processo de industrialização que se instalara na economia brasileira, desde os anos 1930, no âmbito no II Plano Nacional de Desenvolvimento (II PND), inaugura-se o Polo Petroquímico de Camaçari (Copec). (SOUZA; DIAS; RODRIGUES, 2009).

Como bem lembram esses autores, a presença deste último empreendimento na economia da RMS fez com que a Bahia perdesse seu caráter agrário-exportador, reposicionando-se nacionalmente como uma referência nos setores químico – notadamente a petroquímica – e metalúrgico.

Por conta da letargia econômica que dominou a cena nacional durante a chamada década perdida (anos 1980), a RMS só voltou a ser palco de novos investimentos industriais substantivos a partir dos anos 1990. Como levantado por Souza (2007), no intervalo de tempo que cobre os anos de 1994 a 2005, tal região abrigou 46,5% do valor total das inversões industriais (R\$ 28 bilhões) que afluíram para o estado da Bahia. Ou seja, esse volume de investimento dirigiu-se para a área que historicamente sempre se constituiu no “caminho natural” para as inversões industriais no estado da Bahia: a RMS. Isso, evidentemente, acabou reforçando ainda mais o peso e a importância de tal região no contexto da atividade econômica baiana. É, pois, na esteira dessa movimentação que a Ford, juntamente com as sistêmicas, instala-se em Camaçari, fato esse que confere à Bahia o *status* de estado produtor de bens finais.

Registre-se, de igual modo, que outro vetor de crescimento na economia da RMS verificado nos anos 1990 – em função da política de redirecionamento para o setor externo patrocinada pelo governo Collor – foi a consolidação das atividades no setor turístico, que passou a explorar mais intensamente a faixa litorânea do estado, com destaque para a região do litoral norte.

O que acontece desse emaranhado de situações que vão sendo forjadas no interior da RMS, a partir do ocaso do século passado e início do presente, como bem esclarece Santos (2013 *apud* DIAS, 2016, p. 29), “[...] é que os capitais comercial, imobiliário e financeiro, juntamente com o Estado – sempre com papel crucial nesses processos –, assumem o posto de principais agentes na reconfiguração da metrópole baiana e de sua região oficial”.

Cabe destacar que toda essa dinâmica econômica experimentada pela RMS, no passar das últimas décadas, não resultou, como seria o ideal, na

Outro vetor de crescimento na economia da RMS verificado nos anos 1990 – em função da política de redirecionamento para o setor externo patrocinada pelo governo Collor – foi a consolidação das atividades no setor turístico, que passou a explorar mais intensamente a faixa litorânea do estado, com destaque para a região do litoral norte

As informações oriundas da SEI e do IBGE demonstram que, em 2016, a cidade de Salvador, capital baiana e núcleo da RMS, gerava pouco mais da metade das riquezas (52,5%) da RMS, devido à forte concentração populacional e de negócios, com especialização econômica em serviços, que contribuíam com 68,2% do terciário metropolitano

mitigação de muitas das suas desigualdades intrarregionais. Esse é o ponto de vista defendido por Silva, Silva e Silva (2015), ao considerarem que tal região adentra a segunda metade dos anos 2010

[...] com uma grande população e com uma estrutura bastante desequilibrada quanto ao tamanho demográfico dos municípios e das cidades e à distribuição do PIB, do PIB per capita, do IDH, dos indicadores de saneamento e de desenvolvimento municipal. (SILVA; SILVA; SILVA, 2015, p. 32).

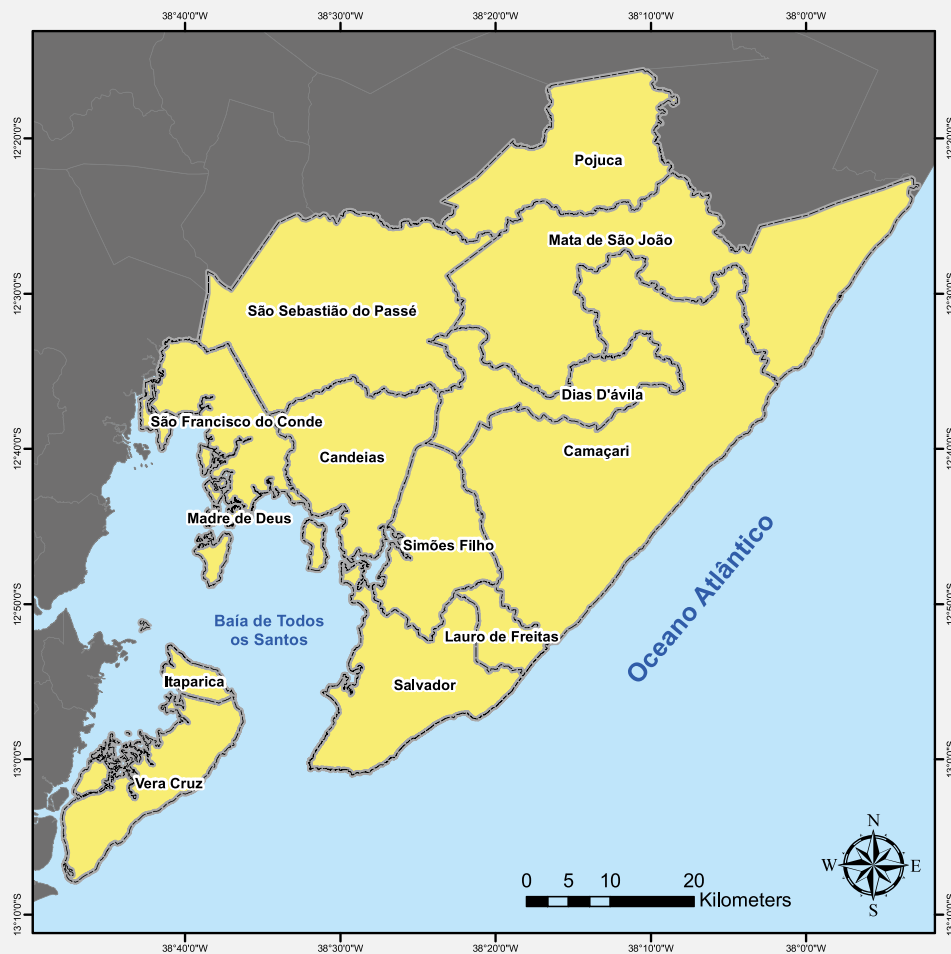
Nesse sentido, não é de causar estranheza – até mesmo pela forma e velocidade com que ocorreu a industrialização e a urbanização da RMS – que a maior cidade da Bahia continue, nos dias que correm, a exercer destacada influência na organização e na dinâmica de todos os demais municípios metropolitanos, permanecendo como foco das principais demandas dos seus moradores, situação que contribui para a ampliação do seu mercado de trabalho. A validade dessa interpretação faz com que o argumento de Borges (2003, p. 76) não tenha perecido, uma vez que Salvador continua a ser “[...] um ponto de referência para o constante ‘ir e vir’ que integra o modo de vida de contingentes numerosos de trabalhadores baianos, há décadas forçados a fazer do nomadismo um ingrediente indispensável na estratégia de sobrevivência da família”.

DISTRIBUIÇÃO SOCIOESPACIAL E ECONÔMICA DA RMS

Tomando-se como referência o último dado divulgado pelo IBGE para o Produto Interno Bruto (PIB municipal), pode-se observar como se estabeleceu a atividade econômica entre os municípios da RMS, cuja formação espacial está refletida na Figura 1.

As informações oriundas da SEI e do IBGE demonstram que, em 2016, a cidade de Salvador, capital baiana e núcleo da RMS, gerava pouco mais da metade das riquezas (52,5%) da RMS, devido à forte concentração populacional e de negócios, com especialização econômica em serviços, que contribuíam com 68,2% do terciário metropolitano (Tabela 1). Em que pese essa caracterização, a cidade era responsável por um quarto do valor adicionado bruto (VAB) industrial, que pode ser devido às atividades manufatureiras complementares às das empresas industriais sediadas na periferia, responsáveis pelos outros três quartos do VAB industrial.

Figura 1
Região Metropolitana de Salvador



Fonte: Elaboração própria.

Em complemento ao domínio da capital no setor terciário, tem-se que os municípios anteriormente mencionados que receberam investimentos industriais, tais como Camaçari e São Francisco do Conde, dominam o setor secundário na periferia. Por fim, em Mata de São João, São Sebastião do Passé e Vera Cruz, predomina a atividade primária. A distribuição da geração do PIB, dessa forma, mostra quão desigual foi o desenvolvimento na RMS, mesmo que a ação do Estado tenha tentado minimizar a grande concentração da atividade econômica ainda existente na capital. No entanto, se o desequilíbrio econômico é um empecilho para uma maior densidade econômica, que venha viabilizar a diversidade econômica decorrente, o local de residência das pessoas em idade de trabalhar e da força de trabalho não acompanhou os esforços empreendidos no passado recente, com a realização de investimentos para dinamização dos territórios.

Tabela 1

Participação do Produto interno bruto e do valor adicionado bruto da agropecuária, indústria e serviços segundo os municípios da Região Metropolitana de Salvador – 2016

Municípios	PIB (%)	Agropecuária (%)	Indústria (%)	Serviços (%)
Total	100,0	100,0	100,0	100,0
Camaçari	18,9	10,7	31,5	10,3
Candeias	3,0	6,7	4,5	2,3
Dias d'Ávila	2,9	1,7	5,4	1,8
Itaparica	0,2	3,6	0,1	0,3
Lauro de Freitas	5,2	1,1	3,8	6,1
Madre de Deus	0,4	1,2	0,2	0,5
Mata de São João	0,9	10,3	0,5	1,1
Pojuca	0,7	3,8	1,0	0,5
Salvador	52,5	23,5	24,9	68,2
São Francisco do Conde	10,1	7,0	22,3	4,4
São Sebastião do Passé	0,5	12,2	0,4	0,5
Simões Filho	4,3	4,1	5,2	3,5
Vera Cruz	0,4	14,1	0,2	0,6

Fonte: IBGE, PIB municipal.

Tabela 2

Participação no número de pessoas em idade ativa, economicamente ativas, ocupadas e desocupadas segundo os municípios da Região Metropolitana de Salvador – 2010

Municípios	Pessoas em idade ativa (%)	Pessoas economicamente ativas (%)	Pessoas ocupadas (%)	Pessoas desocupadas (%)
Total	100,0	100,0	100,0	100,0
Camaçari	1,0	0,9	0,9	0,6
Candeias	0,4	0,4	0,4	0,2
Dias d'Ávila	0,3	0,3	0,3	0,1
Itaparica	0,6	0,5	0,5	0,7
Lauro de Freitas	4,9	5,1	5,3	4,3
Madre de Deus	0,5	0,5	0,4	0,8
Mata de São João	1,2	1,0	1,0	1,1
Pojuca	1,0	0,9	0,8	1,4
Salvador	83,1	84,1	84,4	82,3
São Francisco do Conde	1,0	0,9	0,8	1,7
São Sebastião do Passé	1,3	1,1	1,0	1,4
Simões Filho	3,5	3,3	3,1	4,5
Vera Cruz	1,1	1,0	1,0	0,9

Fonte: IBGE, Censo demográfico.

Como se pode observar pelas informações da Tabela 2, oito em cada dez trabalhadores pertencentes ao conjunto das pessoas em idade de trabalhar e que compõem a força de trabalho residem na capital, estejam eles ocupados ou desocupados. Tamanha concentração remete a questões tais como a de que a atividade industrial não proporciona necessariamente residência fixa ao trabalhador que a ela esteja ligado, sendo sua característica

a de um migrante pendular que trabalha em um local e consome bens e serviços no entorno de sua residência-dormitório. Essa impressão decorre, algumas vezes, do investimento que não conta com o apoio do planejamento urbano local oferecendo alternativas para o deslocamento definitivo do trabalhador a título de moradia, e que permanecerá pressionando o sistema de transportes de maneira precária e inferior à ideal. Da mesma forma, a atividade primária pouco intensiva em mão de obra não costuma exigir deslocamentos pendulares e, por essa razão, não mobiliza grande quantidade de residentes externos ao local em que é desenvolvida. Assim, apesar de os territórios de Lauro de Freitas e Simões Filho, limítrofes a Salvador, terem concentração de força de trabalho superior à dos demais, mas muito inferior à da capital, mesmo que possuam maior participação no PIB de serviços, isso não é suficiente para o espraiamento desejado, levando a que sua mobilidade pendular diária partindo do núcleo ainda continue a desafiar os planejadores urbanos por um bom tempo.

MERCADO DE TRABALHO METROPOLITANO DE SALVADOR

Assim como em qualquer mercado de trabalho – e longe da definição *mainstream* neoclássica/novo clássica do *locus* econômico no qual o confronto equilibrado entre oferta e demanda de trabalho determina o preço de venda da força de trabalho (salário) e o nível de emprego –, na RMS se observa o desnível de poder (OFFE; HINRICH, 1989) entre os trabalhadores ofertantes de força de trabalho desejosos em realizar sua humanidade por meio do exercício do trabalho e em busca de sobrevivência, deslocando-se espacialmente na direção do capitalista demandante de trabalho (GAUDEMAR, 1977). Este, por sua vez, em razão do exército industrial de reserva (EIR) formado pelo contingente de ofertantes, se favorece da condição conflitante e desequilibrada a seu favor para extrair mais-valia e submeter, por meio da absorção da melhor alternativa (capacitação) ao menor custo (expropriação), a força de trabalho a uma maior intensidade do trabalho e a seu prolongamento, depreciando seu salário em relação ao vigente e reduzindo a capacidade do trabalhador de repor sua força de trabalho (MARINI, 2011) para acumular capital.

Tais estratégias são estruturadas pela combinação de ações que conformam o arranjo capitalista toyotista/flexível-neoliberal, consubstanciadas no aprofundamento da reestruturação produtiva do último quarto do século passado com o apoio de proposições normativas que vêm alterando a legislação trabalhista e norteadas pela política econômica do governo desde os anos 1980. Nesse particular, a adoção do regime de metas de inflação (RMI) em

1999, sem a preocupação com o nível de emprego, principal variável social, leva a que se sacrifique em demasia a geração de produto e a demanda por bens e serviços, para regozijo dos formuladores da política econômica e defensores do regime e pauperização da população em geral e trabalhadora em particular. Tal escolha política demonstra qual classe é desprestigiada no conflito capital-trabalho.

Para que se observe o resultado das opções políticas implementadas no âmbito do arranjo capitalista toyotista/flexível-neoliberal, tomou-se por base, como já mencionado, os dados produzidos pela PNADC Trimestral para 2012, ano de sua implementação, 2014, em razão do início da recessão em seu segundo trimestre, segundo o Comitê de Datação de Ciclos Econômicos da Fundação Getúlio Vargas (Codace/FGV), e de 2018.

Considerando-se que o Codace/FGV deliberou pelo fim da recessão no último trimestre de 2016 – e devido aos efeitos defasados da atividade econômica no emprego e à crise econômica decorrente da recessão aprofundada pelas medidas de política econômica adotadas em 2015 –, ter-se-á em vista no ano mais recente o confronto entre a opinião dos *policy makers* do governo – para os quais o mercado de trabalho reagiria prontamente – e a realidade que desmente a sua indiferença. Essa condição poderá ser verificada pela leitura dos dados apurados para os anos mencionados, tanto para a RMS quanto para Salvador, na Tabela 3.

Sua leitura segmentada em períodos, no entanto, deve levar em conta que, nas informações relativas à RMS, está computada a capital, o que sugere que o dinamismo dos movimentos de ambos os recortes espaciais determina qual deles predominou no indicador considerado. Se a variação da RMS for superior à de Salvador, a periferia da capital capitaneou a mudança, e se, ao inverso, a variação da capital superar a da RMS, o núcleo foi determinante para o resultado. Essa abordagem metodológica resulta do fato de que, na aplicação da PNADC, além de a amostra não discriminar a periferia, não sanciona a obtenção de valores absolutos por diferença entre os resultados de ambos os recortes espaciais.

Entre 2012 e 2014, percebe-se que tanto na RMS quanto em Salvador houve elevações em termos absolutos do número de pessoas em idade de trabalhar (PIT) e da força de trabalho (PFT), acompanhadas por reduções das pessoas fora da força de trabalho (PFFT), ainda que marginais. Considerando-se que, aparentemente, as estimativas da PIT respondem a modelos de extrapolação de tendência na RMS (1,4% ao ano) e em Salvador (1,1% a.a.), sendo, portanto, estáveis, importa atentar para os movimentos dos demais indicadores estimados pela pesquisa. A força de trabalho (PFT),

Tabela 3

Indicadores do mercado de trabalho da Região Metropolitana de Salvador e da cidade de Salvador – 2012/2014/2018

Indicadores	2012		2014		2018	
	RMS	Salvador	RMS	Salvador	RMS	Salvador
População (mil pessoas)	3 846	2 863	3 919	2 901	4 042	2 969
Em idade de trabalhar (mil pessoas)	3 113	2 352	3 201	2 402	3 382	2 512
Na força de trabalho (mil pessoas)	2 167	1 648	2 257	1 703	2 349	1 752
Ocupada (mil pessoas)	1 921	1 486	1 942	1 485	1 909	1 470
Desocupada (mil pessoas)	246	162	316	218	440	282
Fora da força de trabalho (mil pessoas)	946	704	945	698	1 033	760
Taxa de participação (%)	69,6	70,1	70,5	70,9	69,5	69,7
Taxa de desocupação (%)	11,4	9,8	14,0	12,8	18,7	16,1
Rendimento médio habitual (R\$) (1)	2 042	2 221	2 119	2 312	2 259	2 450

Fonte: IBGE, PNAD Contínua.

(1) A preços do quarto trimestre de 2018.

por exemplo, apresentou elevação de 2,1% a.a. na RMS e de 1,7% a.a. em Salvador, indicando que os residentes na periferia optaram por ingressar no mercado de trabalho com maior ímpeto do que os do núcleo, tendo como objetivo uma ocupação na própria periferia ou na capital. Em razão de sua opção, e uma vez que o conjunto dos ocupados (PO) na RMS aumentou 0,5% a.a., enquanto em Salvador se manteve virtualmente estável (0,0% a.a.), somente alguns dos trabalhadores residentes na periferia lograram sucesso em ingressar no mercado de trabalho, enquanto aqueles que não conseguiram engordaram o contingente de desocupados (PD), com menor acréscimo do que na capital: 13,3% a.a. contra 16,0% a.a., respectivamente.

Como resultado dos movimentos da força de trabalho, o exército industrial de reserva (EIR) dos residentes na capital elevou-se, proporcionalmente, mais do que o da periferia, haja vista que, em 2012, era 65,9% do total e, em 2014, respondeu por 69,0%. E pode ter tido origem no contingente de pessoas fora da força de trabalho (PFFT), que se reduziu em ambos os recortes. Por outro lado, os ingressantes como ocupados da periferia devem tê-lo feito em empregos com baixos salários, uma vez que o rendimento médio real se elevou na capital entre 2012 e 2014 levemente acima do observado na RMS: 2,0% a.a. contra 1,9% a.a., passando a ser 9,1% superior ao praticado na RMS como um todo.

Já entre 2014 e 2018, a evolução do mercado de trabalho se deu de maneira diferente da do período anterior. Enquanto a partir de meados da primeira década do século em curso a política econômica implementada flexibilizou o tripé macroeconômico (OREIRO, 2017), levando aos melhores resultados alcançados para o PIB em 2010 e ao recorde na criação de empregos

A leitura liberal ortodoxa do cenário econômico pelo novo ministro da Fazenda em fins de 2014, Joaquim Levy, levou a que medidas de política econômica contracionistas, sem compromisso com o gradualismo, afundassem a economia, que já havia entrado em recessão no ano anterior (Codace/FGV), em uma crise que impactou a atividade econômica e se arrasta até o momento presente no mercado de trabalho e nas economias regionais em geral

com carteira assinada na primeira década, segundo o Censo Demográfico de 2010, em 2011/2012, houve uma redução do crescimento econômico e, segundo economistas liberais ortodoxos, entrou em cena a nova matriz econômica (NME), cujas ações tomaram como premissa que a crise econômica internacional e a falta de demanda agregada derrubaram o crescimento (BARBOSA FILHO, 2017). Apesar das evidências à época de que o investimento havia estagnado, a leitura liberal ortodoxa do cenário econômico pelo novo ministro da Fazenda em fins de 2014, Joaquim Levy, levou a que medidas de política econômica contracionistas, sem compromisso com o gradualismo, afundassem a economia, que já havia entrado em recessão no ano anterior (Codace/FGV), em uma crise que impactou a atividade econômica e se arrasta até o momento presente no mercado de trabalho e nas economias regionais em geral. Assim, os efeitos defasados da recessão se manifestaram no mercado de trabalho em 2015 e ainda perduram.

Considerando-se os resultados expostos na Tabela 3 para o segundo período (2014-2018), a força de trabalho (PFT) continuou se elevando, sem, no entanto, apresentar o mesmo dinamismo (1,0% a.a. na RMS e 0,7% a.a. em Salvador), bem como foi acompanhada do aumento do contingente de pessoas fora da força de trabalho (PFFT) na RMS e na capital (2,3% a.a. e 2,2% a.a., respectivamente), diferentemente do que havia ocorrido no período anterior, o que sugere alguma desistência (desalento) na busca por ocupação, que apresentou queda (-0,4% a.a. na RMS e -0,3% a.a. em Salvador). Ainda quanto à mudança de comportamento observada entre os períodos, o EIR (PD) cresceu mais significativamente na periferia do que no núcleo, tendo em vista sua elevação em 8,6% a.a. na RMS e 6,6% a.a. na capital. Em que pese esse resultado, o aumento do rendimento médio real desta vez favoreceu os trabalhadores da periferia, já que o ganho médio auferido pelos trabalhadores da capital passou a ser 8,5% superior ao da RMS como um todo, indicando que as dispensas no núcleo possam ter alcançado a força de trabalho de salários mais altos.

A evolução do mercado de trabalho na RMS *vis-à-vis* a política econômica implementada pelo governo, a julgar pelo comportamento apreciado nos subperíodos, mostrou que a interpretação neoclássica/novo-clássica de que ofertantes e demandantes de força de trabalho se ajustam no mercado de trabalho com a escolha pelo desemprego voluntário para os descontentes com o salário real oferecido não se aplica, mas sim que o nível de emprego é determinado a partir do que ocorre no mercado de bens e serviços (KEYNES, 1996).

Os resultados entre 2012 e 2014 mostraram que a oferta de trabalho (taxa de participação¹) se elevou em ambos os recortes espaciais, e a demanda de trabalho (taxa de desocupação²) não a absorveu, mostrando a condição hostil na qual o mercado de trabalho se encontrava e que elevou o exército industrial de reserva (EIR), num momento em que o contingente de pessoas fora da força de trabalho (PFFT) se reduzia em um movimento em direção ao aumento da força de trabalho. À época, o dinamismo da atividade econômica havia se reduzido, e o investimento, um dos componentes da demanda agregada, não atuava favoravelmente para reverter o quadro de quase estagnação.

Já entre 2014 e 2018, com queda acentuada da atividade econômica nos primeiros anos e ainda pouco dinâmica em seu final, não só a oferta de trabalho se reduziu como a demanda de trabalho piorou em relação ao período anterior, o que levou a que parte da força de trabalho tenha abdicado de inserir-se (aumento da PFFT) devido à impossibilidade de ingresso no mercado, por desalento, e não por desistência voluntária. Além disso, a continuidade de elevação do EIR (PD) a níveis nunca antes alcançados em ambos os recortes espaciais demonstra a necessidade imperiosa de uma ocupação para a população trabalhadora, em um cenário econômico pouco receptivo.

Uma vez que a recuperação da atividade econômica pós-recessão tem ocorrido de forma mais lenta do que a observada em episódios anteriores, e que a absorção de maior contingente de força de trabalho pelo capitalista contratante depende da evolução do mercado de bens e serviços, procurou-se avaliar de maneira prospectiva as condições de ingresso no mercado de trabalho no início de 2019. Para tanto, tendo como premissa que há, nos fenômenos econômicos, relações defasadas que permitem antecipar tendências com o uso de ferramental estatístico adequado, buscou-se avaliar o comportamento da ocupação com base em um indicador de atividade econômica que melhor expressasse a realidade da RMS. Nesse sentido, foram estudados, como mencionado anteriormente, dois indicadores: o Imec e o IBCR-BA. Uma vez que as séries de ambos os indicadores são mensais, e a ocupação oriunda da PNADC é trimestral, procurou-se mensalizar esta última por médias móveis, para que se obtivesse maior volume de informações, respeitando-se, assim, os dados trimestrais³.

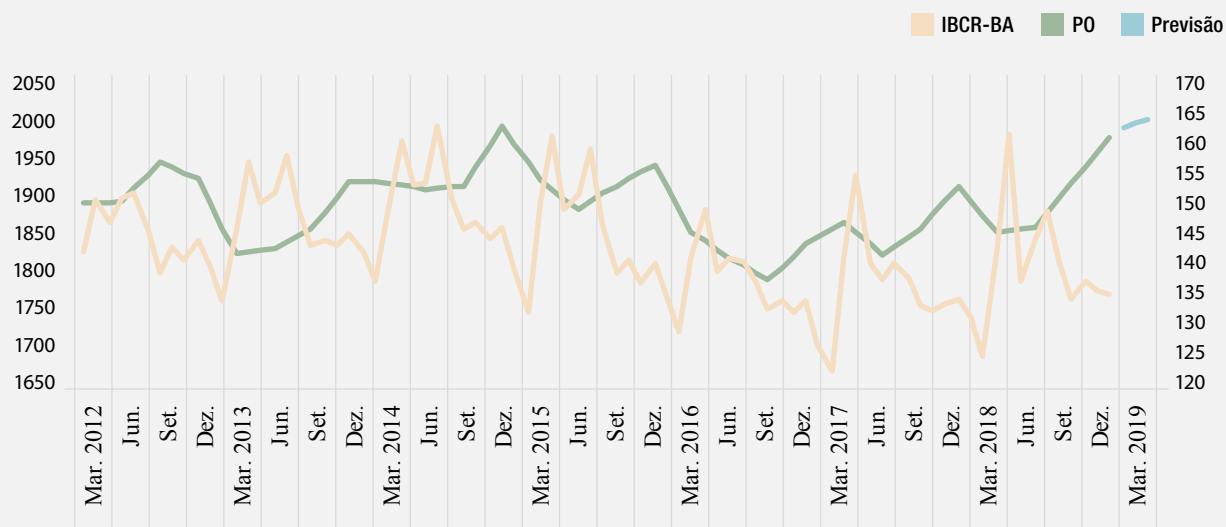
Entre 2014 e 2018,
com queda acentuada
da atividade
econômica nos
primeiros anos e
ainda pouco dinâmica
em seu final, não só
a oferta de trabalho
se reduziu como a
demanda de trabalho
piorou em relação
ao período anterior

1 Refere-se à razão percentual entre as pessoas na força de trabalho e as pessoas em idade ativa: PFT/PIT.

2 Refere-se à razão percentual entre as pessoas desocupadas e as pessoas na força de trabalho: PD/PFT.

3 As séries tomaram como referência o período de março de 2012 a dezembro de 2018, num total de 82 observações.

Figura 2
Pessoas ocupadas e Índice do Banco Central Regional da Bahia



Fonte: Elaboração própria.

A expectativa inicial sugeria que o Imec se adequaria ao comportamento da ocupação metropolitana, uma vez que congrega dados relativos à atividade econômica de Salvador, núcleo da RMS, mas, de outra forma, o IBCR-BA toma como referência o estado da Bahia e, nessa condição, capta com mais propriedade a atividade industrial sediada na periferia da capital. Apesar da perspectiva inicial, ambas as séries foram testadas quanto à sua adequação para a previsão da ocupação⁴. Tendo por base os procedimentos sugeridos em Medeiros Junior (2010, p. 10-17), o peso da atividade econômica existente na periferia provavelmente levou a que o IBCR-BA fosse mais apropriado para prever o desempenho do número de pessoas ocupadas.

Segundo as estimativas oriundas do modelo econométrico ajustado⁵, os três primeiros meses de 2019 virão presenciar elevação da ocupação, com média trimestral na PNADC próxima à obtida no último trimestre de 2014, o pico que antecedeu a entrada na recessão do mercado de trabalho da RMS devido aos efeitos defasados em relação à atividade econômica. Cabe, no entanto, ponderar sobre a qualidade da ocupação, que provavelmente irá recuperar o nível de cinco anos atrás. Em vista de maior liberdade ao capitalista contratante para dar continuidade à acumulação de capital, uma nova

4 As séries do Imec e do IBCR-BA, em separado, demonstraram possuir a mesma ordem de integração $I(1)$ e relacionamento de longo prazo com a ocupação.

5 O modelo obtido após o cumprimento das etapas necessárias para sua estimação (MEDEIROS JUNIOR, 2010) foi um vetor autorregressivo com correção de erro (VEC), cujas estatísticas de avaliação foram: erro quadrático médio (EQM) = 0,37-E04; $R^2 = 0,94$ e $U^2 = 0,0008$.

rodada de flexibilização do mercado de trabalho teve início em fins de 2017, com a reforma trabalhista do governo Temer (Projeto de Lei nº 4.330, que deu origem à Lei nº 13.467, de 13/7/2017, que entrou em vigor 120 dias após sua publicação, em 11/11/2017). Dessa forma, a força de trabalho se verá cada vez mais em condição precária e vulnerável, tomando como exemplo as novas formas de contratação como autônomos exclusivos e trabalhador intermitente. Tais alternativas virão elevar o número de ocupados por conta própria (autônomo exclusivo) e de subocupados por insuficiência de horas trabalhadas (trabalhador intermitente), com legislação nociva à realização da humanidade do trabalhador, em benefício de maior extração de mais-valia para o empregador.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A formação socioespacial singular da RMS, com oito em cada dez integrantes da força de trabalho metropolitana ainda residentes na capital, apesar dos esforços de distribuição da atividade econômica na periferia, leva a que a mobilidade pendular consuma parte do tempo que deveria ser dedicado à reprodução da força de trabalho cotidianamente. Além disso, e por força da necessidade em vender-se para sobreviver, o exército industrial de reserva, que leva a que historicamente a taxa de desocupação da RMS seja uma das maiores do Brasil, busca incessantemente uma ocupação. Desde antes, mas de maneira pior após a entrada e saída da recessão recente e na crise presente, tal ocupação tem se tornado não só difícil quanto cada vez mais precária, com maior prejuízo para os residentes do entorno da capital.

Se, dadas essas condições, se adicionam a opção de política econômica de 2015 sem compromisso com o gradualismo ante a recessão em curso desde o ano anterior, implementada pelo ministro da Fazenda de orientação liberal, e a entrada em vigor da reforma trabalhista em fins de 2017, vê-se que, no conjunto, apesar do discurso político sugerir o contrário, as ações buscam levar ao limite, e ainda além, a superexploração do trabalho para a extração de excedentes dos trabalhadores em volumes cada vez maiores. Tal é o intento dos agentes do arranjo capitalista toyotista/flexível-neoliberal, que, em defesa dos interesses do capital, se valem da posição que ocupam para sugerir e deliberar por seu aprofundamento. Aos *policy makers* de perfil técnico e cômicos da necessidade de uma relação capital-trabalho mais equilibrada, cabe sugerir opções que apoiem o planejamento de ações sociais que compensem a insensibilidade neoliberal, que, no limite, virão esgarçar o tecido social.

REFERÊNCIAS

- AZEVEDO, José S. G. Economia e mercado de trabalho na Bahia e RMS: uma abordagem de longo prazo. *Bahia Análise & Dados*, Salvador, v. 10, n. 1, p. 49-67, jun. 2000.
- BARBOSA FILHO, Fernando de Holanda. A crise econômica de 2014/2017. *Estudos Avançados*, São Paulo, v. 31, n. 89, p. 51-60, 2017.
- BORGES, Ângela. *Desestruturação do mercado de trabalho e vulnerabilidade social: a Região Metropolitana de Salvador na década de 90*. 2003. 376 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2003.
- CARLOS, Ana Fani Alessandri. Da “organização” à “produção” do espaço no movimento do pensamento geográfico. In: CARLOS, Ana Fani Alessandri; SOUZA, Marcelo Lopes de; SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão (org.). *A produção do espaço urbano: agentes e processos, escalas e desafios*. São Paulo: Contexto, 2011. p. 53-73.
- CENSO DEMOGRÁFICO. Rio de Janeiro: IBGE, 2010.
- COMITÊ DE DATAÇÃO DE CICLOS ECONÔMICOS: CODACE. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas/FGV – Instituto Brasileiro de Economia/IBRE, 27 maio 2009.
- DIAS, Patricia Chame. *Trabalho e lazer na metrópole: lugares e fluxos das diferentes classes sociais na Região Metropolitana de Salvador*. 2016. 358 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Instituto de Geociências, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2016.
- FRANCO, Daniela Cerqueira *et al.* O mercado de trabalho metropolitano: retirando o foco de Salvador. *Bahia Análise & Dados*, Salvador, v. 15, n. 4, p. 427-440, mar. 2006.
- GAUDEMAR, Jean-Paul de. *Mobilidade do trabalho e acumulação do capital*. Lisboa: Editorial Estampa, 1977.
- KEYNES, John Maynard. *Teoria geral do emprego, do juro e da moeda*. São Paulo: Nova Cultural, 1996. (Coleção Os Economistas).
- MARINI, Ruy Mauro. Dialética da dependência. In: TRASPADINI, Roberta; STEDILE, João Pedro (org.). *Ruy Mauro Marini: vida e obra*. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2011.
- MEDEIROS JUNIOR, Helcio de. *Trabalho e desenvolvimento regional: concentração e dispersão espacial na Bahia e Rio de Janeiro*. 260 f. Relatório (Pós-Doutorado em Desenvolvimento Regional e Urbano) – Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional e Urbano, Universidade Salvador, Salvador, 2018 (mimeo).
- MEDEIROS JUNIOR, Helcio de. Previsão e planejamento: antecipando a tendência do emprego formal na cidade do Rio de Janeiro em 2010. *Coleção Estudos Cariocas*, Rio de Janeiro, v. 10, n. 20100401, abr. 2010. Disponível em: <http://portalgeo.rio.rj.gov.br/estudoscariocas/download/2539_Emprego%20formal%20na%20Cidade%20do%20Rio%20de%20Janeiro%20em%202010.pdf>. Acesso em: 22 jun. 2010.
- OFFE, Claus; HINRICH, Karl. Economia social do mercado de trabalho: diferencial primário e secundário de poder. In: OFFE, Claus. *Trabalho e sociedade: problemas estruturais e perspectivas para o futuro da sociedade do trabalho*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1989. v. 1. (Biblioteca Tempo Universitário, 85. Série Estudos Alemães).

OREIRO, José Luis. A grande recessão brasileira: diagnóstico e uma agenda de política econômica. *Estudos Avançados*, São Paulo, v. 31, n. 89, p. 75-88, jan./abr. 2017.

PNAD contínua trimestral. Rio de Janeiro: IBGE, Coordenação de Trabalho e Rendimento, 2013- . Trimestral.

PRODUTO INTERNO BRUTO DOS MUNICÍPIOS. Rio de Janeiro: IBGE, Coordenação de Contas Nacionais, 2002- . Anual.

SILVA, Sylvio Bandeira de Mello e; SILVA, Barbara-Christine Nentwig; SILVA, Maina Pirajá. Salvador e sua região metropolitana: mudanças recentes, conflitos e perspectivas institucionais. *GeoTextos*, Salvador, v. 11, n. 2, p. 13-40, dez. 2015.

SOUZA, Laumar Neves de. *Dinâmica econômica e seus impactos nas estratégias de inserção feminina no mercado de trabalho da RMS*. 2007. 287 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2007.

SOUZA, Laumar Neves de; DIAS, Patrícia Chame; RODRIGUES, Flávia Santana. Estudo dos municípios da metrópole baiana a partir de alguns indicadores do mercado de trabalho. *Revista de Desenvolvimento Econômico*, Salvador, v. 11, n. 20, p. 41-55, jul. 2009.

TEIXEIRA, Francisco; GUERRA, Oswaldo. 50 anos de industrialização baiana: do enigma a uma dinâmica exógena e espasmódica. *Bahia Análise & Dados*, Salvador, v. 10, n. 1, p. 87-98, jun. 2000.



QUALIFICAÇÃO DA MÃO DE OBRA DA CADEIA PRODUTIVA DE AGUARDENTE E OUTRAS BEBIDAS DESTILADAS DO RECÔNCAVO DA BAHIA: UMA ANÁLISE A PARTIR DOS DADOS DA RAIS

Railane de Souza
Graduada em Engenharia de
Produção pela Faculdade Área 1.
railane.souza@globomail.com

Diego Lemos Ferreira
Discente do Doutorado em
Modelagem Computacional
e Tecnologia Industrial
pelo Senai/Cimatec
diegolemosferreira@gmail.com

Renelson Ribeiro Sampaio
Docente do Doutorado em
Modelagem Computacional
e Tecnologia Industrial
pelo Senai/Cimatec
renelson.sampa@gmail.com

A **RELAÇÃO** Anual de Informações Sociais (RAIS) tem por objetivo o suprimento das necessidades de controle da atividade trabalhista no país através de um banco de dados suficientes para a identificação dos trabalhadores com direito ao recebimento do abono salarial. Além disso, serve como banco de dados para a elaboração de estatísticas do trabalho e para a disponibilização de informações do mercado de trabalho às entidades governamentais (BRASIL, 2002). Um dos dados coletados na RAIS é o código da Classificação Brasileira de Ocupações (CBO) atribuído para cada trabalhador com carteira assinada.



Ressalta-se que a produção de licores no Recôncavo está relacionada aos festejos juninos, que envolvem milhões de pessoas, principalmente no Nordeste do Brasil (MORAES; FERREIRA; SABA, 2017). Esses mesmos autores apontam ainda que esta atividade tem o potencial de se tornar uma indicação de procedência, promovendo o desenvolvimento regional, conforme acontece no Vale dos Vinhedos (RS) e com a Cachaça de Paraty (RJ) (MORAES; SABA, 2017).

A Classificação Brasileira de Ocupações (CBO) é o documento que reconhece, padroniza e descreve as características de cada uma das profissões existentes no mercado de trabalho brasileiro. O princípio estrutural da CBO foi construído em 1977, com base na Classificação Internacional Uniforme de Ocupações (CIUO) de 1968. Constantemente, a CBO sofre atualização e modernização, devido às significativas mudanças no cenário socioeconômico e cultural do país, o que influencia diretamente a estrutura do mercado de trabalho (BRASIL, 2002).

Neste sentido, o conjunto de CBOs atribuídas aos trabalhadores de uma atividade pode contribuir para estimar o nível tecnológico de uma dada região. Obviamente que uma avaliação mais adequada do nível tecnológico envolveria também o estudo das máquinas utilizadas, o qual é feito por Andrade (2017).

Assim, o presente trabalho foca a mão de obra, especificamente a empregada na produção de licores do Recôncavo da Bahia, tendo o seguinte questionamento: qual o nível de qualificação da mão de obra que atua na indústria de bebidas alcoólicas na Região do Recôncavo da Bahia? A ampliação da produção de licores para a de bebidas alcoólicas se deu por causa da escassez de dados específicos.

Ressalta-se que a produção de licores no Recôncavo está relacionada aos festejos juninos, que envolvem milhões de pessoas, principalmente no Nordeste do Brasil (MORAES; FERREIRA; SABA, 2017). Esses mesmos autores apontam ainda que esta atividade tem o potencial de se tornar uma indicação de procedência, promovendo o desenvolvimento regional, conforme acontece no Vale dos Vinhedos (RS) e com a Cachaça de Paraty (RJ) (MORAES; SABA, 2017).

METODOLOGIA

O presente trabalho baseou-se em pesquisa documental, que utilizou o banco de dados da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS), cruzando informações dos municípios estudados, do Cadastro Nacional de Atividades Econômicas (CNAE) e da Classificação Brasileira de Ocupações (CBO). Este cruzamento serviu para mapear o perfil da mão de obra que atua na produção de bebidas alcoólicas do Recôncavo da Bahia. Complementarmente, foram mapeadas as instituições de ensino superior localizadas no Recôncavo da Bahia, via internet, que formam mão de obra com competências específicas para a indústria de bebidas alcoólicas.

REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

O Recôncavo da Bahia possui diversos produtores de licores de frutas (BASTOS, 2016; MORAES; FERREIRA; SABA, 2017; CONCEIÇÃO, 2016). O licor é uma bebida típica dos festejos juninos, que, por sua vez, ocorrem na mesma região no mês de junho. Pesquisas realizadas pelos mesmos autores apontam o Recôncavo como forte produtor desta bebida, porém de maneira predominantemente informal.

Bastos (2016) afirma ainda que o conjunto desses produtores de licor apresenta característica de formação de um sistema local de produção (SLP) com informalidade predominante. Entende-se como SLP um grupo de empresas que atuam em determinado setor em determinada região (LASTRES, CASSIOLATO, 2003; SUZIGAN *et al.*, 2003; SUZIGAN *et al.*, 2004).

Tendo em vista os conceitos da CBO e suas informações sobre profissões, é possível analisar fatores importantes no contexto socioeconômico do país. Partindo-se de um tratamento de dados da RAIS, consegue-se inferir o nível de capacitação da mão de obra pertinente no setor de bebidas do Recôncavo da Bahia.

ANÁLISE DOS RESULTADOS

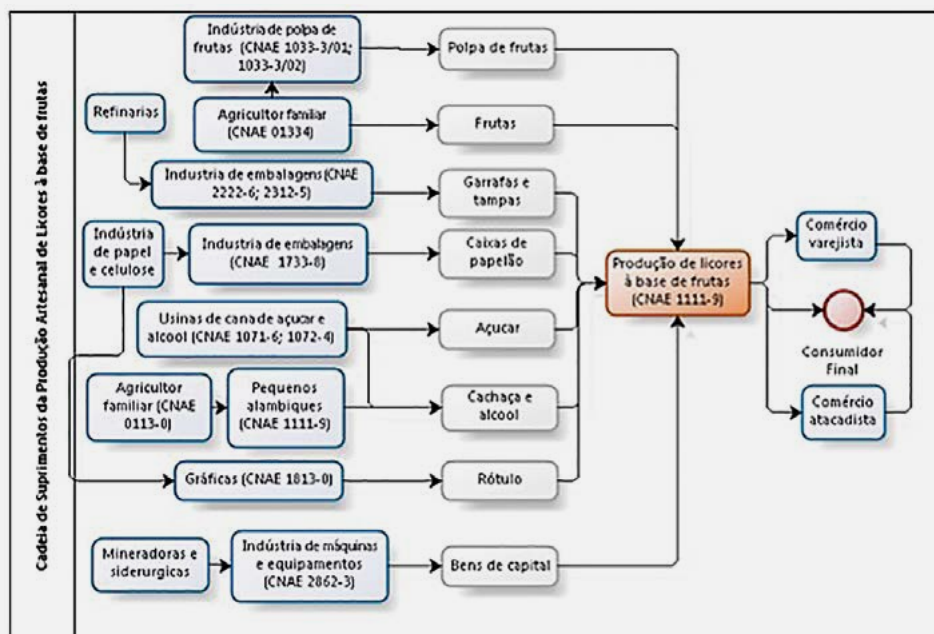
O banco de dados utilizado nesta pesquisa foi o do Relatório Anual de Informações Sociais (RAIS) do ano de 2016 (o mais atualizado até o momento da análise). A partir disso, foram feitas delimitações adicionais. A primeira se refere à região, no caso, o Recôncavo da Bahia, do qual fazem parte os municípios apresentados na Tabela 1.

Tabela 1
Código dos municípios do Recôncavo da Bahia

Código	Cidade	Código	Cidade
290485	Cabaceiras do Paraguaçu	292250	Nazaré
290490	Cachoeira	292860	Santo Amaro
290730	Castro Alves	292870	Santo Antônio de Jesus
290830	Conceição do Almeida	292900	São Felix
290980	Cruz das Almas	292910	São Felipe
291020	Dom Macedo Costa	292920	São Francisco do Conde
291160	Governador Mangabeira	292950	São Sebastião do Passé
292060	Maragogipe	292960	Sapeaçu
292220	Muniz Ferreira	29275	Saubara
292230	Muritiba		

Fonte: Brasil (2017).

Figura 1
Cadeia de suprimentos da produção de aguardentes e outras bebidas destiladas do Recôncavo da Bahia



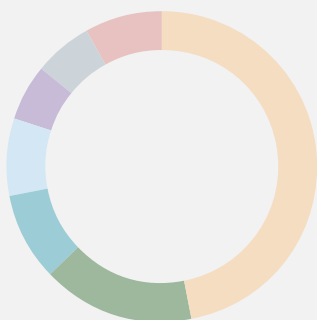
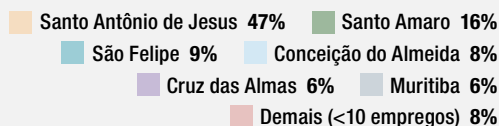
Fonte: Bastos (2016).

Além da delimitação da região, foi feito um recorte por atividade econômica. Nesse critério, havia duas opções. A primeira consideraria o conceito de sistemas locais de produção (SLP), o qual é definido como um conglomerado de empresas que atuam em determinado setor e estão localizadas em uma região específica. Inclui também as instituições de apoio, como centros de pesquisas, universidades, associações de setor etc. (LASTRES, CASSIOLATO, 2003; SUZIGAN *et al.*, 2003; SUZIGAN *et al.*, 2004). O segundo seria por meio da cadeia de suprimentos, que se restringe à atividade em si e ao seu conjunto de fornecedores e clientes. Como as instituições de apoio, as universidades e os centros de pesquisa dão suporte a mais de uma atividade econômica, envolvê-los geraria distúrbio nos dados. Assim, optou-se pela delimitação a partir da cadeia de suprimentos, conforme a Figura 1.

Em relação à produção de licores à base de frutas, o CNAE específico é a Subclasse 1111-9/02. No entanto, optou-se por utilizar o nível classe, ou seja, Classe 1111-9, que se refere à “fabricação de aguardente e outras bebidas destiladas”, porque uma indústria com CNAE 1111-9/01 pode ter

Figura 2

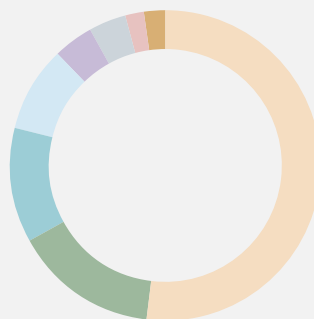
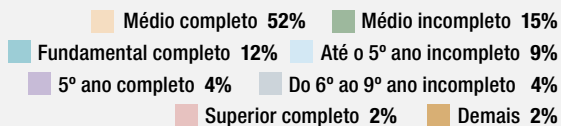
Distribuição da mão de obra com carteira assinada nas atividades da cadeia de suprimentos de produção de aguardente e outras bebidas destiladas – Recôncavo da Bahia – 2016



Fonte: Brasil (2018). Elaborado pelos atores.

Figura 3

Nível de escolaridade dos empregados com carteira assinada da cadeia de suprimentos da fabricação de aguardentes e outras bebidas destiladas – Recôncavo da Bahia – 2016



Fonte: Brasil (2018). Elaborado pelos atores.

como atividade secundária o CNAE 1111-9/02, e isso não é explicitado no banco de dados da RAIS.

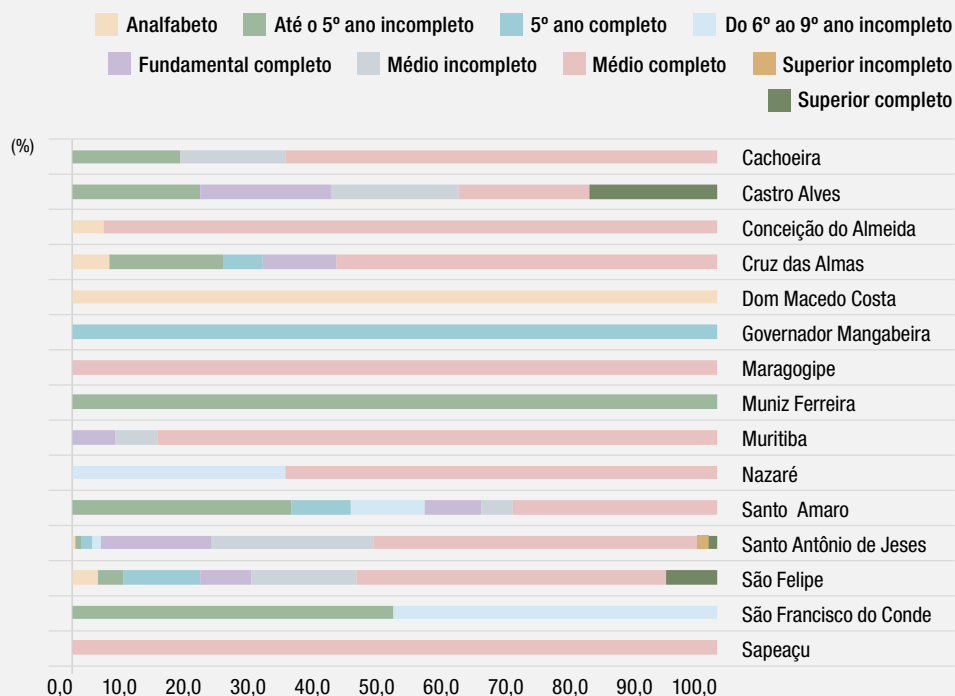
Outra atividade não abordada nesta pesquisa foi o comércio (atacadista e varejista). Neste setor desembocam diversos segmentos industriais. Por isso, utilizá-lo nas análises geraria distúrbios nos resultados.

Com essas delimitações, os dados da RAIS puderam ser usados para analisar o nível de capacitação da mão de obra com carteira assinada da fabricação de aguardente e outras bebidas destiladas do Recôncavo da Bahia. Isso serviu também para inferir o nível tecnológico do setor.

Foram identificados 270 empregos com carteira assinada nas atividades que mantêm relação com a fabricação de aguardentes e outras bebidas destiladas nas cidades do Recôncavo da Bahia. Há uma concentração (63%) em apenas dois municípios (Figura 2).

Conforme a Figura 3, mais de 95% da mão de obra que atua na cadeia de suprimentos da fabricação de aguardentes e outras bebidas destiladas do Recôncavo da Bahia não possui nível superior, o que indica baixa

Figura 4
Nível de escolaridade, por município, dos empregados com carteira assinada da cadeia de suprimentos da fabricação de aguardentes e outras bebidas destiladas – Recôncavo da Bahia – 2016



Fonte: Brasil (2018). Elaborado pelos autores.

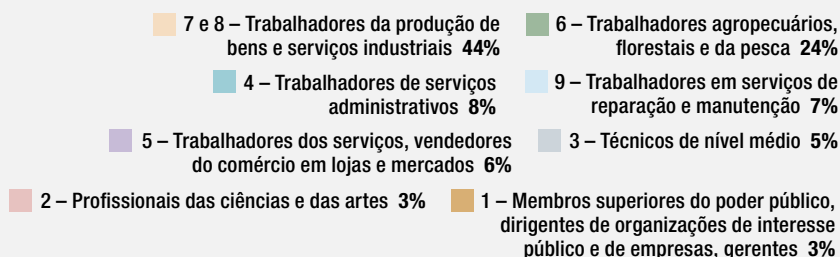
capacitação para conhecimentos específicos. Baixos níveis de qualificação da mão de obra acabam por limitar a capacidade das organizações em absorver novas tecnologias ou desenvolver novos produtos (FERREIRA, 2012; FERREIRA; ANTONIO; MORAES, 2013, 2014).

Em algumas cidades, não existe sequer mão de obra com formação de ensino médio nesta cadeia (figura 4). Ou seja, os trabalhadores, de forma geral, devem ter dificuldades com cálculos e leituras básicas de material técnico, como manuseio de equipamentos e uso adequado de matéria-prima. Tal situação torna urgente a adoção de políticas públicas para aumentar o nível de escolaridade da população da região.

Entende-se que a preparação da mão de obra não se dá apenas por meio do ensino seriado (fundamental, médio etc.). Ela ocorre também através de cursos específicos e da vivência profissional. A RAIS não cobre esse tipo de qualificação, mas possui dados que ajudam a descrever essa

Figura 5

Distribuição dos empregos com carteira assinada, por Grupo da CBO, da cadeia de suprimentos da fabricação de aguardentes e outras bebidas destiladas – Recôncavo da Bahia – 2016



Fonte: Brasil (2018). Elaborado pelos autores.

* O Grupo 8 é uma continuação do Grupo 7. Ambos englobam o mesmo nível de trabalho, mas em atividades diferentes.

característica. Um desses dados é a Classificação Brasileira de Ocupações (CBO) à qual o empregado está associado. A CBO organiza os tipos de trabalho em dez grupos (de 0 a 9). A Figura 5 apresenta a distribuição dos empregos por grupo da CBO.

Na CBO, os grupos de 1 a 3 concentram os trabalhadores que requerem maior qualificação seriada. Estes grupos representam 11% da mão de obra nesta atividade, sendo que 5% estão especificamente classificados no Grupo 3 (Figura 5). Os empregos com atividades operacionais concentram cerca de 70% (grupos 6, 7 e 8), o que é de se esperar, porque, em geral, esses trabalhadores ocupam a maior parte dos empregos na economia. No entanto, aqui se recomendam trabalhos futuros com o objetivo de comparar, com outras regiões, os perfis dos grupos da CBO da atividade de fabricação de aguardentes e outras bebidas destiladas.

Dentro da CBO, o subgrupo principal (84) representa os “trabalhadores da fabricação de alimentos, bebidas e fumos”. No Recôncavo, existem

apenas três trabalhadores neste subgrupo principal, e todos eles estão no Subgrupo 841 – “operadores de equipamentos na preparação de alimentos e bebidas”. A Tabela 2 apresenta um detalhamento desta atividade.

Os dados da Tabela 2 contrastam com o que foi constatado por Bastos (2016), ao identificar mais de 40 produtores de licor no Recôncavo, mas ao mesmo tempo reforçam a conclusão da referida autora ao afirmar que esta atividade é predominantemente informal. Conceição (2016) também converge com este argumento. De forma complementar, foi feita a identificação dos trabalhadores alocados no CNAE 1111-9 – fabricação de aguardente e outras bebidas destiladas. A Tabela 3 apresenta os resultados deste cruzamento.

Observa-se na Tabela 3 que, dos 15 empregos identificados, cinco requerem conhecimentos específicos sobre a atividade de fabricação

Tabela 2
Distribuição, por título da CBO, dos empregos com carteira assinada da atividade de fabricação de aguardentes e outras bebidas destiladas – 2016

Título da CBO	Nº de empregos
8417-05 – Alambiqueiro:	2
8417-35 – Dessecador de malte	1

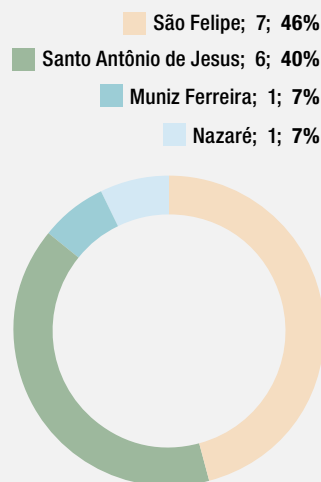
Fonte: Brasil (2018). Elaborado pelos autores.

Tabela 3
Distribuição, por título da CBO, dos empregos com carteira assinada alocados em empresas com CNAE 1111-9 (“fabricação de aguardentes e outras bebidas destiladas”) – 2016

Título da CBO	Nº de empregos
7832-25 - Ajudante de motorista	4
9922-25 - Auxiliar geral de conservação de vias permanentes (exceto trilhos)	4
7823-10 - Motorista de furgão ou veículo similar	2
8417-05 – Alambiqueiro	2
7841-20 - Operador de máquina de envasar líquidos	1
8114-15 - Operador de alambique de funcionamento contínuo (produtos químicos, exceto petróleo)	1
8417-35 - Dessecador de malte	1
Total	15

Fonte: Brasil (2018). Elaborado pelos autores.

Figura 6
Distribuição dos empregos com carteira assinada, por município, na atividade de fabricação de aguardentes e outras bebidas destiladas – Recôncavo da Bahia – 2016

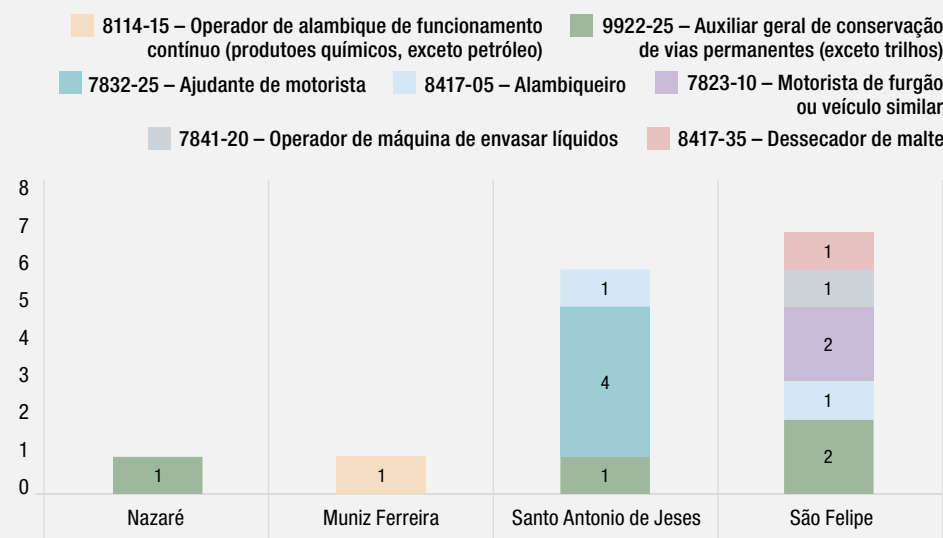


Fonte: Brasil (2018). Elaborado pelos autores.

de aguardente e outras bebidas destiladas (títulos 8417-05, 8114-15 e 8417-35). Os demais tratam de atividades absorvidas por vários setores econômicos. Aparentemente, os empregos do Título 9922-25 foram classificados equivocadamente. Esses empregos estão distribuídos em quatro cidades, conforme a Figura 6.

A Figura 7 permite identificar o nível de qualificação por cidade na atividade estudada. Observa-se nesta figura que duas cidades não só concentram 86% dos empregos na atividade como também detêm a maior parte dos empregos com carteira assinada com maior nível de qualificação. A cidade de São Felipe, especificamente, apresenta-se como um núcleo importante deste setor porque tem o maior número de empregos com carteira assinada. Em sistemas locais de produção, empregos com carteira assinada normalmente são acompanhados por outros sem carteira assinada, conforme apontam alguns autores (SUZIGAN, 2006; BASTOS; ALMEIDA, 2008; REQUENA, 2006).

Figura 7
Distribuição dos empregos com carteira assinada por CBO e por cidade da atividade de fabricação de aguardente e outras bebidas destiladas – Recôncavo da Bahia – 2016



Fonte: Brasil (2018). Elaborado pelos autores.

Tabela 4
Instituições de ensino superior – Recôncavo da Bahia – Nov. 2017

Instituição	Cidade onde funciona o curso	Curso relacionado à atividade analisada
UFRB (Universidade Federal do Recôncavo da Bahia)	Cruz das Almas	Agroecologia (tecnólogo); Agronomia; Nutrição; Engenharia Florestal
FACEMP (Faculdade de Ciências e Empreendedorismo)	Santo Antônio de Jesus	Engenharia de Produção
FAMAM (Faculdade Maria Milza)	Governador Mangabeira	Nutrição

Fonte: os autores (2018).

Para o grupo de trabalhadores abordado na Figura 7, o salário médio pago era de R\$ 1.122,68, tendo como mediana R\$ 904,44 e 67% abaixo de R\$ 1.000,00. A baixa remuneração, próxima ao salário mínimo, reforça a pouca qualificação da mão de obra e está em linha com os dados apresentados na Figura 5.

Diante da análise, surge a seguinte pergunta: esta baixa qualificação está relacionada à não existência na região de cursos de capacitação para a mão de obra? E conforme dito antes, a capacitação pode ser obtida por meio de cursos seriados (ensino fundamental, médio etc.) e em cursos gerais de preparação. Como este segundo caso é mais difícil de identificar, a pesquisa focou o primeiro. Assim, sugere-se como trabalho futuro a identificação de instituições de qualificação com foco em cursos não seriados.

Este estudo identificou os cursos seriados em nível profissionalizante (ensino superior) e as instituições que os ofertam. O mapeamento das instituições foi feito em novembro de 2017, por meio de busca no *site* de pesquisa <google.com.br>. Em seguida foi acessado o *site* de cada uma das instituições para identificar os cursos oferecidos.

Neste mapeamento foram encontradas seis instituições de ensino superior e tecnológico no Recôncavo: Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB), Faculdade de Ciências Empresariais (Facemp), Universidade do Estado da Bahia (Uneb), Instituto Federal da Bahia (IFBA), Faculdade Adventista e Faculdade Maria Milza (Famam) e Faculdade Pitágoras. Destas, apenas três possuem cursos com alguma relação com a atividade econômica analisada neste trabalho (Tabela 4). Não foram incluídos

nesta análise os cursos *on-line*, pois não há garantia de que tenham efetivamente turmas.

Ressalta-se a inexistência no Recôncavo de cursos diretamente relacionados à atividade analisada, como engenharia de alimentos e engenharia química. Além disso, muitos dos cursos existem há menos de dez anos, o que, considerando um ciclo mínimo de quatro anos para a formação, ainda não permitiu preparar uma massa de mão de obra qualificada para o setor na região.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os dados desta pesquisa convergem com as conclusões de Bastos (2016) e Conceição (2016), que afirmam que a atividade de produção de aguardentes e outras bebidas destiladas, incluindo os licores, é predominantemente informal. Reforçam também as constatações de Andrade (2017) indicando que o setor apresenta baixo nível tecnológico. Essa informalidade, por sua vez, não permite que os órgãos públicos identifiquem a atividade, que acaba marginalizada das políticas de desenvolvimento. Isso gera um ciclo vicioso, já que a não formalização leva à precarização da atividade, que dificulta a formalização.

Dada a importância da produção de licores no Recôncavo para a cultura e para a economia local, fazem-se urgentes ações de promoção da atividade. Essas ações perpassam primariamente pela qualificação da mão de obra, pois são os atores desta atividade – e não os agentes públicos – os mais indicados para transformá-la.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, Caio Barreto de. *Tecnologias utilizadas na produção artesanal de licores do Recôncavo da Bahia*. 2017. 21 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Engenharia de Produção) - Faculdade Área 1, Salvador, 2017.

BASTOS, Gabriela. *O sistema local de produção informal de licores de frutas do Recôncavo da Bahia*. 2016. 20 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Engenharia de Produção) - Faculdade Área 1, Salvador, 2016.

BASTOS, Suzana Quinet; ALMEIDA, Bernardo Borges. Metodologia de identificação de aglomerações industriais: uma aplicação para Minas Gerais. *Revista Economia*, Brasília, v.9, n.4, p.63–86, dez. 2008.

BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. *Classificação Brasileira de Ocupações* - CBO. Brasília: MTE, 2002. Disponível em: <http://www.mtecbo.gov.br/cbsite/pages/saibaMais.jsf>. Acesso em: 12 set. 2017.

BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. *Relatório Anual de Informações Sociais*. Brasília: MTE, 2018. Disponível em: <ftp://ftp.mtps.gov.br/pdet/microdados/RAIS/>. Acesso em: 6 set. 2018.

CONCEIÇÃO, Jair Guimarães Goes da. *A limitação da metodologia atual na identificação de um sistema local de produção com informalidade predominante*. 2016. 23 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Engenharia de Produção) - Faculdade Área 1, Salvador, 2016.

FERREIRA, Diego Lemos. *O sistema de inovação do estado da Bahia: uma análise baseada em indicadores de tecnologia e inovação*. 2012. 248 f. Dissertação (Mestrado em Gestão e Tecnologia Industrial) - SENAI CIMATEC, Salvador, 2012. Disponível em: http://www.senaicimatec.com.br/wp-content/uploads/2012/08/dissertacao_diegolemosferreira.pdf. Acesso em: 21 nov. 2017.

FERREIRA, Diego Lemos; ANTONIO, Liliene de Queiroz; MORAES, Fernanda Rodrigues. Índice Brasil de inovação: uma aplicação em nível estadual com foco no estado da Bahia. *Revista Gestão, Inovação e Tecnologias*, Aracaju, v. 3, n. 1, p.12-31, 15 mar. 2013. Disponível em: <http://www.revistageintec.net/index.php/revista/article/view/80>. Acesso em: 12 set. 2017.

FERREIRA, Diego Lemos; ANTONIO, Liliene de Queiroz; MORAES, Fernanda Rodrigues. Innovation system of Bahia: analyze based on its actors perception. *Revista Gestão, Inovação e Tecnologias*, Aracaju, v. 4, n. 2, p.955-974, 22 jun. 2014. Disponível em: <http://www.revistageintec.net/index.php/revista/article/view/375/421>. Acesso em: 12 set. 2017.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *IBGE Cidades*. 2017. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br>. Acesso em: 27 nov. 2017.

LASTRES, Helena M. M.; CASSIOLATO, José Eduardo. Novas políticas na era do conhecimento: o foco em arranjos produtivos e inovativos locais. *Parcerias estratégicas*, Brasília, v. 8, n. 17, p. 5-30, mar. 2003.

MORAES, Fernanda Rodrigues; FERREIRA, Diego Lemos; SABA, Hugo. Indicação de procedência: potencial do Recôncavo da Bahia no reconhecimento da produção artesanal de licores de frutas. *Conjuntura & Planejamento*, Salvador, n. 193, p.63-77, dez. 2017. Semestral. Disponível em: <http://publicacoes.sei.ba.gov.br/index.php/conjunturaeplanejamento/article/view/94>. Acesso em: 20 jul. 2018.

MORAES, Fernanda Rodrigues; SABA, Hugo. Indicações geográficas como estratégia para o desenvolvimento regional. *SODEBRAS*, Fortaleza, v. 12, n. 133, p. 83-87, jan. 2017. Disponível em: <http://www.sodebras.com.br/edicoes/N133.pdf>. Acesso em: 7 maio 2019.

REQUENA, Wendie Aparecida Piccinini. *O papel do APL de joias e bijuterias no desenvolvimento urbano de Limeira-SP*. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) - Universidade Presbiteriana Mackenzie, São Paulo, 2006.

SUZIGAN, Wilson *et al.* Clusters ou sistemas locais de produção: mapeamento, tipologia e sugestões de políticas. *Revista de Economia Política*, São Paulo, v. 24, n. 4, p.543-562, out./dez. 2004.

SUZIGAN, Wilson (coord.). *Identificação, mapeamento e caracterização estrutural de arranjos produtivos locais no Brasil*: relatório consolidado. Rio de Janeiro: IPEA, 2006.

SUZIGAN, Wilson *et al.* Coeficientes de Gini locacionais – GL: aplicação à indústria de calçados do Estado de São Paulo. *Nova Economia*, Belo Horizonte, v. 13, n. 2, p.39-60, jul./dez. 2003. Disponível em: <http://revistas.face.ufmg.br/index.php/novaeconomia/article/view/415>. Acesso em: 9 set. 2016.



Vitor Araújo Filgueiras
Economista, secretário da
Associação Brasileira de Estudos
do Trabalho (ABET), foi auditor fiscal
do Ministério do Trabalho (MTE).

PROMESSAS E REALIDADE DA REFORMA TRABALHISTA NO BRASIL

Ao redor do mundo, demandas por reformas trabalhistas remontam ao final dos anos 1970 e se inserem num conjunto amplo das chamadas reformas, que compõem um receituário de políticas públicas predominante desde então. No Brasil, desde os anos 1990, houve muitas tentativas de reforma da CLT. Contudo, a legislação não sofreu mudanças profundas (apesar de algumas terem sido relevantes) nos anos 1990 e 2000, tendo sido mantida a estrutura da regulação do trabalho no país. Reformar a CLT é uma demanda que, desde então, permanece nos horizontes empresariais.

Com a crise de 2008, as reformas trabalhistas ganharam novo impulso internacionalmente. No Brasil, com a crise estabelecida alguns anos depois, empresários e seus representantes finalmente conseguiram, em 2017, implementar a reforma, alterando centenas de disposições legais. Ela foi anunciada pelo ocupante da chefia do Executivo como uma “saída para manter empregos”¹.

Há várias justificativas aparentes para as reformas trabalhistas, como “modernizar”, aumentar a produtividade, “melhorar” o ambiente de negócios, “adaptar” a legislação às novas tecnologias, à globalização. Entretanto, essas justificativas não constituem objetivos em si. Afinal, “modernizar”, “flexibilizar”, por quê? E se esses objetivos são questionados? Neste caso, o ponto fundamental (ao menos retoricamente) dessas reformas rapidamente surge no debate: “modernizar” e “flexibilizar” seriam condições para combater o desemprego. É esta promessa que, invariavelmente, busca legitimar qualquer reforma.

¹ Disponível em: <http://g1.globo.com/politica/noticia/2016/08/temer-defende-reforma-trabalhista-e-diz-que-e-saida-para-manter-empregos.html>

Para tanto, ela declara visar ao comportamento dos empregadores, fazer com que contratem mais. Isso ocorreria por meio da “flexibilização” da legislação. Todavia, essa dita “flexibilização” constitui, de fato, corte de direitos, pois a legislação trabalhista é flexível “para cima” e historicamente garante direitos mínimos, mas não impede negociar condições melhores. Ou seja, aumentar a “flexibilização” só pode significar reduzir direitos existentes. Além disso, direitos que eram flexíveis, devidos apenas em situações específicas, são eliminados nas reformas. A ideia, em suma, é que cortar custos (direitos) do trabalho estimula ou determina a ampliação da contratação de trabalhadores pelos empresários.

Na versão que domina o debate econômico e se impõe como senso comum, existe uma relação direta entre custo do trabalho e desemprego. A origem dessa relação remete à teoria econômica neoclássica e a suas atualizações, que pressupõem que, se o custo do trabalho diminui, o emprego aumenta, pois desse modo as empresas conseguem produzir e vender no mercado sem reduzir seus lucros. Ademais, o aumento do lucro oriundo do corte de custos elevaria a poupança da economia, ampliando investimentos e, por conseguinte, o número de empregos.

Em suma, parte-se da ideia de que, quanto mais barato, mais se compra trabalho. Esse raciocínio, *a priori*, parece razoável: se cai o preço, você compra mais. É isso que a grande mídia apresenta todos os dias. Nessa escola do pensamento, o eufemismo da “flexibilização” já está presente, defendendo a necessidade de preços “flexíveis”.

Em algumas correntes dessa matriz do pensamento, defende-se que a reforma melhoraria o ambiente do mercado, incentivando as contratações. Trata-se de uma versão mais suave da interpretação anterior, pois a redução dos custos contribui para a geração de empregos, mas não produz efeitos isoladamente. O custo do trabalho seria uma variável, dentre outras existentes.

Antes de debater a lógica desses argumentos, é fundamental ter em mente que o emprego nunca é um fim em si mesmo. Se for, e já que o direito do trabalho atrapalha o emprego, por que não permitir contratos de trabalho em troca de comida? Há registros disso hoje, quando o mercado opera sem limites. Existe um componente necessariamente moral na regulação do trabalho. No Brasil, a própria defesa da reforma não se atém aos empregos, mas alude à formalização. Os limites à operação do mercado são parte do debate. Portanto, defini-los é uma opção inerentemente política.

Ademais, na hipótese menos extrema da relação negativa entre direitos e emprego, considerando o papel civilizatório do direito do trabalho, por que

não resolver o problema do desemprego ajustando as demais variáveis envolvidas (juros, política fiscal etc.)?

Para além da questão moral necessariamente envolvida, há posições que refutam a própria interpretação hegemônica sobre a relação entre direitos e nível de emprego. Elas apontam que, por mais que se cortem custos do trabalho, pode não haver demanda por mais produtos e, portanto, não ocorrerem contratações; cortes podem ou não aumentar o lucro – as vendas podem cair com uma demanda menor –; mesmo que o lucro cresça, este pode ou não virar investimento (por que investir sem demanda crescente?); cortes podem piorar a situação, pois trabalhadores tendem a consumir parcela maior dos seus ganhos, de modo que a transferência de renda para os empresários pode reduzir a demanda agregada da economia e a própria produção.

Após um ano e meio em vigor, a reforma no Brasil não cumpriu a promessa de expansão do emprego e da formalização. A taxa de desemprego tem se mantido praticamente a mesma (tanto o desemprego aberto, quanto a subutilização da força de trabalho), enquanto os níveis de informalidade cresceram. A grande maioria dos postos de trabalho que surgiram no país nos 18 meses posteriores à vigência da Lei 13.467/17 não é atribuível, sequer por hipótese, às novas modalidades de contratação, pois não se enquadra nas alterações previstas ou em qualquer legislação vigente. Se não foram relevantes para a abertura, as alterações introduzidas na legislação provavelmente contribuíram para a forma que as ocupações estão assumindo. Inclusive, há indícios de que a reforma tem colaborado para a redução da formalização (FILGUEIRAS, 2019).

Se a constatação de que, mais de um ano após a reforma, desemprego e informalidade não foram reduzidos é algo pouco controverso, os nexos causais para explicar esse fracasso são pouco, mal ou nada debatidos nos meios de comunicação, particularmente na grande mídia, que se restringe a repetir o senso comum sobre a relação entre direito do trabalho e emprego. Diante do não cumprimento dos objetivos declarados da reforma, em vez de se propor um debate profundo sobre a regulação do trabalho no país, adota-se a estratégia de afirmar que é preciso mais tempo para que a reforma atinja suas metas, ou que é necessário cortar ainda mais direitos (com ou sem o eufemismo da “flexibilização”) para alcançar tais promessas.

Dada a trajetória da economia brasileira, especialmente nos últimos 30 anos, há informações suficientes para uma análise consistente da relação entre custos do trabalho e nível de emprego. Características estruturais e conjunturais da economia brasileira e do cenário internacional indicam que a

redução de direitos e da renda do trabalho, ao menos no Brasil, não contribuiu, não está contribuindo e tende a não contribuir para a ampliação do emprego. Provavelmente, pelo contrário, a elevação da população coberta por direitos e da renda do trabalho pode ter colaborado para (ou, no mínimo, não impediu) o crescimento do emprego no último período de expansão econômica no país (FILGUEIRAS, 2019).

A narrativa que relaciona direitos e desemprego tem um papel central para cristalizar a estrutura de poder na sociedade, pois, aos trabalhadores é apresentado o dilema entre ter um emprego ou lutar por direitos. Defender salários e condições de trabalho é promover o próprio desemprego. Trata-se de um discurso muito eficiente, que está presente na teoria econômica há mais de um século. Inclusive, o maltratado termo ideologia cabe precisamente para essa situação: um mecanismo que busca transformar o dominado em refém da sua condição de dominação; é subordinado e, se reclamar, é pior.

Se essa retórica é superada, admitindo-se que distribuição de renda não provoca desemprego, explicita-se a disputa sobre um nível de desigualdade que a narrativa busca tornar inexorável. Nesta hipótese, direito do trabalho (e salários) passa a ser matéria eminentemente distributiva, uma luta pela apropriação da riqueza e por condições de vida (descanso, intensidade, férias etc.). Portanto, a reforma trabalhista é um debate fundamental sobre a forma de apresentação de interesses e as possibilidades de bem-estar da sociedade.

Para os seus defensores, as reformas são como buracos sem fundo. Para eles, as mudanças nunca são suficientes, e cavar uma nova reforma é sempre necessário. Na verdade, parece que as reformas não podem cumprir o que prometem, nem é este o seu objetivo de fato. Como as estruturas de proteção ao trabalho ainda podem ser muito mais precarizadas, e é isso o que efetivamente se pretende, novas reformas continuam em pauta.

REFERÊNCIA

FILGUEIRAS, Vitor. As promessas da reforma trabalhista: combate ao desemprego e redução da informalidade In. FILGUEIRAS.V; KREIN, J; VERAS.R.O (ORGS). Reforma Trabalhista no Brasil: promessas e realidade. Campinas/Brasília: Curt Nimuendajú, 2019 (prelo).



MERCADOS RADICAIS: REINVENTANDO O CAPITALISMO E A DEMOCRACIA PARA UMA SOCIEDADE JUSTA

Eric Posner e Eric Glen Weyl

Muitos culpam o livre mercado pela atual desigualdade econômica, a estagnação e a instabilidade política. A solução seria controlá-lo, certo? *Mercados radicais* vira essa lógica de cabeça para baixo – e praticamente todo o pensamento convencional sobre o assunto.

Os autores argumentam que somente expandindo radicalmente o escopo dos mercados podemos reduzir a desigualdade, restaurar o crescimento econômico real e resolver muitos conflitos políticos. Mas, para isso, devemos substituir nossas instituições mais sagradas por uma concorrência verdadeiramente livre e aberta.



REFORMA DA PREVIDÊNCIA: POR QUE O BRASIL NÃO PODE ESPERAR?

Paulo Sérgio Tafner e Pedro Fernando de Almeida Nery

Este livro aborda o assunto que está no centro do debate econômico e político: as novas regras de aposentadoria, pensões e benefícios. O texto introduz uma série de dados, legislações e referências sobre o desafio previdenciário. No último capítulo, apresenta para discussão uma proposta de reforma com base no diagnóstico apontado ao longo do texto.

Este documento não pretende ser um texto de autoridade, mas meramente somar ao debate reunindo informações claras que possam ser compreendidas por um público não especializado.



SIM À IGUALDADE RACIAL – RAÇA E MERCADO DE TRABALHO

Luana Génot

A desigualdade racial é uma realidade no mercado de trabalho no Brasil. A necessidade de falar sobre o assunto e buscar caminhos para enfrentar as questões raciais dentro das empresas inspirou a diretora executiva do Instituto Identidades do Brasil (ID_BR), Luana Génot, a lançar seu primeiro livro: *Sim à Igualdade Racial – Raça e mercado de trabalho*, pela Pallas Editora.

O livro traz 16 depoimentos de pessoas de diferentes perfis, entre CEO de empresas e *trainees*, atores e jornalistas, além das falas da própria Luana e de seus pais, sobre a questão da desigualdade no ambiente corporativo.

CONFIANÇA: COMO CRIAR AS BASES PARA O EMPREENDEDORISMO NOS PAÍSES EM DESENVOLVIMENTO

Tarun Khanna

O livro destaca a confiança como elemento essencial no empreendedorismo e na prosperidade das relações comerciais. Essa referência vale tanto para empresas voltadas para o social quanto para aquelas que buscam lucro; tanto para as que operam apenas em âmbito privado quanto para as que trabalham dentro do governo ou em parceria com ele.

O autor considera que, por uma série de razões históricas e culturais, empreendedores estrangeiros encontram grandes dificuldades em conquistar e manter a confiança de parceiros, clientes e governos nos países em desenvolvimento. Discorre sobre essa realidade a partir de exemplos ocorridos no Brasil, no México, na Índia e na China, procurando destrinchar por quais razões alguns empreendimentos foram exitosos nessas localidades.



BRAZIL: BOOM, BUST AND THE ROAD TO RECOVERY

Antonio Spilimbergo e Krishna Srinivasan (editores)

O livro aborda o panorama recente da economia brasileira, discorrendo sobre a grave crise pela qual o país atravessa e sua lenta recuperação. Reflete as fraquezas estruturais de longa data que afligem a economia, que também ajudam a explicar o desempenho abaixo do esperado no Brasil nas últimas quatro décadas.

Publicado pelo FMI, o livro traz uma série de tópicos macroeconômicos relevantes, bem como questões de pobreza, desigualdade e inclusão, áreas em que o Brasil obteve resultados positivos.



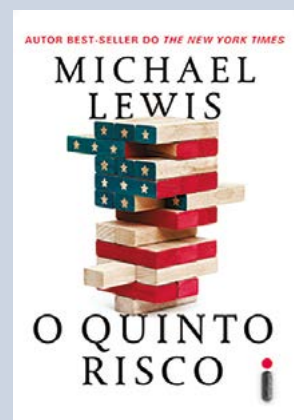
O QUINTO RISCO

Michael Lewis

O Quinto Risco, novo livro do jornalista Michael Lewis, mostra um retrato sombrio do período de transição e dos primeiros meses do governo de Donald Trump.

Neste livro o autor entrevista antigos funcionários de três departamentos essenciais do governo federal dos EUA – Energia, Agricultura e Comércio –, habituados a lidar com mudanças de governo, a fim de saber quais os possíveis riscos que os apavoram. Sua surpresa foi perceber que uma das principais ameaças contra a nação americana estava na figura do próprio presidente.

Os profissionais desses órgãos passaram meses preparando dossiês para uma transição suave. Após a vitória de Trump, esperaram por seus representantes, que não apareceram, e os poucos enviados demonstraram despreparo e desinteresse total sobre suas novas funções.



CONJUNTURA ECONÔMICA BAIANA

O crescimento das exportações baianas e da indústria no ano de 2018, quando comparado com o do ano anterior, não foi suficiente para uma mudança no comportamento dos indicadores econômicos. Num cenário de incertezas quanto à retomada da economia nacional e de retração das principais atividades econômicas na Bahia, as perspectivas de recuperação para o primeiro semestre de 2019 foram minimizadas.

Com base na Pesquisa Industrial Mensal do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (PIM), a produção industrial baiana acumulou, em 2018, ampliação de 0,8%, comparada com a do mesmo período do ano anterior. Dos 12 segmentos da indústria de transformação, oito contribuíram positivamente no período, com destaque para *Veículos automotores* (7,9%), *Metalurgia* (7,2%), *Derivados de petróleo* (1,3%), *Produtos alimentícios* (2,3%), *Bebidas* (10,1%), *Celulose, papel e produtos de papel* (1,6%), *Extrativa* (1,7%) e *Equipamentos de informática, produtos eletrônicos e ópticos* (3,6%). Negativamente, destacaram-se *Produtos químicos* (-6,2%), *Couro, artigos para viagem e calçados* (-8,5%), *Minerais não metálicos* (-8,0%) e *Produtos de borracha e de material plástico* (-1,1%).

Os dados observados na Pesquisa Mensal de Comércio (PMC) do IBGE demonstram que o comércio varejista teve, em 2018, decréscimo de 0,1% em relação ao mesmo período de 2017. As principais contribuições negativas vieram de *Artigos farmacêuticos, médicos, ortopédicos, de perfumaria e cosméticos* (12,6%), *Outros artigos de uso pessoal* (11,0%) e *Móveis e eletrodomésticos* (0,8%). Por sua vez, os segmentos que marcaram quedas foram *Livros, jornais, revistas e papeleria* (-15,2%) e *Combustíveis e lubrificantes* (-13,2%).

De acordo com os resultados da Pesquisa Mensal de Serviços (PMS), realizada pelo IBGE, o volume de serviços em 2018 caiu 3,3% em relação ao do mesmo período de 2017. Nesta análise, por ordem de magnitude, a atividade *Serviços de informação e comunicação*

(-11,9%) apontou a mais expressiva variação negativa, seguida por *Outros serviços* (-10,6%) e *Serviços prestados às famílias* (-1,7%). Em sentido oposto, *Serviços profissionais, administrativos e complementares* (1,7%) e *Transportes, serviços auxiliares aos transportes e correio* (0,2%) ampliaram o volume.

No mesmo período, a balança comercial registrou superávit. As exportações tiveram ampliação de 9,1%, e as importações, de 10,0%, de acordo com os dados disponibilizados pelo Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC). Dentre os segmentos que exerceram pressões significativas para o resultado do indicador no acumulado no ano, destacam-se, com aumento nas vendas externas, *Soja e derivados* (35,0%), *Petróleo e derivados* (19,5%), *Papel e celulose* (17,7%) e *Metalúrgicos* (15,3%). Já os segmentos que sobressaíram pelo desempenho negativo foram *Automotivo* (-12,6%) e *Cacau e derivados* (-23,4%).

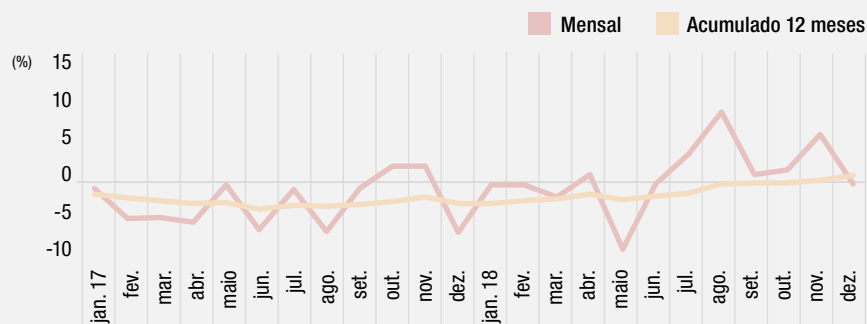
Em relação à inflação em Salvador, o Índice de Preços ao Consumidor (IPC), calculado pela Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI), acumulou, em 2018, variação de 4,2%, revelando-se inferior aos 5,79% registrados no mesmo período de 2017. O índice foi impulsionado por todos os grupos, com destaque para *Artigos de residência* (5,81%), *Saúde e cuidados pessoais* (4,94%), *Alimentos e bebidas* (4,78%), *Despesas pessoais* (3,62%) e *Transporte e comunicação* (4,51%).

Conforme dados da Pesquisa de Emprego e Desemprego (PED-SEI/Dieese/Seade), a taxa média de desemprego em 2018 fechou em 25,7% da população economicamente ativa na Região Metropolitana de Salvador (RMS). Em relação à distribuição dos ocupados por setor de atividade econômica, 64,5% foram alocados no setor de *Serviços*; 19,5%, no *Comércio*; 6,7%, na *Construção*; e 7,5%, na *Indústria de transformação*. Considerando-se as posições na ocupação, 47,1% foram alocados para os assalariados *com carteira assinada*; e 7,6%, para os ocupados *sem carteira assinada*. Com base na mesma pesquisa, o rendimento médio real dos trabalhadores ocupados ampliou-se 12,7% na variação do ano de 2018 em relação a 2017.

Nesse cenário são expostos os principais resultados da conjuntura baiana nas análises dos indicadores mensais e no acumulado de 12 meses, referentes aos dados apurados do ano de 2018.

O Índice de Movimentação Econômica (Imec), que mede a atividade econômica no município de Salvador, apresentou decréscimo de 0,2% em dezembro de 2018, na comparação com o mesmo mês de 2017. As variáveis que contribuíram para esse resultado foram ônibus urbanos (-1,4%), ônibus intermunicipais (-7,1%), aeroporto (-0,9%) e combustíveis (-4,0%). No acumulado de 12 meses, o indicador apontou expansão de 0,8%.

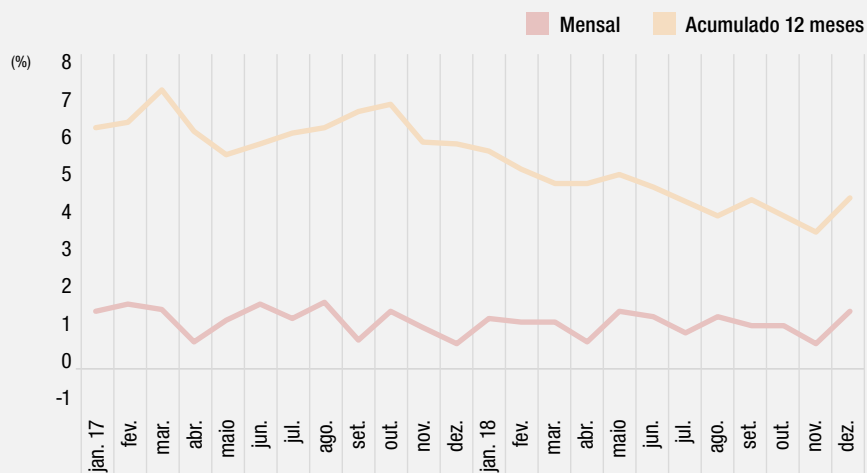
Gráfico 1
Índice de Movimentação Econômica (Imec) – Salvador – Jan. 2017-dez. 2018



Fonte: SEI.
Elaboração: SEI/CAC.

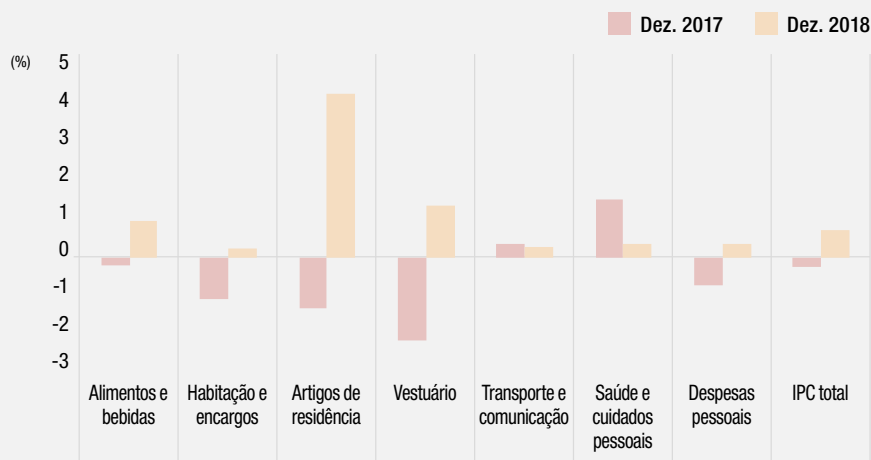
O Índice de Preços ao Consumidor (IPC), calculado pela SEI, mostrou inflação de 0,74% em dezembro de 2018. Ressalte-se que, dos 375 produtos/serviços pesquisados mensalmente pela SEI, 112 apresentaram baixa nos preços, 99 não tiveram alterações e 154 registraram acréscimo nos preços. Dentre aqueles que tiveram as maiores influências positivas na formação do índice, destacam-se peças de decoração (97,97%), refrigerador (20,01%), passagem aérea (22,42%) e cebola (38,82%). Em contrapartida, os produtos cujos preços tiveram maiores contribuições negativas na formação da taxa, com suas respectivas variações de preços, foram gasolina (-2,42%), serviço de pintura automotiva (-17,95%), camisa infantil (-21,04%), móvel para sala (-2,57%) e gás de cozinha (-1,19%).

Gráfico 2
Taxa de variação do IPC-SEI – Salvador – Jan. 2017-dez. 2018



Fonte: SEI.
Elaboração: SEI/CAC.

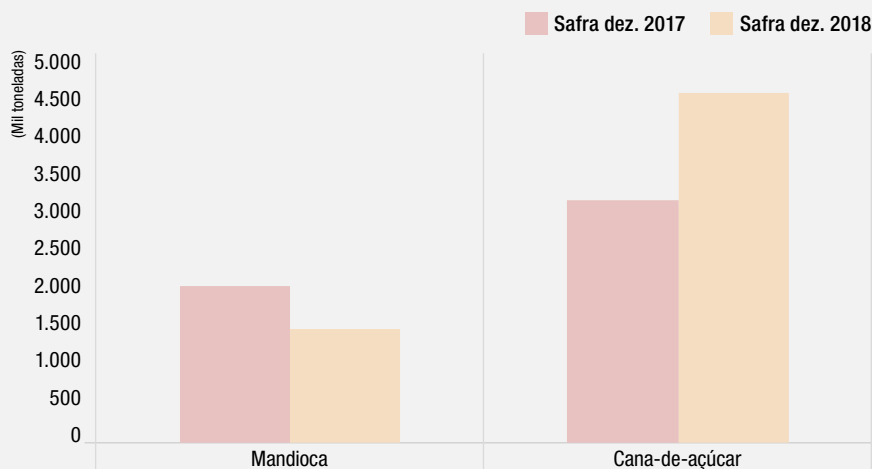
Gráfico 3
Taxa de variação do IPC-SEI: grupos selecionados – Salvador – Dez. 2017/dez. 2018



Fonte: SEI.
Elaboração: SEI/CAC.

Artigos de residência (4,38%) e *Alimentos e bebidas* (0,96%) foram os grupos que mais contribuíram para a inflação em Salvador no mês de dezembro de 2018. No primeiro grupo, os itens que puxaram os preços para cima foram peças de decoração (97,97%), refrigerador (20,01%), liquidificador (11,35%), ventilador e exaustor (11,10%), móvel para copa/cozinha (7,19%), roupa de cama (6,15%), forno de micro-ondas (5,68%), fogão (4,94%) e aparelho de som (4,77%). Já no grupo *Alimentos e bebidas* houve acréscimo em itens como cebola (38,82%), maracujá (27,31%), batata inglesa (23,10%), tomate (16,04%), maçã (15,51%), manga (14,67%), abóbora (12,71%) e repolho (7,55%).

Gráfico 4
Estimativa da produção agrícola: mandioca e cana-de-açúcar – Bahia – Dez. 2017/dez. 2018



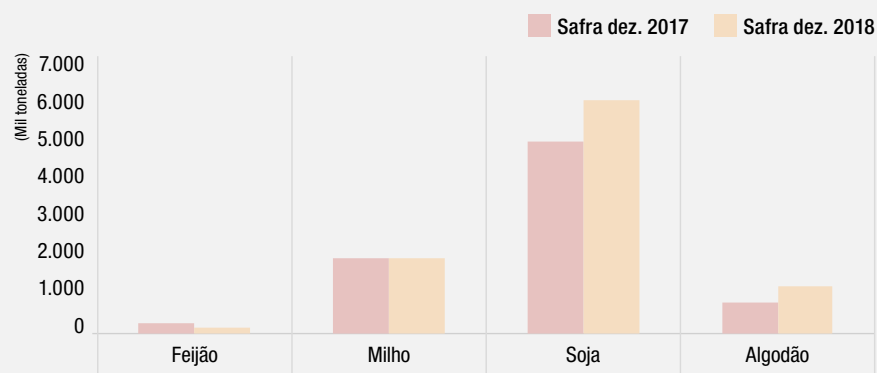
Fonte: IBGE-LSPA.
Elaboração: SEI/CAC.

Segundo informações do Levantamento Sistemático da Produção Agrícola (LSPA) do IBGE, em dezembro de 2018, as culturas de mandioca e de cana-de-açúcar, em andamento no estado, tiveram rendimentos opostos. A primeira decresceu 26,5%, enquanto a segunda cresceu 44,8%. O desempenho da mandioca foi oriundo da expansão da área plantada (8,8%) e da queda da área colhida (-11,3%), culminando em variação negativa do rendimento médio (-17,2%). Com relação ao cultivo da cana-de-açúcar, houve crescimento das áreas plantada (75,0%) e colhida (72,3%), porém, com decréscimo no rendimento médio (-16,0%) em relação à safra de 2017.

O LSPA apresentou estimativa de decréscimo da produção de feijão e milho, em relação a 2017, com taxas de -35,9% e -1,1%, respectivamente. Em sentido contrário, as culturas de algodão e soja apresentaram expansão, com taxas de 49,8% e 21,6%. Para o feijão, calcula-se retração na área cultivada (-9,7%), na área colhida (-7,7%) e no rendimento médio (-30,5%). As projeções de área plantada e área colhida para o milho são de variação negativa de 7,5% para ambas, resultando em uma previsão de ampliação do rendimento de 6,9%. O algodão mostra acréscimo na área plantada (30,9%), colhida (30,9%) e rendimento (14,4%). A soja tem indicação da mesma variação positiva para as áreas plantada e colhida (1,0%), com ampliação no rendimento médio de 20,4%.

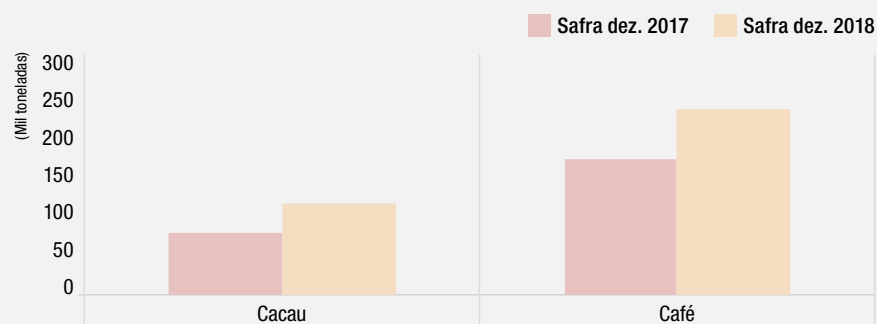
As estimativas de produção das tradicionais *commodities* da agricultura baiana – café e cacau – apontaram comportamento oposto em 2018. Em relação ao café, também em fase de colheita, indicaram crescimento na produção (36,7%), com decréscimos na área plantada (-3,8%) e área colhida (-9,1%), marcando ampliação no rendimento médio (50,4%). Já para o cacau, em fase de colheita, constatou-se acréscimo da produção (46,1%). Estimou-se estabilidade relativa na área plantada e na área colhida, com ampliação no rendimento médio (46,1%).

Gráfico 5
Estimativa da produção agrícola: feijão, milho, soja e algodão – Bahia – Dez. 2017/dez. 2018



Fonte: IBGE–LSPA.
Elaboração: SEI/CAC.

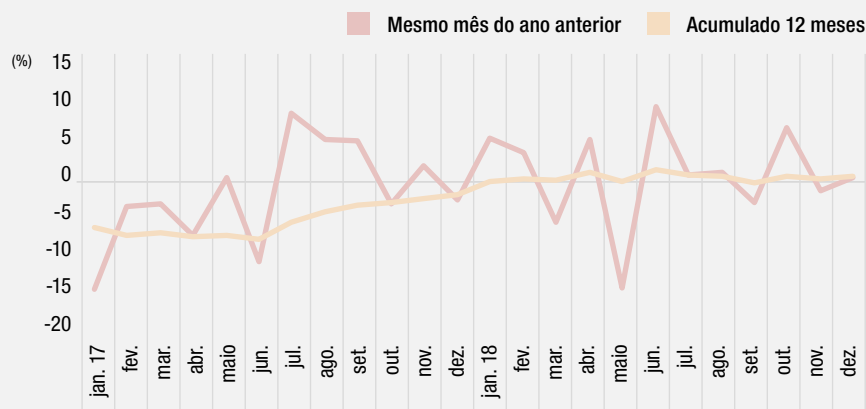
Gráfico 6
Estimativa da produção agrícola: cacau e café – Bahia – Dez. 2017/dez. 2018



Fonte: IBGE–LSPA.
Elaboração: SEI/CAC.

Gráfico 7

Taxa de variação da produção física da indústria de transformação – Bahia – Jan. 2017-dez. 2018

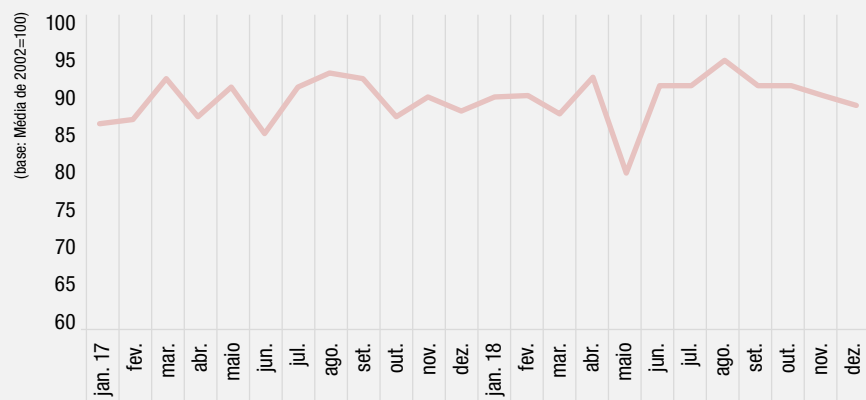


Fonte: IBGE.
Elaboração: SEI/CAC.

Os dados da Pesquisa Industrial Mensal (PIM) do IBGE, referentes à indústria de transformação baiana, mostraram acréscimo de 0,6% em dezembro de 2018, na comparação com o mesmo mês do ano anterior. O desempenho do setor no mês citado foi influenciado, principalmente, pelos resultados positivos do segmento *Derivados de petróleo* (12,5%), que registrou a maior contribuição positiva, seguido por *Metalurgia* (31,7%), *Extrativa* (11,9%), *Minerais não metálicos* (22,7%), *Couro, artigos para viagem e calçados* (18,2%), *Bebidas* (15,5%), *Produtos alimentícios* (1,9%) e *Produtos de borracha e de material plástico* (0,2%). Em sentido contrário, houve variação negativa em *Produtos químicos* (-19,8%), *Veículos* (-9,3%), *Celulose, papel e produtos de papel* (-4,4%) e *Equipamentos de informática, produtos eletrônicos e ópticos* (-51,1%). No acumulado de 12 meses, o indicador registrou avanço de 0,8%.

Gráfico 8

Índice dessazonalizado de produção física da indústria geral – Bahia – Jan. 2017-dez. 2018



Fonte: IBGE.
Elaboração: SEI/CAC.

A análise da indústria geral indicou retração de -1,5% em dezembro de 2018 – eliminando-se influências sazonais –, na comparação com o mês de novembro do mesmo ano.

O consumo de energia elétrica no estado variou positivamente 1,2% em dezembro de 2018, na comparação com o mesmo mês de 2017. No acumulado de 12 meses, notou-se expansão de 2,0% no consumo total, impulsionado pelas classes residencial, industrial e comercial, com avanços de 2,9%, 2,0% e 0,8%, respectivamente. Ressalta-se que os dados aqui exibidos são apenas os do consumo do mercado cativo, que congrega as grandes distribuidoras de energia – Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia (Coelba) e Companhia Hidroelétrica do São Francisco (Chesf) –, não sendo considerado o mercado de autoprodução e cogeração (mercado livre).

De acordo com a Pesquisa Mensal de Comércio (PMC) do IBGE, o comércio varejista baiano teve um decréscimo de 0,8% nas vendas no mês de dezembro de 2018, considerando-se igual mês do ano anterior. As atividades que exibiram taxas positivas em dezembro, com as maiores influências, foram *Hipermercados, supermercados, produtos alimentícios, bebidas e fumo* (4,3%) e *Artigos farmacêuticos, médicos, ortopédicos, de perfumaria e cosméticos* (12,9%). Em sentido contrário, destacaram-se *Combustíveis e lubrificantes* (-7,5%) e *Móveis e eletrodomésticos* (-6,8%). No acumulado de 12 meses, o comércio varejista registrou variação negativa de 0,1%.

Gráfico 9

Taxa de variação do consumo de energia elétrica (1) – Bahia – Jan. 2017-dez. 2018

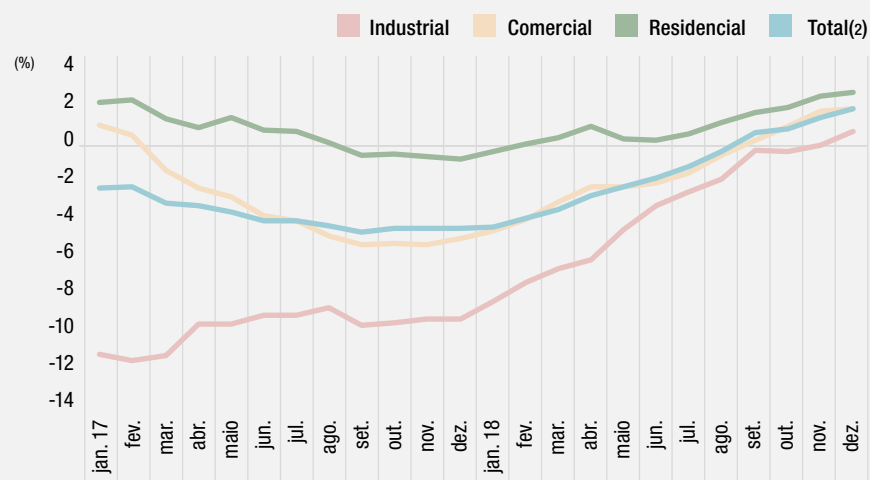


Gráfico 10

Taxa de variação de volume de vendas no varejo (1) – Bahia – Jan. 2017-dez. 2018

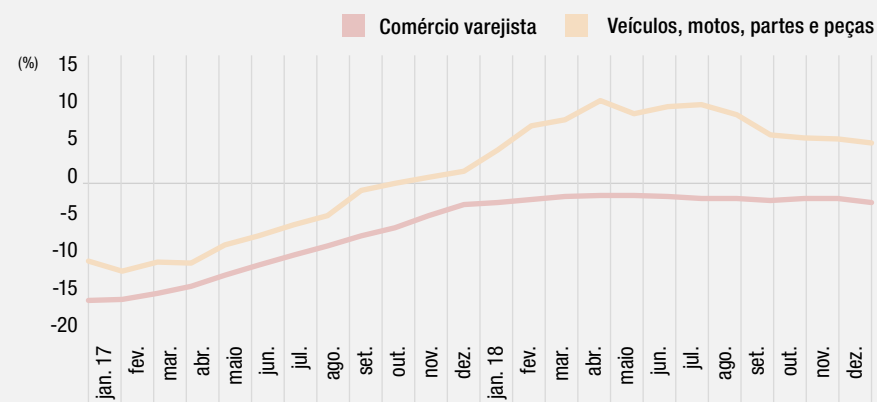
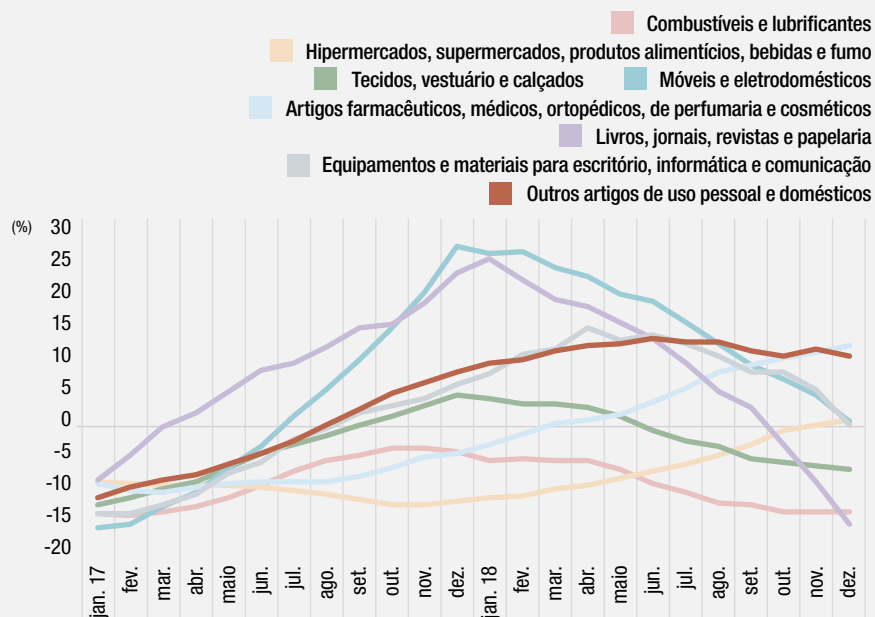


Gráfico 11

Taxa de variação de volume de vendas no varejo (1) principais segmentos – Bahia – Jan. 2017-dez. 2018



Fonte: IBGE-PMC.

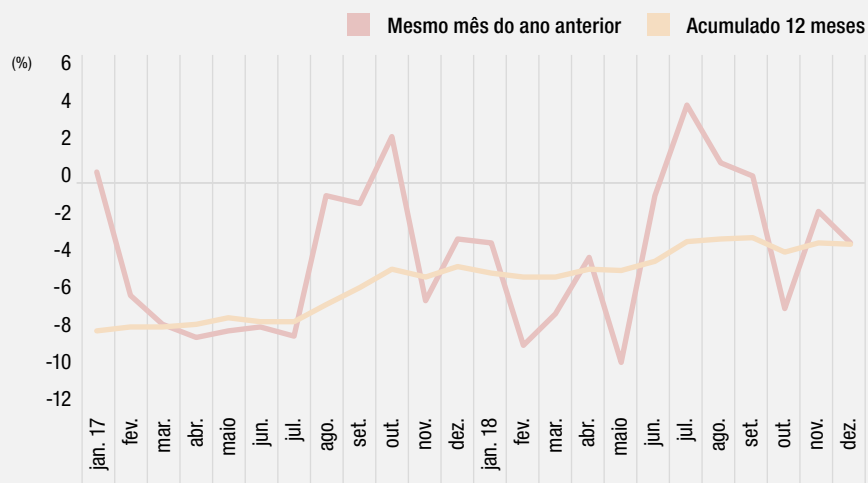
Elaboração: SEI/CAC.

(1) Acumulado nos últimos 12 meses.

Ainda no acumulado de 12 meses, até dezembro de 2018, os principais segmentos que contribuíram para a ampliação no volume foram *Artigos farmacêuticos, médicos, ortopédicos, de perfumaria e cosméticos* (12,6%), *Outros artigos de uso pessoal* (11,0%) e *Móveis e eletrodomésticos* (0,8%). Por sua vez, os segmentos que marcaram quedas foram *Livros, jornais, revistas e papelaria* (-15,2%) e *Combustíveis e lubrificantes* (-13,2%).

Gráfico 12

Taxa de variação do volume de serviços – Bahia – Jan. 2017-dez. 2018



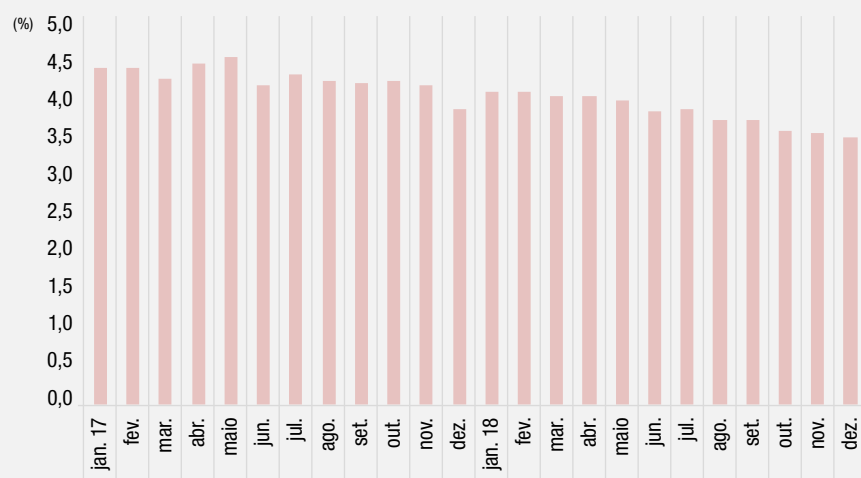
Fonte: IBGE.

Elaboração: SEI/CAC.

O volume de serviços apresentou, em dezembro de 2018, queda de 3,2% em relação ao mesmo mês de 2017. No acumulado de 12 meses, o volume apresentou redução de 3,3%, segundo a Pesquisa Mensal de Serviços (PMS) do IBGE. O resultado do volume de serviços, em dezembro, deveu-se, principalmente, aos arrefecimentos nas atividades *Serviço de informação e comunicação* (-12,0%), *Outros serviços* (-27,1%) e *Transportes, serviços auxiliares aos transportes* (-2,4%). As atividades *Serviços profissionais, administrativos e complementares* (8,9%) e *Serviços prestados às famílias* (0,9%) avançaram no período.

Conforme os dados divulgados pelo Banco Central do Brasil (Bacen), a inadimplência relativa às operações de crédito para pessoas físicas no estado chegou a 3,6% em dezembro de 2018. O índice de inadimplência total atingiu 3,1%, enquanto que o de pessoas jurídicas contabilizou 2,2%.

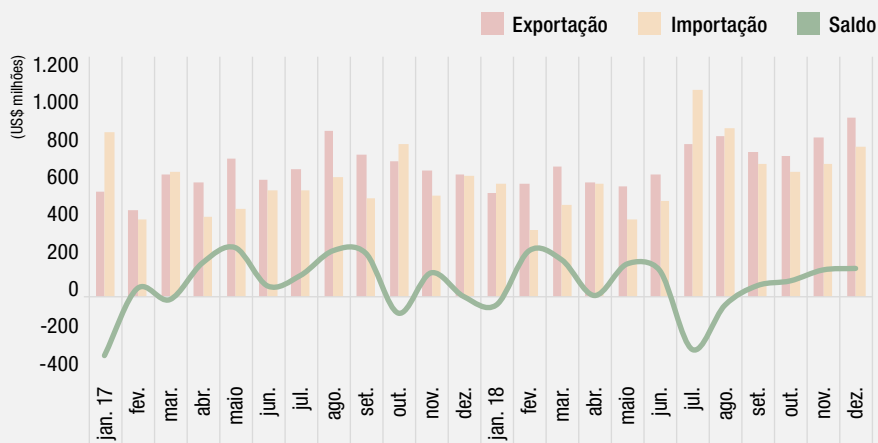
Gráfico 13
Taxa de inadimplência – Bahia – Jan. 2017-dez. 2018



Fonte: Bacen.
Elaboração: SEI/CAC.

Segundo dados do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC), as exportações baianas atingiram um volume de US\$ 960 milhões em dezembro de 2018, com aumento de 46,9% em comparação ao montante anotado no mesmo mês de 2017. As importações registraram aumento de 23,6%, com volume de US\$ 805 milhões. Dentre os segmentos que exerceram pressão significativa para o resultado do indicador, destacam-se, com aumento nas vendas externas, *Soja e derivados* (302,3%) e *Papel e celulose* (44,5%). Já os segmentos que sobressaíram pelo desempenho negativo foram *Químicos e petroquímicos* (-2,8%), *Metalúrgicos* (-23,0%) e *Cacau e derivados* (-37,4%).

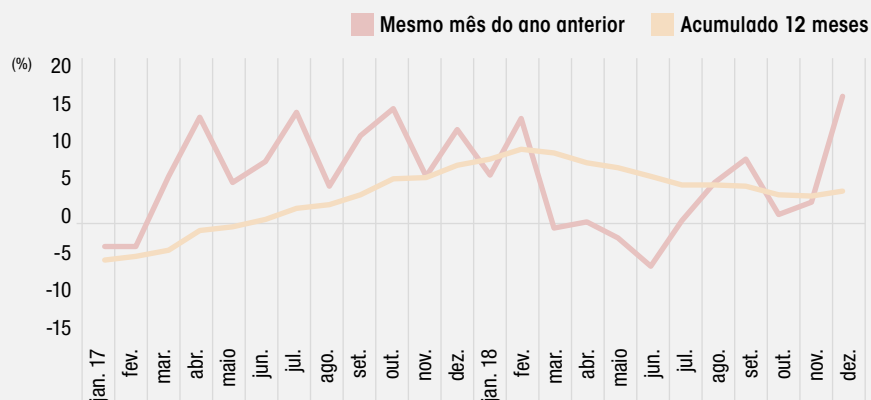
Gráfico 14
Balança comercial – Bahia – Jan. 2017-dez. 2018



Fonte: MDIC/Secex.
Elaboração: SEI/CAC.

Gráfico 15

Taxa de variação real da arrecadação de ICMS a preços constantes – Bahia – Jan. 2017-dez. 2018



Fonte: Sefaz/SAF/Dicop.

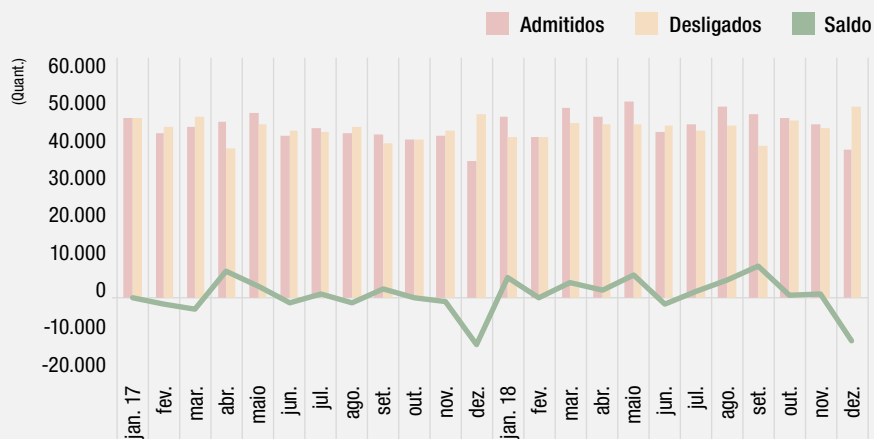
Elaboração: SEI/CAC.

Deflator IGP-DI.

Segundo a Secretaria da Fazenda do Estado da Bahia (Sefaz), a arrecadação total – Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) e outros tributos – somou, aproximadamente, R\$ 3,2 bilhões em dezembro de 2018, expansão real de 4,3% em relação ao mesmo mês do ano anterior. Com esse resultado, a arrecadação acumulou aumento real de 4,3% em 12 meses.

Gráfico 16

Geração de empregos celetistas (1) – Bahia – Jan. 2017-dez. 2018



Fonte: Caged.

Elaboração: SEI/CAC.

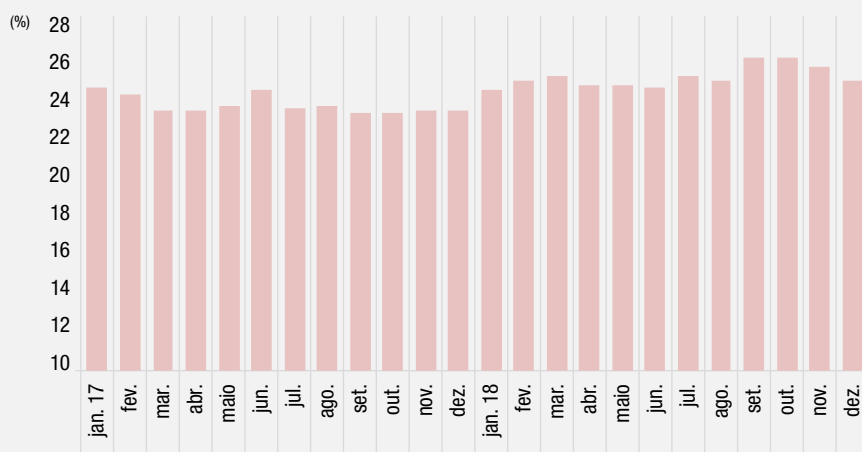
(1) Incluem todos os setores. Dados preliminares.

Sem ajustes.

Conforme dados divulgados pelo Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged), o saldo total de empregos com carteira assinada na Bahia contabilizou 11.705 postos de trabalho. Setorialmente, cinco segmentos tiveram saldos negativos: *Construção civil* (-3.748 postos), *Agropecuária* (-3.693 postos), *Serviços* (-2.694 postos), *Indústria de transformação* (-1.870 postos) e *Administração pública* (-119 postos). Em contrapartida, três setores exibiram saldo positivo no mês: *Serviços industriais de utilidade pública* (343 postos), *Comércio* (52 postos) e *Extrativa mineral* (24 postos).

Com base nos dados da Pesquisa de Emprego e Desemprego para a Região Metropolitana de Salvador (PED-RMS), 25,4% da população economicamente ativa (PEA) estava desempregada em dezembro de 2018. O nível de ocupação variou positivamente (0,3%), sendo estimado em 1.503 mil pessoas. Segundo os setores de atividade econômica analisados, houve crescimento do contingente de ocupados na *Construção* (5,2%, ou 5 mil pessoas) e *Indústria de transformação* (3,7%, ou 4 mil). Houve ainda pequenas variações da ocupação em *Serviços* (0,2%, ou 2 mil) e *Comércio e reparação de veículos automotores e motocicletas* (-0,7%, ou -2 mil). Segundo posição na ocupação, o contingente de assalariados reduziu-se (-1,0%, ou menos 10 mil pessoas). Este resultado deveu-se à diminuição de empregados no setor privado (-1,2%, ou -10 mil), já que no setor público houve relativa estabilidade (0,8%, ou 1 mil). No setor privado, houve redução no número de empregados com carteira de trabalho assinada (-1,4%, ou -10 mil) e estabilidade entre aqueles sem registro em carteira.

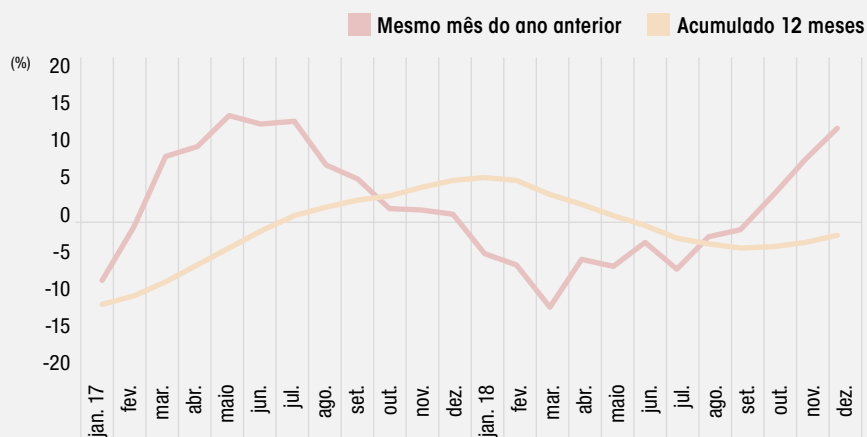
Gráfico 17
Taxa de desemprego total – RMS – Bahia – Jan. 2017-dez. 2018



Fonte: PEDRMS (Convênio SEI, Setre, Dieese, Seade, UFBA).
Elaboração: SEI/CAC.

Gráfico 18

Taxa de variação da massa de rendimento dos ocupados (1) – RMS – Bahia – Jan. 2017-dez. 2018



Fonte: PEDRMS (Convênio SEI, Setre, Dieese, Seade, UFBA).

Elaboração: SEI/CAC.

(1) Ocupados no trabalho principal.

A massa de rendimento dos ocupados da RMS, calculada pela PED, a partir dos dados sobre população ocupada e rendimento médio, elevou-se para os ocupados (2,1%) e diminuiu para os assalariados (-1,3%). No caso dos ocupados, a expansão foi resultado do aumento no rendimento médio real, já que o nível de ocupação praticamente não variou. Entre os assalariados, a queda deveu-se ao declínio do nível de emprego, haja vista o salário médio ter permanecido praticamente estável.

INDICADORES CONJUNTURAIS

INDICADORES ECONÔMICOS

ÍNDICE DE PREÇOS

Tabela 1
Índice de Preços ao Consumidor (IPC) ⁽¹⁾ – Salvador – Dez. 2018

Grandes Grupos	Variações do mês (%)		Variações acumuladas (%) No ano ⁽²⁾	Índice acumulado	
	Dez. 2017	Dez. 2018		Jun. 2007 = 100	Jun. 1994=100
Alimentos e bebidas	-0,20	0,96	4,78	214,64	525,56
Habituação e encargos	-1,11	0,23	3,09	202,79	1390,53
Artigos de residência	-1,36	4,38	5,81	122,09	281,05
Vestuário	-2,22	1,37	0,58	135,30	242,53
Transporte e comunicação	0,35	0,27	4,51	152,16	1091,02
Saúde e cuidados pessoais	1,54	0,37	4,94	236,43	792,42
Despesas pessoais	-0,74	0,34	3,62	233,42	920,81
Geral	-0,27	0,74	4,16	190,17	639,32

Fonte: SEI.

(1) O IPC de Salvador representa a média de 15.000 cotações de uma cesta de consumo de 375 bens e serviços pesquisados em 634 estabelecimentos e domicílios, para famílias com rendimentos de 1 - 40 salários mínimos.

(2) Variação acumulada observada até o mês do ano em relação ao mesmo período do ano anterior.

Tabela 2
Pesquisa Nacional da Cesta Básica
Custo e variação da cesta básica – Capitais brasileiras – Dez. 2018

Capitais	Valor da cesta (R\$)	Variação no mês (1) (%)	Variação acumulada (%) no ano (2)	Porcentagem do salário mínimo
Rio de Janeiro	466,75	1,41	11,47	53,18
São Paulo	471,44	0,01	11,09	53,71
Porto Alegre	464,72	0,35	8,90	52,95
Florianópolis	457,82	0,65	9,37	52,16
Vitória	403,79	-1,17	4,83	46,01
Brasília	435,83	1,16	14,76	49,66
Curitiba	419,05	0,63	11,76	47,75
Fortaleza	397,34	-3,48	8,13	45,27
Campo Grande	422,88	0,49	15,46	48,18
Belo Horizonte	408,71	1,69	13,03	46,57
Belém	382,31	2,71	7,19	43,56
Goiânia	388,86	5,65	7,81	44,31
São Luís	353,40	-0,40	5,77	40,27
Aracaju	358,75	2,57	5,51	40,87
Natal	341,40	2,77	3,09	38,90
João Pessoa	345,21	1,71	4,76	39,33
Recife	340,57	2,12	2,53	38,80
Salvador	343,82	4,13	8,58	39,17
Recife	333,11	-2,73	0,29	37,95
Salvador	325,42	0,79	2,77	37,08

Fonte: Dieese.

(1) Variação observada no mês em relação ao mês imediatamente anterior.

(2) Variação acumulada observada no ano em relação ao mesmo período do ano anterior.

AGRICULTURA

Tabela 3

Produção física e área plantada dos principais produtos – Bahia – Jan.-dez. 2017/2018

Lavouras	Produção física (t)			Área plantada (ha)		
	2017 (1)	2018 (2)	Variação (%)	2017 (1)	2018 (2)	Variação (%)
Temporárias						
Abacaxi (3)	142.630	143.550	0,6	6.652	7.030	5,7
Algodão herbáceo	833.490	1.248.154	49,8	204.100	267.180	30,9
Alho	5.706	5.676	-0,5	645	645	0,0
Amendoim (2º safra)	1.360	3.564	162,1	1.508	3.300	118,8
Arroz total	8.016	9.126	13,8	8.320	7.220	-13,2
Batata-inglesa (2º safra)	92.189	72.090	-21,8	2.041	1.806	-11,5
Cana-de-açúcar	3.231.000	4.680.000	44,8	52.000	91.000	75,0
Cebola	291.175	302.400	3,9	9.517	10.120	6,3
Feijão total	268.292	172.022	-35,9	473.100	427.440	-9,7
Feijão 1ª safra	141.452	146.300	3,4	229.600	217.000	-5,5
Feijão 2ª safra	126.840	25.722	-79,7	243.500	210.440	-13,6
Fumo	3.800	8.480	123,2	4.000	8.000	100,0
Mamona	10.560	17.500	65,7	22.000	35.000	59,1
Mandioca	2.078.752	1.527.575	-26,5	230.143	250.505	8,8
Milho total	2.034.080	2.011.140	-1,1	666.800	616.600	-7,5
Milho 1ª safra	1.516.880	1.963.740	29,5	403.800	383.300	-5,1
Milho 2ª safra	517.200	47.400	-90,8	263.000	233.300	-11,3
Soja	5.136.000	6.244.800	21,6	1.584.000	1.600.000	1,0
Sorgo granífero	105.988	72.396	-31,7	98.100	80.350	-18,1
Tomate	305.000	230.800	-24,3	7.200	6.740	-6,4
Pernamentes						
Banana (4)	1.070.000	823.000	-23,1	86.000	88.000	2,3
Cacau	83.869	122.568	46,1	480.050	480.045	0,0
Café total	182.340	249.240	36,7	160.000	154.000	-3,8
Café arábica	60.960	108.840	78,5	105.000	102.000	-2,9
Café cenephora	121.380	140.400	15,7	55.000	52.000	-5,5
Castanha-de-cajú	2.700	3.000	11,1	18.000	20.000	11,1
Coco-da-baía (3)	542.217	542.448	0,0	79.610	75.510	-5,2
Guaraná	2.748	2.340	-14,8	7.428	6.500	-12,5
Laranja (4)	1.007.000	830.000	-17,6	86.500	61.500	-28,9
Pimenta-do-reino	4.916	4.060	-17,4	2.605	1.840	-29,4
Sisal	175.931	96.000	-45,4	256.820	120.000	-53,3
Uva	51.090	75.378	47,5	2.229	2.154	-3,4

Fonte: IBGE.

Elaboração: SEI/CAC.

(1) Levantamento Sistemático da Produção Agrícola (LSPA), 2017.

(2) Levantamento Sistemático da Produção Agrícola (LSPA), dezembro de 2018 (dados sujeitos a retificação).

(3) Produção física em mil frutos.

(4) Produção física em tonelada.

Tabela 4
Área colhida e rendimento médio dos principais produtos – Bahia – 2017/2018

Lavouras	Área colhida (ha)			Rendimento médio (kg/ha)		
	2017 (1)	2018 (2)	Variação (%)	2017 (1)	2018 (2)	Variação (%)
Temporárias						
Abacaxi (3)	5.657	5.725	1,2	25.213	25.074	-0,6
Algodão herbáceo	204.100	267.180	30,9	4.084	4.672	14,4
Alho	645	645	0,0	8.847	8.800	-0,5
Amendoim	1.508	3.300	118,8	902	1.080	19,8
Arroz total	8.320	7.220	-13,2	963	1.264	31,2
Batata-inglesa	2.041	1.806	-11,5	45.169	39.917	-11,6
Cana-de-açúcar	47.000	81.000	72,3	68.745	57.778	-16,0
Cebola	9.517	10.120	6,3	30.595	29.881	-2,3
Feijão total	463.100	427.440	-7,7	579	402	-30,5
Feijão 1ª safra	229.600	217.000	-5,5	616	674	9,4
Feijão 2ª safra	233.500	210.440	-9,9	543	122	-77,5
Fumo	4.000	8.000	100,0	950	1.060	11,6
Mamona	22.000	25.000	13,6	480	700	45,8
Mandioca	192.137	170.505	-11,3	10.819	8.959	-17,2
Milho total	666.800	616.600	-7,5	3.051	3.262	6,9
Milho 1ª safra	403.800	383.300	-5,1	3.757	5.123	36,4
Milho 2ª safra	263.000	233.300	-11,3	1.967	203	-89,7
Soja	1.584.000	1.600.000	1,0	3.242	3.903	20,4
Sorgo granífero	98.100	80.350	-18,1	1.080	901	-16,6
Tomate	7.200	6.740	-6,4	42.361	34.243	-19,2
Pernamentes						
Banana (4)	85.000	63.000	-25,9	12.588	13.063	3,8
Cacau	430.050	430.045	0,0	195	285	46,1
Café total	143.000	130.000	-9,1	1.275	1.917	50,4
Café arábica	94.000	82.000	-12,8	649	1.327	104,7
Café cenephora	49.000	48.000	-2,0	2.477	2.925	18,1
Castanha-de-cajú	18.000	15.000	-16,7	150	200	33,3
Coco-da-baía (3)	69.114	74.510	7,8	7.845	7.280	-7,2
Guaraná	6.788	6.500	-4,2	405	360	-11,1
Laranja (4)	71.250	51.500	-27,7	14.133	16.117	14,0
Pimenta-do-reino	1.950	1.825	-6,4	2.521	2.225	-11,8
Sisal	193.277	120.000	-37,9	910	800	-12,1
Uva	2.229	1.864	-16,4	22.921	40.439	76,4

Fonte: IBGE.

Elaboração: SEI/CAC.

(1) Levantamento Sistemático da Produção Agrícola (LSPA), 2017.

(2) Levantamento Sistemático da Produção Agrícola (LSPA), dezembro de 2018 (dados sujeitos a retificação).

(3) Rendimento médio em frutos por hectare.

(4) Rendimento médio em quilo por hectare.

INDÚSTRIA

Tabela 5
Produção física da indústria e dos principais gêneros – Bahia – Dez. 2018

(%)

Classes e gêneros	Mensal (1)	Ano (2)	12 meses (3)
Indústria Geral	1,1	0,8	0,8
Indústrias extrativas	11,1	1,6	1,6
Indústrias de transformação	0,6	0,8	0,8
Produtos alimentícios	2,8	2,4	2,4
Bebidas	15,6	10,1	10,1
Couros, artigos para viagem e calçados	15,2	-8,5	-8,5
Celulose, papel e produtos de papel	-4,4	1,6	1,6
Coque, de produtos derivados do petróleo e de biocombustíveis	12,5	1,3	1,3
Outros produtos químicos	-19,8	-6,2	-6,2
Produtos de borracha e de material plástico	-0,7	-1,2	-1,2
Produtos de minerais não metálicos	18,5	-8,2	-8,2
Metalurgia	31,7	7,2	7,2
Equipamentos de informática, produtos eletrônicos e ópticos	-51,1	3,6	3,6
Veículos automotores, reboques e carrocerias	-9,3	7,9	7,9

Fonte: IBGE.

Elaboração: SEI/CAC.

(1) Variação observada no mês em relação ao mesmo mês do ano anterior.

(2) Variação acumulada observada até o mês do ano em relação ao mesmo período do ano anterior.

(3) Variação acumulada observada nos últimos 12 meses em relação aos 12 meses anteriores.

Tabela 6
Variação mensal do índice da indústria de transformação – Bahia – Jan. 2017-dez. 2018

(%)

Períodos	Mensal (1)	Ano (2)
Janeiro 2017	-14,3	-6,1
Fevereiro	-3,2	-7,1
Março	-2,9	-6,8
Abril	-7,2	-7,3
Maio	0,6	-7,2
Junho	-10,6	-7,7
Julho	9,2	-5,3
Agosto	5,7	-4,0
Setembro	5,6	-3,1
Outubro	-2,9	-2,8
Novembro	2,1	-2,2
Dezembro	-2,4	-1,7
Janeiro 2018	5,8	0,0
Fevereiro	3,9	0,5
Março	-5,3	0,3
Abril	5,7	1,3
Maio	-14,1	0,0
Junho	10,0	1,7
Julho	1,0	1,0
Agosto	1,3	0,7
Setembro	-2,8	-0,1
Outubro	7,3	0,8
Novembro	-1,2	0,5
Dezembro	0,6	0,8

Fonte: IBGE.

Elaboração: SEI/CAC.

(1) Variação observada no mês em relação ao mesmo mês do ano anterior.

(2) Variação acumulada observada até o mês do ano em relação ao mesmo período do ano anterior.

ENERGIA

Tabela 7

Variação percentual do consumo de energia elétrica por classe – Bahia – Dez. 2018

(%)

Classes	Mensal (3)	No ano (4)
Rural	-2,9	-2,1
Residencial	1,7	2,9
Industrial (1)	-0,1	0,8
Comercial	-0,3	2,0
Utilidades públicas (2)	11,4	6,8
Setor público	0,6	3,9
Concessionária	-3,0	-2,5
Total	1,2	2,0

Fonte: Chesf, Coelba/GMCH.

Elaboração: SEI/CAC.

(1) Consumo industrial corresponde à Coelba e Chesf.

(2) Corresponde a Iluminação Pública, Água, Esgoto e Saneamento e Tração elétrica.

(3) Variação observada no mês em relação ao mesmo mês do ano anterior.

(4) Variação acumulada observada no ano em relação ao mesmo período do ano anterior.

SERVIÇOS

Tabela 8

Variação no volume de vendas no varejo (1) – Bahia – Dez. 2018

(%)

Classes e gêneros	Mensal (2)	No ano (3)
Comércio Varejista	-0,8	-0,1
Combustíveis e lubrificantes	-7,5	-13,2
Hipermercados, supermercados, produtos alimentícios, bebidas e fumo	4,3	1,0
Hipermercados e supermercados	3,3	2,4
Tecidos, vestuário e calçados	-6,7	-6,6
Móveis e eletrodomésticos	-6,8	0,8
Móveis	-6,5	-2,3
Eletrodomésticos	-6,9	2,8
Artigos farmacêuticos, médicos, ortopédicos, de perfumaria e cosméticos	12,9	12,6
Livros, jornais, revistas e papelaria	-48,8	-15,2
Equipamentos e materiais para escritório, informática e comunicação	-32,3	0,2
Outros artigos de uso pessoal e doméstico	1,8	11,0
Comércio Varejista Ampliado	-2,0	1,5
Veículos, Motos, Partes e Peças	-1,3	6,8
Material de construção	-13,7	-0,6

Elaboração: SEI/CAC.

(1) Dados deflacionados pelo IPCA.

(2) Variação observada no mês em relação ao mesmo mês do ano anterior.

(3) Variação acumulada observada até o mês do ano em relação ao mesmo período do ano anterior.

Tabela 9
Exportações, principais segmento – Bahia – Jan.-dez. 2017/2018

Segmentos	Valores (US\$ 1000 FOB)		Var. %	Part. %	Var. % Preço médio
	2017	2018			
Soja e derivados	1.466.832	1.980.535	35,02	22,52	6,65
Químicos e petroquímicos	1.540.463	1.586.076	2,96	18,03	33,53
Papel e celulose	1.266.970	1.490.849	17,67	16,95	16,49
Metalúrgicos	576.323	664.248	15,26	7,55	12,65
Petróleo e derivados	539.150	644.245	19,49	7,32	38,63
Automotivo	620.003	541.747	-12,62	6,16	3,59
Metais preciosos	400.531	411.065	2,63	4,67	70,73
Algodão e seus subprodutos	304.735	314.707	3,27	3,58	9,56
Cacau e derivados	260.720	199.774	-23,38	2,27	-7,23
Minerais	160.446	171.367	6,81	1,95	31,48
Borracha e suas obras	163.983	163.114	-0,53	1,85	8,37
Frutas e suas preparações	165.498	155.355	-6,13	1,77	0,35
Couros e peles	124.105	93.191	-24,91	1,06	-1,73
Sisal e derivados	81.047	78.530	-3,11	0,89	-3,44
Café e especiarias	77.380	77.573	0,25	0,88	-17,77
Calçados e suas partes	79.323	52.251	-34,13	0,59	-6,05
Máquinas, aparelhos e materiais mecânicos e elétricos	55.117	29.109	-47,19	0,33	-47,06
Fumo e derivados	27.078	27.730	2,41	0,32	-7,62
Carne e miudezas de aves	15.737	21.641	37,51	0,25	-2,18
Demais segmentos	139.960	93.107	-33,48	1,06	29,95
Total	8.065.401	8.796.215	9,06	100,00	5,95

Fonte: MDIC/Secex, dados coletados em 04/01/2019.

Elaboração: SEI.

Tabela 10
Exportações, principais países – Bahia – 2017/2018

Países	Pest (ton)		Var. %	(US\$ 1000 FOB)		Var. %	Part. %
	2017	2018		2017	2018		
China	4.358.526	5.489.745	25,95	2.132.226	2.884.615	35,29	32,79
Estados Unidos	966.277	712.840	-26,23	1.079.669	985.508	-8,72	11,20
Argentina	300.250	214.171	-28,67	986.642	843.883	-14,47	9,59
Países Baixos (Holanda)	995.337	820.536	-17,56	564.602	642.044	13,72	7,30
Cingapura	304.044	724.615	138,33	151.847	336.672	121,72	3,83
Coreia do Sul	247.421	514.876	108,10	164.961	262.248	58,98	2,98
Canadá	16.506	32.712	98,18	33.027	250.419	658,24	2,85
França	445.888	468.499	5,07	172.096	221.697	28,82	2,52
Bélgica	561.697	466.638	-16,92	344.258	200.463	-41,77	2,28
Alemanha	481.926	483.288	0,28	192.602	197.100	2,34	2,24
México	104.462	101.968	-2,39	166.952	161.142	-3,48	1,83
Chile	52.727	76.178	44,48	127.592	121.706	-4,61	1,38
Índia	96.238	81.602	-15,21	112.675	120.273	6,74	1,37
Suíça	561	13.131	2.240,20	74.483	118.722	59,40	1,35
Espanha	379.809	203.028	-46,54	159.822	113.344	-29,08	1,29
Itália	204.086	111.930	-45,16	140.318	109.166	-22,20	1,24
Colômbia	50.125	36.200	-27,78	84.926	89.493	5,38	1,02
Indonésia	38.445	37.856	-1,53	100.383	85.942	-14,39	0,98
Emirados Árabes Unidos	2.794	71.631	2.463,51	55.840	80.900	44,88	0,92
Macau	-	138.885	-	-	70.854	-	0,81
Japão	177.636	26.536	-85,06	120.366	59.821	-50,30	0,68
Turquia	143.508	81.239	-43,39	96.509	51.317	-46,83	0,58
Vietnã	122.953	29.479	-76,02	118.850	47.928	-59,67	0,54
Equador	16.074	17.456	8,60	28.337	46.700	64,80	0,53
Peru	33.605	23.356	-30,50	57.855	43.732	-24,41	0,50
Taiwan (Formosa)	116.989	86.491	-26,07	59.421	43.434	-26,91	0,49
Virgens, Ilhas (Americanas)	367.360	106.688	-70,96	101.693	36.664	-63,95	0,42
Uruguai	19.819	15.737	-20,60	42.806	36.078	-15,72	0,41
Bangladesh	19.901	21.770	9,39	28.697	35.059	22,17	0,40
Romênia	65.156	89.038	36,65	21.215	31.827	50,02	0,36
Demais países	792.607	521.708	-34,18	544.733	467.465	-14,18	5,31
Total	11.482.727	11.819.828	2,94	8.065.401	8.796.215	9,06	100,00

Fonte: MDIC/Secex, dados coletados em 04/01/2019.

Elaboração: SEI.

INDICADORES SOCIAIS

EMPREGO

Tabela 11

Estimativa da população total e economicamente ativa e dos inativos maiores de 10 anos, taxas globais de participação e de desemprego total
Região Metropolitana de Salvador – Jan. 2017-dez. 2018

(%)

Períodos	População Economicamente Ativa (PEA)						Inativos maiores de 10 anos		Taxas		População total (1)
	Total		Ocupados		Desempregados				Participação (PEA/PIA)	Desemprego total (DES/PEA)	
	Números absolutos (1)	Índice (2)	Números absolutos (1)	Índice (2)	Números absolutos (1)	Índice (2)	Números absolutos (1)	Índice (2)			
Janeiro 2017	1.924	129	1.441	131	483	121	1.410	147	58	25	3.753
Fevereiro	1.920	128	1.446	132	474	119	1.419	148	58	25	3.757
Março	1.933	129	1.471	134	462	116	1.411	147	58	24	3.761
Abril	1.906	127	1.450	132	456	115	1.444	151	57	24	3.765
Maio	1.926	129	1.462	133	464	117	1.429	149	57	24	3.770
Junho	1.932	129	1.451	132	481	121	1.428	149	58	25	3.774
Julho	1.952	130	1.483	135	469	118	1.414	148	58	24	3.778
Agosto	1.942	130	1.474	134	468	118	1.429	149	58	24	3.782
Setembro	1.925	129	1.469	134	456	115	1.452	152	57	24	3.786
Outubro	1.934	129	1.476	134	458	115	1.447	151	57	24	3.791
Novembro	1.948	130	1.484	135	464	117	1.440	150	58	24	3.795
Dezembro	1.975	132	1.505	137	470	118	1.418	148	58	24	3.799
Janeiro 2018	1.994	133	1.495	136	499	125	1.403	146	59	25	3.803
Fevereiro	2.001	134	1.491	136	510	128	1.402	146	59	26	3.808
Março	1.997	133	1.484	135	513	129	1.411	147	59	26	3.812
Abril	2.017	135	1.509	137	508	128	1.396	146	59	25	3.816
Maio	2.013	134	1.506	137	507	127	1.405	147	59	25	3.821
Junho	2.033	136	1.523	139	510	128	1.390	145	59	25	3.825
Julho	2.019	135	1.500	136	519	130	1.409	147	59	26	3.829
Agosto	2.036	136	1.519	138	517	130	1.397	146	59	25	3.833
Setembro	2.039	136	1.495	136	544	137	1.399	146	59	27	3.838
Outubro	2.032	136	1.490	136	542	136	1.412	147	59	27	3.842
Novembro	2.031	136	1.499	136	532	134	1.417	148	59	26	3.846
Dezembro	2.014	135	1.503	137	511	128	1.440	150	58	25	3.850
Variação mensal (%)											
Dez. 2018/nov. 2018	-0,8	-0,8	0,3	0,3	-3,9	-3,9	1,6	1,6	-1,0	-3,1	0,1
Variação no ano (%)											
Dez. 2018/dez. 2017	2,0	2,0	-0,1	-0,1	8,7	8,7	1,6	1,6	0,2	6,7	1,3

Fonte: PEDRMS (Convênio SEI, Setre, Dieese, Seade, MTE/FAT).

(1) Em 1000 pessoas.

(2) Base: média de 2000 = 100.

Nota: Projeções populacionais ajustadas com base no Censo de 2010. Ver nota técnica nº 8.

Tabela 12

Taxas de desemprego, por tipo de desemprego

Região Metropolitana de Salvador, município de Salvador e demais municípios da Região Metropolitana de Salvador – Jan. 2017-dez. 2018

(%)

Trimestres	Taxas de desemprego, por tipo										
	Região Metropolitana de Salvador (RMS)					Município de Salvador			Demais municípios da Região Metropolitana		
	Total	Aberto	Oculto			Total	Aberto	Oculto	Total	Aberto	Oculto
			Total	Precário	Desalento						
Janeiro 2017	25,1	17,8	7,3	6,6	(1)	23,7	16,9	6,8	30,6	21,3	9,3
Fevereiro	24,7	17,3	7,4	6,6	(1)	23,3	16,3	7	30,4	21,6	8,9
Março	23,9	16,5	7,5	6,7	(1)	22,6	15,5	7,1	28,8	20,1	8,7
Abril	23,9	16,3	7,6	6,8	(1)	22,5	15,3	7,3	29,3	20,4	8,9
Maio	24,1	16,5	7,6	6,9	(1)	22,9	15,7	7,3	28,7	19,9	8,9
Junho	24,9	17,3	7,6	6,8	(1)	23,4	16,3	7,1	30,5	21,2	9,3
Julho	24,0	16,9	7,1	6,5	(1)	22,9	16,1	6,8	28,3	19,9	8,5
Agosto	24,1	17,2	7,0	6,3	(1)	23,4	16,6	6,8	27,3	19,5	7,8
Setembro	23,7	16,7	6,9	6,4	(1)	23,1	16,2	6,9	26,1	19,1	(1)
Outubro	23,7	16,7	6,9	6,4	(1)	22,8	16	6,8	27,4	19,9	7,5
Novembro	23,8	16,8	7	6,3	(1)	22,2	15,5	6,7	29,7	21,5	8,1
Dezembro	23,8	17,2	6,5	5,9	(1)	22,3	16,3	6	28,8	20,5	8,4
Janeiro 2018	25	18,3	6,7	6	(1)	23,8	17,5	6,4	29	21,4	7,6
Fevereiro	25,5	18,8	6,7	5,9	(1)	24,7	18,4	6,4	28	20,1	7,8
Março	25,7	18,7	7	6	(1)	25,1	18,3	6,8	28	20,2	7,8
Abril	25,2	18,1	7,1	6	(1)	24,5	17,6	6,9	27,8	20,1	7,8
Maio	25,2	17,9	7,2	6,3	(1)	24,5	17,4	7,1	27,9	20	7,9
Junho	25,1	17,7	7,3	6,4	(1)	24	16,8	7,3	29,1	21,5	7,5
Julho	25,7	18,1	7,5	6,7	(1)	24,3	17,1	7,2	30,9	22,2	8,8
Agosto	25,4	17,7	7,6	6,7	(1)	24,5	16,8	7,7	28,7	21,5	(1)
Setembro	26,7	18,2	8,4	7,6	(1)	25,8	17,4	8,5	30,1	21,8	8,3
Outubro	26,7	17,5	9,2	8,3	(1)	26,1	16,9	9,3	28,8	20	8,7
Novembro	26,2	17	9,3	8,4	(1)	25	16,1	8,9	31	20,5	10,5
Dezembro	25,4	16,7	8,7	8	(1)	24,5	16,1	8,4	29	18,9	10,1
Varição mensal (%)											
Dez. 2018/nov. 2018	-3,1	-1,8	-6,5	-4,8	-	-2,0	0,0	-5,6	-6,5	-7,8	-3,8
Varição no ano (%)											
Dez. 2018/dez 2017	6,7	-2,9	33,8	35,6	-	9,9	-1,2	40,0	0,7	-7,8	20,2

Fonte: PEDRMS (Convênio SEI, Setre, Dieese, Seade, MTE/FAT).

(1) A amostra não comporta a desagregação para esta categoria.

Tabela 13

Distribuição dos Ocupados, por setor e CNAE 2.0 domiciliar – Região Metropolitana de Salvador – Jan. 2017-dez. 2018

(%)

Distribuição dos ocupados, por setor e CNAE 2.0 domiciliar											
Períodos	Serviços										
	Total geral (1)	Indústria de transformação (2)	Construção (3)	Comércio; reparação de veículos automotores e motocicletas (4)	Total (5)	Transporte, armazenagem e Correio (6)	Informação e comunicação; atividades financeiras, de seguros e serviços relacionados; atividades profissionais científicas e técnicas (7)	Atividades administrativas e serviços complementares (8)	Administração pública, defesa e segurança social; educação, saúde humana e serviços sociais (9)	Alojamento e alimentação; outras atividades de serviços; artes, cultura, esporte e recreação (10)	Serviços domésticos (11)
Janeiro 2017	100,0	7,3	7,2	19,9	63,6	5,8	6,2	9,4	18,1	15,2	8,3
Fevereiro	100,0	7,6	6,9	19,9	63,7	6,1	6,5	8,6	18,3	15,0	8,5
Março	100,0	7,4	6,7	19,7	64,3	6,4	6,5	9,0	18,0	15,8	7,9
Abril	100,0	7,3	7,7	19,2	64,2	7,1	6,8	8,8	18,1	15,2	7,6
Maio	100,0	6,9	7,5	18,8	65,0	7,6	6,6	9,8	18,1	15,0	7,4
Junho	100,0	6,8	7,6	18,5	65,2	8,1	6,1	9,5	18,5	14,4	8,1
Julho	100,0	6,9	7,6	18,9	64,7	8,0	6,1	9,4	18,9	13,5	8,3
Agosto	100,0	7,2	8,0	19,3	63,7	7,4	6,1	8,8	18,7	14,3	7,8
Setembro	100,0	7,4	8,5	19,8	62,7	7,0	6,1	8,4	19,1	13,8	7,6
Outubro	100,0	7,6	8,1	19,6	63,0	6,4	6,1	8,5	19,2	14,7	7,6
Novembro	100,0	7,6	7,9	19,6	63,0	6,8	5,8	8,4	19,6	14,1	7,8
Dezembro	100,0	7,6	7,3	20,9	62,3	6,7	5,6	8,2	19,0	14,5	7,6
Janeiro 2018	100,0	7,6	7,3	21,6	61,5	6,9	5,4	7,8	18,8	14,5	7,5
Fevereiro	100,0	7,6	7,6	21,9	60,7	6,3	5,3	7,6	18,2	15,0	7,6
Março	100,0	7,7	7,6	20,3	62,2	6,7	5,8	7,8	18,3	15,4	7,7
Abril	100,0	7,4	7,4	19,5	63,5	6,6	5,9	8,3	19,0	15,5	7,6
Maio	100,0	6,9	7,5	19,7	64,3	6,7	6,5	8,1	20,0	15,1	7,2
Junho	100,0	6,5	7,5	20,3	64,0	6,1	6,6	8,3	20,7	14,5	7,1
Julho	100,0	6,2	7,6	20,8	63,5	6,3	6,4	7,5	20,5	14,9	7,3
Agosto	100,0	6,6	7,1	20,8	63,3	6,2	6,2	7,9	20,0	14,6	7,9
Setembro	100,0	7,1	6,8	20,4	63,4	6,2	6,0	8,3	19,9	14,7	8,0
Outubro	100,0	7,6	6,5	20,0	63,7	6,0	6,6	8,5	19,9	14,5	7,9
Novembro	100,0	7,3	6,4	19,7	64,5	6,1	7,0	8,7	19,9	14,9	7,6
Dezembro	100,0	7,5	6,7	19,5	64,5	6,2	7,2	8,0	19,8	15,1	7,6

Fonte: PEDRMS (Convênio SEI, Setre, Dieese, Seade, MTE/FAT).

(-) Dados não disponíveis. A captação da CNAE 2.0 domiciliar na PED iniciou-se em novembro de 2010.

(1) Inclui agricultura, pecuária, produção florestal, pesca e aquicultura (Seção A); indústrias extrativas (Seção B); eletricidade e gás (Seção D); água, esgoto, atividades de gestão de resíduos e descontaminação (Seção E); organismos internacionais e outras instituições extraterritoriais (Seção U); atividades mal definidas (Seção V). As seções mencionadas referem-se a CNAE 2.0 domiciliar.

(2) Seção C da CNAE 2.0 domiciliar.

(3) Seção F da CNAE 2.0 domiciliar.

(4) Seção G da CNAE 2.0 domiciliar.

(5) Inclui atividades imobiliárias (Seção L da CNAE 2.0 domiciliar).

(6) Seção H da CNAE 2.0 domiciliar.

(7) Seções J,K,M da CNAE 2.0 domiciliar.

(8) Seção N da CNAE 2.0 domiciliar.

(9) Seções O,P,Q da CNAE 2.0 domiciliar.

(10) Seções I,S,R da CNAE 2.0 domiciliar.

(11) Seção T da CNAE 2.0 domiciliar.

Nota: Vide nota técnica nº 01/2012.

Tabela 14

Distribuição dos ocupados, por posição na ocupação – Região Metropolitana de Salvador – Jan. 2017-dez. 2018

(%)

Períodos	Posição na ocupação									
	Assalariados				Autônomos			Empregador	Domésticos	Outros (2)
	Total (1)	Assalariado priv. c/carteira assin.	Assalariado priv. s/carteira	Assalariado público	Total	Autônomo trab. p/público	Autônomo trab. p/empresa			
Janeiro 2017	66,3	50,6	6,7	8,9	19,6	18,2	(3)	(3)	8,3	3,1
Fevereiro	66,1	50,8	6,8	8,5	19,3	18,1	(3)	(3)	8,5	3,1
Março	66,2	50,4	7,2	8,6	19,5	18,4	(3)	(3)	7,9	3,3
Abril	65,8	50,4	6,9	8,5	19,9	18,7	(3)	(3)	7,6	3,9
Maio	66,3	50,8	6,8	8,7	20,0	18,9	(3)	(3)	7,4	3,8
Junho	65,6	50,3	6,3	8,9	21,0	19,5	(3)	(3)	8,1	3,2
Julho	65,9	50,9	6,0	9,0	20,4	19,0	(3)	(3)	8,3	3,1
Agosto	65,2	50,5	5,6	9,1	21,3	19,7	(3)	(3)	7,8	3,2
Setembro	64,4	49,4	5,8	9,2	21,7	20,3	(3)	(3)	7,6	3,5
Outubro	63,0	47,9	6,1	9,0	23,0	21,6	(3)	(3)	7,6	3,6
Novembro	63,1	47,3	6,4	9,4	23,1	21,6	(3)	(3)	7,8	3,5
Dezembro	63,6	48,0	6,6	9,0	23,1	21,5	(3)	(3)	7,6	3,4
Janeiro 2018	63,4	47,6	7,2	8,6	23,2	21,6	(3)	(3)	7,5	3,6
Fevereiro	63,1	47,8	7,8	7,6	23,2	21,7	(3)	(3)	7,6	3,9
Março	62,6	47,1	8,0	7,5	23,2	22,1	(3)	(3)	7,7	4,2
Abril	63,4	47,3	7,9	8,2	22,3	21,4	(3)	(3)	7,6	4,4
Maio	64,0	46,5	7,8	9,7	21,5	20,6	(3)	(3)	7,2	4,6
Junho	64,6	46,9	7,7	9,9	21,0	19,8	(3)	(3)	7,1	4,5
Julho	64,2	46,6	7,9	9,7	21,6	20,3	(3)	(3)	7,3	4,0
Agosto	63,6	46,8	7,7	9,1	21,9	20,5	(3)	(3)	7,9	3,8
Setembro	64,0	47,4	7,5	9,2	21,5	20,1	(3)	(3)	8,0	3,8
Outubro	64,4	47,2	7,9	9,4	21,4	19,8	(3)	(3)	7,9	3,7
Novembro	64,5	47,9	7,6	8,9	21,2	19,7	(3)	(3)	7,6	4,3
Dezembro	63,7	47,1	7,6	8,9	21,6	20,3	(3)	(3)	7,6	4,5

Fonte: PEDRMS (Convênio SEI, Setre, Dieese, Seade, MTE/FAT).

(1) Incluem os que não informaram o segmento em que trabalham.

(2) Incluem trabalhadores familiares e donos de negócios familiares.

(3) A amostra não comporta a desagregação para esta categoria.

Tabela 15

Rendimento médio real trimestral dos ocupados, assalariados e autônomos no trabalho principal
Região Metropolitana de Salvador – Jan. 2017-dez. 2018

(R\$)

Trimestres	Rendimento Médio Real					
	Ocupados (1)		Assalariados (2)		Autônomos	
	Valor Absoluto (3)	Índice (4)	Valor Absoluto (3)	Índice (4)	Valor Absoluto (3)	Índice (4)
Janeiro 2017	1.501	92,0	1.577	87,4	1.108	100,3
Fevereiro	1.525	93,5	1.594	88,3	1.108	100,3
Março	1.570	96,2	1.633	90,5	1.096	99,3
Abril	1.576	96,6	1.655	91,7	1.094	99,1
Maio	1.604	98,4	1.699	94,2	1.134	102,7
Junho	1.599	98,0	1.687	93,5	1.153	104,4
Julho	1.604	98,3	1.671	92,6	1.138	103,0
Agosto	1.563	95,8	1.625	90,0	1.086	98,4
Setembro	1.548	94,9	1.606	89,0	1.079	97,7
Outubro	1.494	91,6	1.581	87,6	1.062	96,2
Novembro	1.467	90,0	1.570	87,0	1.044	94,6
Dezembro	1.430	87,7	1.555	86,2	1.013	91,7
Janeiro 2018	1.395	85,5	1.517	84,1	1.005	91,0
Fevereiro	1.407	86,3	1.523	84,4	1.005	91,0
Março	1.392	85,4	1.509	83,7	990	89,6
Abril	1.455	89,2	1.549	85,8	994	90,0
Maio	1.481	90,8	1.550	85,9	1.030	93,2
Junho	1.489	91,3	1.553	86,1	1.031	93,4
Julho	1.491	91,4	1.566	86,8	1.027	93,0
Agosto	1.494	91,6	1.567	86,8	1.011	91,6
Setembro	1.518	93,1	1.578	87,5	1.056	95,7
Outubro	1.546	94,7	1.539	85,3	1.094	99,1
Novembro	1.582	97,0	1.560	86,5	1.126	102,0
Dezembro	1.611	98,8	1.555	86,2	1.111	100,6
Variação mensal (%)						
Dez. 2018/nov. 2018	1,9	1,9	-0,3	-0,3	-1,4	-1,4
Variação no ano (%)						
Dez. 2018/dez. 2017	12,7	12,7	0,0	0,0	9,6	9,6

Fonte: PEDRMS (Convênio SEI, Setre, Dieese, Seade, MTE/FAT).

(1) Excluem os assalariados e os empregados domésticos assalariados que não tiveram remuneração no mês, os trabalhadores familiares sem remuneração salarial e os trabalhadores que ganharam exclusivamente em espécie ou benefício.

(2) Excluem os assalariados que não tiveram remuneração no mês.

(3) Inflator utilizado: IPC - SEI; valores em reais de dezembro de 2018.

(4) Base: média de 2000 = 100.

Tabela 16

Rendimento médio real trimestral dos ocupados, por grau de instrução (1) – Região Metropolitana de Salvador – Jan. 2017-dez. 2018

(R\$)

Períodos	Total(2)	Rendimento médio real trimestral dos ocupados				
		Analfabetos	1º grau incompleto	1º grau completo/ 2º incompleto	2º grau completo/ 3º incompleto	3º grau completo
Janeiro 2017	1.501	(3)	995	1.109	1.396	3.347
Fevereiro	1.525	(3)	1.010	1.121	1.432	3.347
Março	1.570	(3)	1.060	1.112	1.444	3.570
Abril	1.576	(3)	1.100	1.118	1.466	3.472
Maiο	1.604	(3)	1.134	1.108	1.477	3.629
Junho	1.599	(3)	1.127	1.089	1.457	3.650
Julho	1.604	(3)	1.091	1.060	1.423	3.858
Agosto	1.563	(3)	1.053	1.035	1.378	3.807
Setembro	1.548	(3)	1.001	1.053	1.346	3.781
Outubro	1.494	(3)	1.017	1.054	1.329	3.472
Novembro	1.467	(3)	998	1.032	1.357	3.336
Dezembro	1.430	(3)	1.034	996	1.369	3.103
Janeiro 2018	1.395	(3)	1.014	998	1.378	2.915
Fevereiro	1.407	(3)	1.017	1.022	1.344	3.079
Março	1.392	(3)	977	1.032	1.316	3.090
Abril	1.455	(3)	986	1.021	1.306	3.435
Maiο	1.481	(3)	997	1.020	1.337	3.397
Junho	1.489	(3)	1.014	986	1.356	3.458
Julho	1.491	(3)	985	972	1.362	3.489
Agosto	1.494	(3)	968	974	1.325	3.716
Setembro	1.518	(3)	946	1.008	1.305	3.828
Outubro	1.546	(3)	948	1.035	1.304	3.980
Novembro	1.582	(3)	962	1.054	1.318	4.107
Dezembro	1.611	(3)	1.015	1.045	1.323	4.273
Variacão mensal (%)						
Dez. 2018/nov. 2018	1,9	-	5,6	-0,9	0,4	4,0
Variacão no ano (%)						
Dez. 2018/dez. 2017	12,7	-	-1,8	4,8	-3,4	37,7

Fonte: PEDRMS (Convênio SEI, Setre, Dieese, Seade, MTE/FAT).

(1) Inflator utilizado: IPC - SEI; valores em reais de dezembro de 2018.

(2) Excluem os assalariados e os empregados domésticos assalariados que não tiveram remuneração no mês, os trabalhadores familiares sem remuneração salarial e os que ganharam exclusivamente em espécie ou benefício.

(3) A amostra não comporta a desagregação para esta categoria.

Tabela 17

Rendimento médio real trimestral dos assalariados no setor público e privado, por setor de atividade econômica e carteira de trabalho assinada e não assinada pelo atual empregador ⁽¹⁾ – Região Metropolitana de Salvador – Jan. 2017-dez. 2018

Trimestres	Total geral (2)	Assalariados no setor privado						Assalariados do setor público (6)
		Total	Setor de atividade			Carteira de trabalho		
			Indústria de transformação (3)	Comércio; reparação de veículos automotores e motocicletas (4)	Serviços (5)	Assinada	Não assinada	
Janeiro 2017	1.577	1.422	1.670	1.248	1.440	1.498	885	2.935
Fevereiro	1.594	1.410	1.691	1.249	1.425	1.488	888	3.088
Março	1.633	1.451	1.837	1.262	1.451	1.530	882	3.066
Abril	1.655	1.471	1.977	1.350	1.432	1.554	865	3.107
Maio	1.699	1.503	1.979	1.324	1.475	1.584	872	3.186
Junho	1.687	1.488	1.943	1.319	1.470	1.564	884	3.180
Julho	1.671	1.473	1.921	1.244	1.475	1.544	849	3.142
Agosto	1.625	1.445	1.817	1.248	1.442	1.519	862	2.898
Setembro	1.606	1.428	1.811	1.243	1.419	1.507	851	2.903
Outubro	1.581	1.400	1.683	1.230	1.394	1.481	838	2.847
Novembro	1.570	1.397	1.688	1.239	1.390	1.478	829	2.915
Dezembro	1.555	1.393	1.661	1.207	1.398	1.480	823	2.876
Janeiro 2018	1.517	1.400	1.741	1.220	1.390	1.492	844	2.676
Fevereiro	1.523	1.392	1.759	1.242	1.377	1.486	849	2.835
Março	1.509	1.378	1.727	1.283	1.352	1.470	843	2.675
Abril	1.549	1.390	1.711	1.300	1.378	1.490	821	2.788
Maio	1.550	1.398	1.774	1.259	1.402	1.501	807	2.729
Junho	1.553	1.390	1.709	1.205	1.419	1.497	806	2.870
Julho	1.566	1.395	1.606	1.222	1.425	1.479	906	3.009
Agosto	1.567	1.386	1.641	1.224	1.399	1.467	890	3.015
Setembro	1.578	1.393	1.698	1.228	1.400	1.473	934	3.123
Outubro	1.539	1.376	1.744	1.147	1.408	1.464	855	2.962
Novembro	1.560	1.404	1.629	1.173	1.449	1.496	886	2.918
Dezembro	1.555	1.408	1.701	1.192	1.439	1.491	846	2.829
Variação mensal (%)								
Dez. 2018/nov. 2018	-0,3	0,3	4,4	1,7	-0,7	-0,3	-4,5	-3,1
Variação no ano (%)								
Dez. 2018/dez. 2017	0,0	1,1	2,4	-1,3	2,9	0,8	2,9	-1,6

Fonte: PEDRMS (Convênio SEI, Setre, Dieese, Seade, MTE/FAT).

(1) Exclusivo os assalariados que não tiveram remuneração no mês e os empregados domésticos. Inflator utilizado: IPC - SEI; valores em reais de dezembro de 2018.

(2) Incluem os que não sabem a que setor pertence a empresa em que trabalham.

(3) Seção C da CNAE 2.0 domiciliar.

(4) Seção G da CNAE 2.0 domiciliar.

(5) Seções H a S da CNAE 2.0 domiciliar e excluem os serviços domésticos.

(6) Incluem os estatutários e celetistas que trabalham em instituições públicas (governos municipal, estadual, federal, empresa de economia mista, autarquia, fundação, etc.).

Nota: Vide nota técnica nº 01/2012.

Tabela 18

Rendimento real trimestral máximo e mínimo dos ocupados e dos assalariados no trabalho principal ⁽¹⁾
Região Metropolitana de Salvador – Jan. 2017-dez. 2018

Períodos	Rendimento médio real trimestral									
	Ocupados ⁽²⁾					Assalariados ⁽³⁾				
	10% mais pobres ganham até	25% mais pobres ganham até	50% mais pobres ganham até	25% mais ricos ganham acima de	10% mais ricos ganham acima de	10% mais pobres ganham até	25% mais pobres ganham até	50% mais pobres ganham até	25% mais ricos ganham acima de	10% mais ricos ganham acima de
Janeiro 2017	550	969	1.098	1.641	2.747	967	1.025	1.209	1.651	2.753
Fevereiro	650	984	1.101	1.640	2.753	969	1.024	1.211	1.652	2.753
Março	645	1.008	1.111	1.640	3.035	1.008	1.024	1.290	1.733	3.035
Abril	644	1.007	1.145	1.625	3.017	1.007	1.015	1.290	1.726	3.027
Mai	643	1.005	1.179	1.715	3.216	1.005	1.009	1.290	1.823	3.216
Junho	638	996	1.169	1.628	3.109	996	1.009	1.286	1.726	3.012
Julho	636	991	1.163	1.608	3.171	991	1.004	1.274	1.699	3.002
Agosto	628	981	1.151	1.586	2.975	981	996	1.269	1.674	2.859
Setembro	528	981	1.143	1.573	2.931	981	990	1.259	1.585	2.707
Outubro	523	976	1.101	1.570	2.616	976	982	1.256	1.617	2.621
Novembro	520	973	1.059	1.561	2.603	973	983	1.247	1.662	2.622
Dezembro	520	973	1.042	1.561	2.597	973	975	1.246	1.667	2.604
Janeiro 2018	519	973	1.041	1.558	2.395	973	989	1.244	1.662	2.591
Fevereiro	516	976	1.042	1.555	2.502	976	988	1.239	1.652	2.584
Março	514	980	1.037	1.542	2.477	980	988	1.234	1.555	2.571
Abril	514	981	1.043	1.542	2.580	981	984	1.233	1.547	2.879
Mai	512	976	1.089	1.542	2.769	976	982	1.227	1.544	2.673
Junho	508	970	1.093	1.534	2.937	970	982	1.220	1.626	2.884
Julho	508	969	1.116	1.533	3.049	969	976	1.219	1.627	3.049
Agosto	507	964	1.112	1.525	2.981	964	970	1.219	1.625	3.032
Setembro	505	961	1.111	1.524	3.023	961	968	1.212	1.612	3.023
Outubro	504	958	1.108	1.516	3.015	958	964	1.206	1.519	2.821
Novembro	502	958	1.105	1.511	3.022	958	961	1.206	1.511	2.883
Dezembro	502	954	1.105	1.511	3.116	954	961	1.206	1.511	2.883
Varição mensal (%)										
Dez. 2018/nov. 2018	0,1	-0,4	0,0	0,0	3,1	-0,4	0,0	0,0	0,0	0,0
Varição no ano (%)										
Dez. 2018/dez. 2017	-3,4	-1,9	6,1	-3,2	20,0	-1,9	-1,4	-3,2	-9,3	10,7

Fonte: PEDRMS (Convênio SEI, Setre, Dieese, Seade, MTE/FAT).

(1) Inflator utilizado: IPC - SEI; valores em reais de dezembro de 2018.

(2) Excluem os assalariados e os empregados domésticos assalariados que não tiveram remuneração no mês, os trabalhadores familiares sem remuneração salarial e os trabalhadores que ganharam exclusivamente em espécie ou benefício.

(3) Excluem os assalariados que não tiveram remuneração no mês.

EMPREGO FORMAL

Tabela 19

Flutuação mensal do emprego – Bahia – Jan. 2017-dez. 2018

Períodos	Saldo líquido (admissões – desligamentos)				
	Total (1)	Ind. transformação	Const. civil	Comércio	Serviços
2017 (2)	-216	695	-6.562	-418	829
Declaração fora do prazo	0	0	0	0	0
Com ajuste (3)	-216	695	-6.562	-418	829
Janeiro	894	681	-523	-808	7
Fevereiro	-912	879	-2.345	-1.182	435
Março	-5.234	-413	-749	-2.448	-3.438
Abril	7.794	1.022	-318	130	2.537
Maio	4.951	1.236	-53	-670	-949
Junho	-1.784	82	-1.207	260	48
Julho	1.064	944	519	-1.320	1.917
Agosto	2.564	375	2.533	-349	164
Setembro	2.758	-55	626	884	864
Outubro	917	35	-938	1.380	1.128
Novembro	-610	-1.138	-848	3.239	1.206
Dezembro	-12.618	-2.953	-3.259	466	-3.090
2018 (2)	29.148	1.921	776	2.135	20.691
Declaração fora do prazo	0	0	0	0	0
Com ajuste (3)	29.148	1.921	776	2.135	20.691
Janeiro	7.572	999	1.657	-522	4.487
Fevereiro	716	-37	-202	-1.143	1.239
Março	5.365	-229	1.003	21	2.185
Abril	3.292	509	-710	-429	1.755
Maio	7.179	1.341	-103	-178	641
Junho	-1.378	271	-413	-828	-619
Julho	1.696	23	-226	-936	1.625
Agosto	4.703	1.124	1.096	-21	3.564
Setembro	9.086	1.159	2.200	1.296	4.609
Outubro	1.119	126	-66	1.199	1.372
Novembro	1.376	-1.501	416	3.638	2.492
Dezembro	-11.578	-1.864	-3.876	38	-2.659

Fonte: MTE—Cadastro de Empregados e Desempregados - Lei 4.923/65 - Perfil do Estabelecimento.

(1) Incluem todos os setores. Dados preliminares.

(2) Este saldo não levou em consideração o ajuste realizado no ano.

(3) Este saldo levou em consideração o ajuste realizado no ano até janeiro.

FINANÇAS PÚBLICAS

UNIÃO

(Continua)

Tabela 20

Demonstrativo das receitas da União – Orçamentos fiscal e da seguridade social – Jan.-dez. 2018

Receita realizada	2018						Acumulado Jan.-dez.
	Jan.-fev.	Mar.-abr.	Maió-jun.	Jul.-ago.	Set.-out.	Nov.-dez.	
Receita (exceto intraorçamentária) (I)	384.475.098	358.098.612	318.497.225	424.060.415	507.705.174	379.888.703	2.372.725.227
Receitas correntes	276.798.286	248.772.777	231.409.907	252.170.080	248.552.726	277.958.819	1.535.662.595
Impostos, taxas e contribuições de melhoria	97.702.937	90.744.149	76.419.928	73.828.485	79.716.161	88.762.481	507.174.141
Impostos	96.661.092	87.478.634	75.502.413	72.675.702	77.422.922	87.824.298	497.565.061
Taxas	1.042	3.265.516	918	1.153	1.608.971	425	4.878.025
Receita de contribuições	145.669.662	130.637.230	130.313.868	137.197.450	139.872.143	160.793.193	844.483.546
Contribuições sociais	142.940.633	127.125.891	127.878.821	134.734.294	135.579.995	158.511.596	826.771.230
Contribuições econômicas	2.729.029	3.511.339	2.435.047	2.463.155	4.292.148	2.281.596	17.712.314
Contribuições para ent. Privadas de serv. Social e de form. Profissional	-	-	-	-	-	-	-
Receita patrimonial	16.031.029	15.070.746	14.139.198	26.131.519	23.066.723	17.406.532	111.845.747
Exploração do patrimônio imobiliário do estado	307	303	476	342	347	313	2.088
Valores mobiliários	4.963.167	3.527.995	5.933.898	4.104.772	3.463.131	4.228.857	26.221.820
Delegação de serviços públicos mediante concessão, permissão, autorização ou licença	146	282	1.097.824	418	192	252	1.099.113
Exploração de recursos naturais	10.160.706	10.531.577	4.992.821	20.790.597	18.619.406	12.118.146	77.213.253
Exploração do patrimônio intangível	-	-	8	1	1	10	20
Cessão de direitos	441	424	428	474	442	491	2.701
Demais receitas patrimoniais	13	967	913	897	5	3	2.798
Receita agropecuária	3	3	3	4	7	907	926
Receita industrial	139	166	192	330	154	1.075	2.056
Receita de serviços	11.053.127	5.322.477	5.808.247	10.402.792	5.030.362	4.864.689	42.481.694
Serviços administrativos e comerciais gerais	563	656	639	535	568	520	3.482
Serviços e atividades referentes à navegação e ao transporte	604	598	559	703	695	252	3.410
Serviços e atividades referentes à saúde	293	305	334	325	330	371	1.959
Serviços e atividades financeiras	9.590.139	3.759.160	4.270.965	8.833.804	3.431.314	3.418.961	33.304.343
Outros serviços	4	4	5	5	3	6	27
Transferências correntes	185	330	138	163	98	257	1.171
Transferências da união e de suas entidades	153	152	111	123	72	116	727
Transferências dos estados e do distrito federal e de suas entidades	13	370	7	4	11	218	623
Transferências dos municípios e de suas entidades	3	6	3	3	2	4	22
Transferências de instituições privadas	15	170	16	30	18	80	329
Transferências do exterior	470	-	-	-	126	-	596
Transferências de pessoas físicas	134	139	139	68	139	172	791
Transferências provenientes de depósitos não identificados	-	-	-	-	1	-	1
Outras receitas correntes	6.015.072	6.499.155	4.396.340	4.113.476	543.730	4.797.734	26.365.507
Multas administrativas, contratuais e judiciais	1.172	1.019	1.032	1.156	1.140	1.203	6.721
Indenizações, restituições e ressarcimentos	1.378.913	1.290.813	1.126.959	1.345	876	1.213.065	5.011.971

(Continua)

Tabela 20

Demonstrativo das receitas da União – Orçamentos fiscal e da seguridade social – Jan.-dez. 2018

Receita realizada	2018						Acumulado Jan.-dez.
	Jan.-fev.	Mar.-abr.	Maió-jun.	Jul.-ago.	Set.-out.	Nov.-dez.	
Bens, direitos e valores incorporados ao patrimônio público	76	1.549.456	162	47	105	136	1.549.981
Demais receitas correntes	2.733.582	1.039.448	1.590	1.034.699	(2.297.725)	1.050.672	3.562.266
Receitas correntes a classificar	-	84	(39)	(192)	200	(2)	51
Receitas de capital	107.676.812	109.325.833	87.087.318	171.890.335	259.152.448	101.929.885	837.062.631
Operações de crédito	90.185.957	47.352.480	33.248.432	78.642.403	69.041.810	78.475.478	396.946.560
Operações de crédito internas	87.256.851	47.189.895	33.072.773	78.184.391	68.821.680	77.011.958	391.537.548
Operações de crédito externas	2.838.601	163	176	458	144	1.020.178	3.859.719
Alienação de bens	103	130	3.592.418	818	152	251	3.593.872
Alienação de bens móveis	86	114	210.651	-	109	158	211.118
Alienação de bens imóveis	17	15	18	31	11	77	169
Alienação de bens intangíveis	-	-	4.020.975	8	-	33	4.021.016
Amortizações de empréstimos	5.277.675	34.567.207	35.026.231	76.050.584	6.092.384	7.882.605	164.896.686
Transferências de capital	938	8	(12)	-	5	(69)	870
Transferências da união e de suas entidades	-	1	8	3	2	1	15
Transferências dos estados e do distrito federal e de suas entidades	-	-	-	-	-	-	-
Transferências dos municípios e de suas entidades	-	50	(20)	-	81	(75)	36
Transferências de instituições privadas	1.114	(1)	-	-	-	-	1.113
Transferências do exterior	3	6	-	2	4	5	19
Outras receitas de capital	12.106.694	27.268.987	14.562.917	16.374.379	183.861.958	15.314.547	269.489.482
Integralização do capital social	-	-	-	-	169.256.367	-	169.256.367
Resultado do banco central	-	14.955.813	-	-	14.605.591	15.314.547	44.875.951
Remuneração das disponibilidades do tesouro	12.106.694	12.313.174	14.562.917	16.374.379	-	-	55.357.164
Resgate de títulos do tesouro	-	-	-	-	-	-	-
Demais receitas de capital	-	-	-	-	-	-	-
Receitas de capital a classificar	-	-	-	-	-	-	-
Subtotal das receitas (III) = (I + II)	389.286.760	365.245.791	323.731.823	429.028.260	512.815.095	386.276.290	2.406.384.019
Operações de crédito - refinanciamento (IV)	91.535.853	182.375.625	30.910.504	130.137.750	80.163.835	19.174.142	534.297.709
Operações de crédito internas	89.424.456	182.375.625	30.910.504	130.137.750	80.163.835	19.174.142	532.186.312
Mobiliária	89.424.456	182.375.625	30.910.504	130.137.750	80.163.835	19.174.142	532.186.312
Operações de crédito externas	2.111.397	0	0	0	0	0	2.111.397
Mobiliária	2.111.397	0	0	0	0	0	2.111.397
Subtotal com refinanciamento (V) = (III + IV)	480.822.613	547.621.415	354.642.327	559.166.010	592.978.930	405.450.432	2.940.681.727
Déficit (VI)							
Total (VII) = (V + VI)	480.822.613	547.621.415	354.642.327	559.166.010	592.978.930	405.450.432	2.940.681.727

Receita realizada	2018						Acumulado jan.-dez.
	Jan.-fev.	Mar.-abr.	Maió-jun.	Jul.-ago.	Set.-out.	Nov.-dez.	
Receita (intraorçamentária) (II)	4.811.661	7.147.180	5.234.597	4.967.845	5.109.921	6.387.587	33.658.791
Receitas correntes	4.811.661	7.147.180	5.234.597	4.967.845	5.109.921	6.387.587	33.658.791
Impostos, taxas e contribuições de melhoria	188	339	802	295	190	516	2.330
Impostos	24	84	510	95	57	305	1.075
Taxas	164	253	292	200	133	211	1.253
Receita de contribuições	3.007.296	3.092.353	3.159.575	3.018.868	3.008.743	4.526.502	19.813.337
Contribuições sociais	3.007.294	3.092.339	3.159.572	3.018.866	3.008.743	4.526.500	19.813.314

(Conclusão)

Tabela 20

Demonstrativo das receitas da União – Orçamentos fiscal e da seguridade social – Jan.-dez. 2018

Receita realizada	2018						Acumulado jan.-dez.
	Jan.-fev.	Mar.-abr.	Maió-jun.	Jul.-ago.	Set.-out.	Nov.-dez.	
Contribuições econômicas	1	14	3	1	0	3	22
Contribuições para ent. Privadas de serv. Social e de form. Profissional	0	0	0	0	493	8	501
Receita patrimonial	265	681	265	518	473	460	2.662
Exploração do patrimônio imobiliário do estado	264	656	577	511	20	11	2.039
Valores mobiliários	-	-	-	7	29	34	70
Delegação de serviços públicos mediante concessão, permissão, autorização ou licença	1	25	38	-	3	5	72
Receita industrial	15	22	26	45,38	3	940	1.051
Receita de serviços	4	5	203	3	0	0	215
Serviços administrativos e comerciais gerais	958	592	5	894	714	1.001	4.163
Serviços e atividades referentes à navegação e ao transporte	0	0	0	0	0	0	0
Serviços e atividades referentes à saúde	1.507	867	607	835	0	0	3.817
Serviços e atividades financeiras	0	0	0	0	0	0	0
Outros serviços	0	0	0	0	0	0	0
Outras receitas correntes	1.785	3.145.243	1.169.682	1.898	1.074.443	1.814	5.394.866
Multas administrativas, contratuais e judiciais	-26	-46	-501	59	37	229	-248
Indenizações, restituições e ressarcimentos	828	24	18	16	16	17	919
Receitas decorrentes de aportes periódicos p/ comp. Ao rgps	0	0	0	0	0	0	0
Demais receitas correntes	1.778	3.137.195	1.161.325	1.882	1.066.351	1.797	5.370.329
Receitas de capital	0	0	0	130.137.750	0	0	130.137.750
Operações de crédito	0	0	0	130.137.750	0	0	130.137.750
Operações de crédito internas	0	0	0	130.137.750	0	130.137.750	260.275.500
Operações de crédito externas	0	0	0	0	0	0	0
Alienação de bens	0	0	0	0	0	0	0
Alienação de bens móveis	0	0	0	0	0	0	0
Alienação de bens imóveis	0	0	0	0	0	0	0
Alienação de bens intangíveis	0	0	0	0	0	0	0
Outras receitas de capital	0	0	0	0	0	0	0
Integralização do capital social	0	0	0	0	0	0	0
Resultado do banco central	0	0	0	0	0	0	0
Remuneração das disponibilidades do tesouro	0	0	0	0	0	0	0
Resgate de títulos do tesouro	0	0	0	0	0	0	0
Demais receitas de capital	0	0	0	0	0	0	0

Fonte: Secretaria do Tesouro Nacional (STN).

Elaboração: SEI/Coref.

Reeo - Anexo I (LRF, art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e §1º).

Tabela 21

Demonstrativo das despesas da União – Orçamentos fiscal e da seguridade social – Jan.-dez. 2018

Despesa executada	2018						Acumulado jan.-dez.
	Jan.-fev.	Mar.-abr.	Maió-jun.	Jul.-ago.	Set.-out.	Nov.-dez.	
Despesas (exceto intraorçamentária) (VIII)	382.595.824	340.494.004	288.983.068	509.719.873	2.029.430.541	4.226.587.232	7.777.810.542
Despesas correntes	304.401.650	275.826.877	263.661.097	348.678.105	1.592.734.093	3.405.546.026	6.190.847.848
Pessoal e encargos sociais	46.001.934	47.580.548	51.260.062	45.527.409	257.098.009	561.897.298	1.009.365.260
Juros e encargos da dívida	83.453.094	32.680.453	20.315.941	83.753.209	274.405.180	555.677.009	1.050.284.886
Outras despesas correntes	174.946.621	195.565.876	192.085.095	219.397.487	1.061.230.903	2.287.971.720	4.131.197.702
Transferência a estados, df e municípios	52.664.315	51.188.217	61.847.614	57.164.382	294.601.007	646.184.301	1.163.649.836
Benefícios previdenciários	89.132.490	95.097.711	90.508.669	110.994.629	527.301.339	1.131.685.796	2.044.720.634
Demais despesas correntes	33.149.817	49.279.948	39.728.812	51.238.475	239.328.556	510.101.622	922.827.230
Despesas de capital	78.194.174	64.667.127	25.321.970	161.041.768	436.696.449	821.041.205	1.586.962.693
Investimentos	82	1.192	2.816.494	3.204.107	12.602.088	34.206.861	52.830.823
Inversões financeiras	6.604.078	10.125.327	9.412.324	11.424.201	52.012.677	115.533.752	205.112.359
Amortização da dívida	71.458.921	53.349.991	13.045.207	146.413.461	372.081.684	671.300.593	1.327.649.857
Reserva de contingência	0	0	0	0	0	0	0
Despesas (intra-orçamentárias) (IX)	4.460.819	7.766.686	5.973.618	5.765.629	32.699.068	71.344.383	128.010.203
Despesas correntes	4.444.784	7.747.998	5.869.925	5.689.918	32.451.844	70.726.347	126.930.816
Pessoal e encargos sociais	3.432.635	3.511.293	3.618.472	3.525.922	19.432.454	43.729.473	77.250.249
Juros e encargos da dívida	0	0	0	0	0	0	0
Outras despesas correntes	1.012	4.236.705	1.277.731	2.163.997	13.019.391	26.996.875	47.695.711
Demais despesas correntes	1.012	4.236.705	1.277.731	2.163.997	13.019.391	26.996.875	47.695.711
Despesas de capital	16	19	104	76	247	618	1.079
Investimentos	7	685	4	3	19	40	758
Inversões financeiras	16	16	99	73	220	578	1.002
Amortização da dívida	0	0	0	0	0	0	0
Subtotal das despesas (X) = (VIII + IX)	387.056.643	348.260.690	294.956.685	515.485.502	2.062.129.610	4.297.931.615	7.905.820.745
Amortização da dívida - refinanciamento (XI)	139.906.687	86.895.644	14.294.911	71.918.369	474.691.345	899.231.636	1.686.938.592
Amortização da dívida interna	139.606.764	86.546.043	13.066.886	71.692.865	471.897.404	893.012.055	1.675.822.017
Dívida mobiliária	139.489.159	86.433.832	12.059.285	70.667.900	468.854.765	886.267.850	1.663.772.791
Outras dívidas	118	112	1.008	1.025	2.955.894	6.744.204	9.702.360
Amortização da dívida externa	300	350	1.228	56	2.482.561	6.219.582	8.704.076
Dívida mobiliária	108	128	238	0	79	0	553
Outras dívidas	192	221	990	56	1.929.754	5.113.500	7.044.712
Subtotal com refinanciamento (XII) = (X + XI)	526.963.331	435.156.333	309.251.597	587.403.870	2.536.820.955	5.197.163.250	9.592.759.336
Superávit (XIII)	0	0	0	0	203.368.553	396.355.433	599.723.986
Total (XIV) = (XII + XIII)	526.963.331	435.156.333	309.251.597	587.403.870	2.740.189.508	5.593.518.685	10.192.483.324

Elaboração: SEI/Coref.

RREO – Anexo I (LRF, art. 52, inciso I, alíneas “a” e “b” do inciso II e § 1º).

Nota: Durante o exercício, as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. As Despesas liquidadas são consideradas.

ESTADO

(Continua)

Tabela 22

Balanco orçamentário – Receita – Orçamentos fiscal e da seguridade social – Jan.-dez. 2018

Receita realizada	2018						Acumulado jan.-dez.
	Jan.-fev.	Mar.-abr.	Maió-jun.	Jul.-ago.	Set.-out.	Nov.-dez.	
Receitas (exceto intraorçamentárias) (I)	6.741.402.974	6.527.201.538	6.748.964.654	6.852.144.401	7.422.721.436	8.512.425.288	42.804.860.291
Receitas correntes	6.706.613.989,16	6.147.171.696	6.627.077.023	6.692.803.933	6.965.443.013	8.281.222.720	34.713.718.386
Receita tributária	3.843.108.030,44	3.720.141.666	3.723.216.591	4.208.587.068	4.375.599.113	4.969.538.516	20.997.082.955
Impostos	3.659.545.685,81	3.534.186.529	3.515.650.732	3.969.228.162	4.138.645.806	4.755.308.833	19.913.020.063
Taxas	183.562.344,63	185.955.137	207.565.859	239.358.906	236.953.307	214.229.683	1.084.062.891
Contribuição de melhoria	-	-	-	-	-	-	-
Receita de contribuições	427.564.903,65	429.717.215	433.781.676	433.766.632	438.844.313	555.939.697	2.292.049.532
Contribuições sociais	427.564.903,65	429.717.215	433.781.676	433.766.632	438.844.313	555.939.697	2.292.049.532
Contribuição de intervenção no domínio econômico	-	-	-	-	-	-	-
Contribuições para entidades privadas de serviço social e de formação profissional	-	-	-	-	-	-	-
Contribuição para o custeio do serviço de iluminação pública	-	-	-	-	-	-	-
Receita patrimonial	52.153.787,64	53.273.303	79.789.785	59.422.455	90.671.890	82.517.117	365.674.550
Exploração do patrimônio imobiliário do estado	6.993.544,74	7.189.481	18.476.148	9.921.092	11.533.515	15.683.769	62.804.005
Valores mobiliários	32.820.253,99	34.322.968	49.917.648	37.412.306	67.391.189	53.372.744	242.416.854
Delegação de serviços públicos mediante concessão, permissão, autorização ou licença	3.601.833,09	2.821.138	2.021.344	2.388.964	2.144.415	3.870.296	13.246.158
Exploração de recursos naturais	-	-	-	-	-	-	-
Exploração do patrimônio intangível	-	-	-	-	-	-	-
Cessão de direitos	8.738.155,82	8.939.715	9.374.645	9.712.721	9.590.144	9.590.308	47.207.533
Demais receitas patrimoniais	-	-	-	-12.627	12.627	-	-
Receita agropecuária	930,00	30.958	1.674	110.772	101.713	90.085	335.202
Receita industrial	65.063,06	82.418	211.538	48.000	35.000	54.370	431.326
Receita de serviços	11.184.998,00	21.054.304	20.149.179	25.170.042	44.786.082	75.555.095	186.714.703
Serviços administrativos e comerciais gerais	1.049.568,12	9.180.427	1.208.955	1.533.674	1.792.494	3.172.090	16.887.640
Serviços e atividades referentes à navegação e ao transporte	245.288,00	210.927	152.726	122.203	42.329	689.167	1.217.351
Serviços e atividades referentes à saúde	56.799,19	93.060	88.287	91.495	68.873	104.164	445.879
Serviços e atividades financeiras	-	-	4.394.439	9.041.830	26.149.501	19.410.279	58.996.049
Outros serviços	9.833.342,69	11.569.891	14.304.773	14.380.839	16.732.885	52.179.395	109.167.784
Transferências correntes	2.286.642.035,49	1.826.824.646	2.284.773.270	1.806.799.446	1.745.965.426	2.298.626.705	9.962.989.493
Transferências da união e de suas entidades	2.270.848.092,45	1.811.298.272	2.281.218.712	1.802.376.385	1.742.621.903	2.295.432.467	9.932.947.739
Transferências dos estados e do distrito federal e de suas entidades	-	-	-	-	-	-	-
Transferências dos municípios e de suas entidades	2.307.275,57	2.032.992	3.130.472	3.369.516	3.193.315	1.402.521	13.128.816

(Continua)

Tabela 22

Balanço orçamentário – Receita – Orçamentos fiscal e da seguridade social – Jan.-dez. 2018

Receita realizada	2018						Acumulado jan.-dez.
	Jan.-fev.	Mar.-abr.	Maió-jun.	Jul.-ago.	Set.-out.	Nov.-dez.	
Transferências de instituições privadas	13.486.667,47	13.483.042	424.086	1.010.395	150.208	1.791.716	16.859.448
Transferências de outras instituições públicas	-	-	-	-	-	-	-
Transferências do exterior	-	10.341	-	43.150	-	-	53.491
Transferências de pessoas físicas	-	-	-	-	-	-	-
Transferências provenientes de depósitos não identificados	-	-	-	-	-	-	-
Outras receitas correntes	85.894.240,88	96.047.186	85.153.310	158.899.518	269.439.476	298.901.135	908.440.625
Multas administrativas, contratuais e judiciais	13.004.686,68	13.953.454	19.037.674	19.949.470	19.959.570	23.576.394	96.476.563
Indenizações, restituições e ressarcimentos	63.647.669,83	55.516.857	54.132.219	72.450.054	60.380.303	295.075.251	537.554.685
Bens, direitos e valores incorporados ao patrimônio público	-	-	-	-	-	-	-
Demais receitas correntes	9.241.884,37	26.576.875	11.983.417	66.499.993	189.099.603	-19.750.510	274.409.378
Receitas de capital	34.788.985,10	380.029.842	121.887.630	159.340.468	457.278.423	231.202.568	1.349.738.931
Operações de crédito	4.614.873,09	158.761.851	40.477.375	88.062.201	236.360.787	117.850.833	641.513.048
Operações de crédito - mercado interno	1.246.820,29	2.058.799	13.332.698	24.144.761	5.273.187	30.301.357	75.110.802
Operações de crédito - mercado externo	3.368.052,80	156.703.052	27.144.677	63.917.441	231.087.600	87.549.476	566.402.246
Alienação de bens	1.822.735,53	2.752.692	17.261.345	3.727.519	4.079.245	3.976.831	31.797.631
Alienação de bens móveis	-	1.299.260	16.514.168	804.300	2.627.978	2.430.350	23.676.056
Alienação de bens imóveis	1.822.735,53	1.453.432	747.177	2.923.219	1.451.267	1.546.481	8.121.575
Alienação de bens intangíveis	-	-	-	-	-	-	-
Amortização de empréstimos	1.469.436,26	723.138	16.068.494	22.857.141	70.678.594	44.753.835	155.081.202
Transferências de capital	26.881.940,22	217.792.161	48.080.417	44.693.607	146.159.797	64.621.069	521.347.050
Transferências da união e de suas entidades	26.881.940,22	217.792.161	48.075.802	44.693.607	146.159.797	64.621.069	521.342.435
Transferências dos estados e do distrito federal e de suas entidades	-	-	-	-	-	-	-
Transferências dos municípios e de suas entidades	-	-	-	-	-	-	-
Transferências de instituições privadas	-	-	4.615	-	-	-	4.615
Transferências de outras instituições públicas	-	-	-	-	-	-	-
Transferências do exterior	-	-	-	-	-	-	-
Transferências de pessoas físicas	-	-	-	-	-	-	-
Transferências provenientes de depósitos não identificados	-	-	-	-	-	-	-
Outras receitas de capital	-	-	-	-	-	-	-
Integralização do capital social	-	-	-	-	-	-	-
Remuneração das disponibilidades do tesouro	-	-	-	-	-	-	-
Resgate de títulos do tesouro	-	-	-	-	-	-	-
Demais receitas de capital	-	-	-	-	-	-	-

(Conclusão)

Tabela 22

Balanco orçamentário – Receita – Orçamentos fiscal e da seguridade social – Jan.-dez. 2018

Receita realizada	2018						Acumulado jan.-dez.
	Jan.-fev.	Mar.-abr.	Maió-jun.	Jul.-ago.	Set.-out.	Nov.-dez.	
Receitas (intraorçamentárias) (II)	462.177.438,32	487.591.225	461.060.588	498.483.323	460.911.222	704.621.670	2.612.668.028
Subtotal das receitas (III) = (I + II)	7.203.580.412,58	7.014.792.763	7.210.025.242	7.350.627.724	7.883.632.658	9.217.046.958	38.676.125.345
Operações de crédito internas	-	-	-	-	-	-	-
Para refinanciamento da dívida mobiliária	-	-	-	-	-	-	-
Para refinanciamento da dívida contratual	-	-	-	-	-	-	-
Operações de crédito externas	-	-	-	-	-	-	-
Para refinanciamento da dívida mobiliária	-	-	-	-	-	-	-
Para refinanciamento da dívida contratual	-	-	-	-	-	-	-
Subtotal com refinanciamentos (V) = (III + IV)	7.203.580.412,58	7.014.792.763	7.210.025.242	7.350.627.724	7.883.632.658	9.217.046.958	38.676.125.345
Déficit (VI)	-	-	-	-	-	-	-
Total (VII) = (V + VI)	7.203.580.412,58	7.014.792.763	7.210.025.242	7.350.627.724	7.883.632.658	9.217.046.958	38.676.125.345
Saldos de exercícios anteriores							

Receita intraorçamentária	2018						Acumulado jan.-dez.
	Jan.-fev.	Mar.-abr.	Maió-jun.	Jul.-ago.	Set.-out.	Nov.-dez.	
Receitas (intra- orçamentárias) (II)	462.177.438,32	487.591.225	461.060.588	498.483.323	460.911.222	704.621.670	2.612.668.028
Receitas correntes	462.177.438,32	487.591.225	461.060.588	498.483.323	460.911.222	704.621.670	2.612.668.028
Receita de contribuições	403.163.760,52	428.078.122	400.271.655	429.677.854	396.985.383	605.118.676	2.260.131.690
Contribuições sociais	403.163.760,52	428.078.122	400.271.655	429.677.854	396.985.383	605.118.676	2.260.131.690
Receita de serviços	4.102.582,22	3.802.487	4.380.420	8.065.580	5.880.835	6.318.507	28.447.829
Serviços e atividades referentes à saúde	4.102.582,22	3.762.487	4.380.420	4.205.975	4.389.215	4.500.736	21.238.833
Outros serviços	-	40.000	-	3.859.605	1.491.620	1.817.770	7.208.995
Outras receitas correntes	54.911.095,58	55.710.616	56.408.513	60.739.889	58.045.004	93.184.488	324.088.510
Demais receitas correntes	54.911.095,58	55.710.616	56.408.513	60.739.889	58.045.004	93.184.488	324.088.510
Total	462.177.438,32	487.591.225	461.060.588	498.483.323	460.911.222	704.621.670	2.612.668.028

Fonte: Secretaria da Fazenda do Estado da Bahia, 2018.

Elaboração: SEI/Coref.

RREO - Anexo I (LRF art. 52, inciso I, alínea "a" do inciso II e §1º).

Tabela 22

Balanço orçamentário – Despesa – Orçamentos fiscal e da seguridade social – Jan.-dez. 2018

Despesa executada	2018						Acumulado jan.-dez.
	Jan.-fev.	Mar.-abr.	Maió-jun.	Jul.-ago.	Set.-out.	Nov.-dez.	
Despesas (exceto intraorçamentárias) (I)	5.661.320.747,04	7.069.948.621	6.762.469.981	7.211.070.503	7.135.039.257	9.258.647.381	37.437.175.743
Despesas correntes	5.347.005.667,04	6.453.111.522	6.236.762.415	6.567.533.925	6.470.187.747	8.182.438.996	33.910.034.605
Pessoal e encargos sociais	3.222.595.771,57	3.544.335.937	3.271.385.805	3.363.229.142	3.311.053.244	4.476.369.527	17.966.373.656
Juros e encargos da dívida	64.011.179,59	111.899.816	112.994.131	124.773.346	205.835.046	145.560.753	701.063.092
Outras despesas correntes	2.060.398.715,88	2.796.875.769	2.852.382.479	3.079.531.437	2.953.299.457	3.560.508.716	15.242.597.858
Transferências a municípios	995.018.214,79	963.046.495	968.321.123	1.103.631.347	1.144.854.122	1.224.608.681	5.404.461.769
Demais despesas correntes	1.065.380.501,09	1.833.829.274	1.884.061.356	1.975.900.090	1.808.445.334	2.335.900.035	9.838.136.089
Despesas de capital	314.315.080,00	616.837.099	525.707.566	643.536.578	664.851.510	1.076.208.385	3.527.141.138
Investimentos	171.363.082,72	313.261.388	365.387.184	442.405.031	499.268.477	658.159.111	2.278.481.191
Inversões financeiras	31.014.317,92	170.787.747	66.824.158	52.750.505	13.452.824	279.806.702	583.621.936
Amortização da dívida	111.937.679,36	132.787.964	93.496.224	148.381.042	152.130.209	138.242.572	665.038.011
Reserva de contingência	-	-	-	-	-	-	-
Despesas (intraorçamentárias) (II)	426.632.237,74	483.911.334	497.138.303	518.196.380	452.694.200	702.526.320	2.654.466.536
Subtotal das despesas (III)=(I + II)	6.087.952.984,78	7.553.859.954	7.259.608.283	7.729.266.882	7.587.733.457	9.961.173.701	40.091.642.279
Amortização da dívida / refinanciamento (IV)	-	-	-	-	-	-	-
Amortização da dívida interna	-	-	-	-	-	-	-
Dívida mobiliária	-	-	-	-	-	-	-
Outras dívidas	-	-	-	-	-	-	-
Amortização da dívida externa	-	-	-	-	-	-	-
Dívida mobiliária	-	-	-	-	-	-	-
Outras dívidas	-	-	-	-	-	-	-
Subtotal com refinanciamento (V) = (III + IV)	6.087.952.984,78	7.553.859.954,21	7.259.608.283,48	7.729.266.882,34	7.587.733.457,36	9.961.173.701,15	40.091.642.278,54
Superávit (VI)	-	-	-	-	-	-	-
Total (VII) = (V + VI)	6.087.952.984,78	7.553.859.954,21	7.259.608.283,48	7.729.266.882,34	7.587.733.457,36	9.961.173.701,15	40.091.642.278,54

Despesa intraorçamentária	2018						Acumulado jan.-dez.
	Jan.-fev.	Mar.-abr.	Maió-jun.	Jul.-ago.	Set.-out.	Nov.-dez.	
Despesas correntes	426.632.237,74	483.911.334	497.138.303	518.196.380	452.694.200	702.526.320	2.654.466.536
Pessoal e encargos sociais	325.397.291,18	362.929.456	365.460.140	518.196.380	452.694.200	702.526.320	2.401.806.496
Outras despesas correntes	101.234.946,56	120.981.878	131.678.162	400.855.568	361.366.858	543.043.384	1.557.925.850
Despesas de capital	-	-	-	-	-	-	-
Investimentos	-	-	-	-	-	-	-
Total	426.632.237,74	483.911.334	497.138.303	518.196.380	452.694.200	702.526.320	2.654.466.536

Fonte: Secretaria da Fazenda do Estado da Bahia, 2018.

Elaboração: SEI/Coref.

Nota: Durante o exercício, as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas.

RREO – Anexo I (LRF Art. 52, inciso I, alínea “b” do inciso II e §1º) – LEI 9.394/96, Art. 72 – Anexo X.

Tabela 24
Arrecadação mensal do ICMS, por Unidades da Federação – Orçamentos fiscal e da seguridade social – Jan.-dez. 2018

Unidade da federação	2018											
	Jan.	Fev.	Mar.	Abr.	Maio	Jun.	Jul.	Agô.	Set.	Out.	Nov.	Dez.
Norte	2.502.244	2.346.523	2.193.044	2.369.650	2.331.302*	536.917*	2.469.035	2.552.689	2.591.643	2.648.496	2.696.640	2.799.175
Acre	114.042	89.970	107.933	91.260	99.986	91.882	113.691	111.935	108.081	117.663	120.496	246.149
Amazonas	710.025	822.370	732.562	786.968	763.895	0	719.074	762.993	813.683	778.384	844.617	815.059
Pará	966.883	853.316	736.841	837.169	839.771	0	920.868	986.680	977.414	999.639	957.386	998.569
Rorondônia	325.490*	236.650*	266.218*	288.842*	271.988*	308.067*	316.942	306.282	302.078	340.879	338.619	327.545*
Amapá	68.708	61.905	70.628	62.498	69.888	67.114	68.910	73.768	69.248	86.184	77.357	79.064
Roraima	76.496	58.324	60.340	76.580	68.229	69.852	76.939	67.090	72.020	83.961	88.889	80.821*
Tocantins	240.596	223.984	218.517	226.329	217.543	0	252.609	243.939	249.116	241.784	269.272	251.965
Nordeste	6.957.976*	6.151.257	5.581.464	6.326.538	5.838.772	5.889.353	6.829.126	6.907.269	7.493.310	7.173.617*	7.246.098*	8.151.801*
Maranhão	555.797	495.688	488.462	503.307	502.560	617.342	602.705	652.456	673.411	589.291	693.810	647.514
Piauí	346.453	311.404	329.830	334.285	321.066	373.595	397.633	382.988	368.337	487.325	358.320	475.889
Ceará	1.077.504	920.136	852.081	964.028	928.067	861.326	975.031	1.076.776	1.051.456	1.044.426	1.071.379	1.156.746
Rio Grande do Norte	499.622	468.191	473.188	442.584	429.303	417.545	470.268	484.896	485.800	486.615	501.935	512.158
Paraíba	462.949*	448.039	424.156	431.877	443.700	398.933	468.701	457.522	513.557	501.414	497.840	581.302
Pernambuco	1.424.738	1.127.260	1.118.467	1.468.228	1.202.465	1.262.454	1.321.493	1.279.811	1.491.791	1.382.385*	1.360.946*	1.460.271
Alagoas	372.719	340.456	0	0	0	0	330.996	310.874	337.160	354.166	360.237*	374.713*
Sergipe	302.038	268.502	263.825	275.311	269.251	247.895	281.231	279.446	425.345	274.487	313.988	304.918
Bahia	1.916.153	1.771.578	1.631.452	1.906.914	1.742.358	1.710.260	1.981.064	1.982.498	2.146.448	2.053.504	2.087.640	2.638.286*
Sudeste	20.187.776	18.556.925*	17.896.760	19.574.200*	19.282.771	18.032.818*	20.124.277*	20.172.562*	20.703.186	19.996.828*	21.168.902	20.108.178
Minas Gerais	4.072.980	3.967.570*	3.495.077	4.140.527*	4.058.467	3.500.787*	4.103.470	4.236.538	5.086.379	4.353.863	3.955.763	4.093.093
Espírito Santo	888.911	775.656	840.165	825.407	814.861	767.041	856.256	846.139	898.201	863.227	936.318	901.998
Rio de Janeiro	3.054.647	2.899.400	2.718.750	2.784.291	2.988.242	2.728.014*	3.400.196*	3.228.952*	2.873.691	2.694.165*	4.479.663	2.867.019
São Paulo	12.171.237	10.914.297	10.842.766	11.823.974	11.421.200	11.036.974	11.764.355	11.860.932	11.844.913	12.085.571	11.797.157	12.246.067
Sul	8.101.533	6.412.160	6.291.614	6.701.706*	5.230.228	4.812.924	7.039.835	7.163.881*	7.673.561*	7.449.465*	7.661.391	8.544.502*
Paraná	3.124.844	2.196.105	2.176.861	2.229.705	2.562.116	2.325.155	2.411.160	2.581.705	2.579.350	2.549.371	2.712.796	2.728.830
Santa Catarina	1.867.945	1.662.417	1.634.399	1.725.083*	0	0	1.700.720	1.701.902*	1.967.796*	1.973.427*	1.901.269	1.965.195*
Rio Grande do Sul	3.108.743	2.553.638	2.480.353	2.746.918	2.668.112	2.487.769	2.927.953	2.880.273	3.126.414	2.926.666	3.047.325	3.850.477
Centro-oeste	3.734.982	2.560.356	2.541.962	2.822.780	2.664.578	2.657.484	4.057.461	3.985.648	4.037.771	3.891.537	4.034.104	4.031.985*
Mato Grosso	889.535	0	0	0	0	0	1.111.828	1.136.478	1.146.634	1.040.599	1.027.315	968.093*
Mato Grosso do Sul	781.572	686.713	763.500	847.923	766.379	747.253	856.430	824.818	829.346	787.592	867.844	832.444
Goiás	1.323.784	1.209.659	1.155.059	1.281.493	1.260.556	1.250.816	1.363.540	1.328.233	1.332.249	1.368.572	1.397.463	1.483.223
Distrito Federal	740.090	663.982	623.401	693.363	637.643	659.413	725.662	696.117	729.542	694.772	741.481	748.223
Brasil	41.484.514	36.027.223	34.504.845	37.794.876	35.347.653	31.929.497	40.519.736	40.782.051	42.499.473	41.159.944	42.807.136	43.635.644
												468.492.592

Fonte: Confaz-Cotepel/ICMS.

Elaboração: SE/Coref.

(1) valor provisório.

Tabela 25
Orçamentos fiscal e da seguridade social – Jan.-dez. 2018/Jan.-dez. 2017

(R\$1,00)

Meses	ICMS		Outras		Total	
	2018	2017	2018	2017	2018	2017
Janeiro	1.916.113.836	1.729.279.007	264.379.868	190.240.063	2.180.493.704	1.919.519.070
Fevereiro	1.771.439.443	1.526.609.602	260.977.920	235.603.065	2.032.417.363	1.762.212.667
Março	1.631.452.511	1.597.593.291	244.652.158	231.748.372	1.876.104.669	1.829.341.663
Abril	1.906.887.010	1.813.683.082	286.683.318	237.628.038	2.193.570.328	2.051.311.120
Mai	1.742.358.180	1.622.810.218	333.360.501	262.016.766	2.075.718.681	1.884.826.984
Junho	1.710.255.514	1.658.141.861	257.333.127	326.168.222	1.967.588.640	1.984.310.083
Julho	1.976.026.192	1.790.838.485	311.409.784	238.379.871	2.287.435.975	2.029.218.356
Agosto	1.977.440.524	1.694.816.481	307.623.602	312.013.319	2.285.064.126	2.006.829.799
Setembro	2.133.902.521	1.759.114.633	311.241.075	241.400.326	2.445.143.596	2.000.514.959
Outubro	2.040.966.116	1.802.192.313	286.098.318	252.621.834	2.327.064.434	2.054.814.147
Novembro	2.080.127.005	1.842.442.920	245.599.856	247.497.670	2.325.726.861	2.089.940.590
Dezembro	2.630.771.095	1.913.549.052	501.653.737	390.086.531	3.132.424.832	2.303.635.583
Total	23.517.739.947	20.751.070.945	3.611.013.263	3.165.404.077	27.128.753.210	23.916.475.022

Fonte: Sefaz - Relatórios bimestrais.

Elaboração: SEI.

MUNICÍPIO

(Continua)

Tabela 26
Balanço orçamentário – Receita – Orçamentos fiscal e da seguridade social – Jan.-dez. 2018

Receita liquidada	2018						Acumulado jan.-dez.
	Jan.-fev.	Mar.-abr.	Mai-jun.	Jul.-ago.	Set.-out.	Nov.-dez.	
Receitas (exceto intraorçamentárias) (I)	1.109.180.668	931.806.257	1.019.294.273	963.373.723	1.016.256.575	1.084.176.998	6.124.088.493
Receitas correntes	1.071.495.901	907.649.628	955.905.703	950.850.963	888.808.682	1.057.599.990	5.832.310.867
Receita tributária	545.547.654	403.210.519	378.709.779	363.865.216	360.256.730	398.520.661	2.450.110.558
Impostos	474.372.841	327.594.006	320.948.029	331.447.536	326.060.608	368.900.654	2.149.323.675
Taxas	71.174.813	75.616.513	57.761.750	32.417.680	34.196.122	29.620.007	300.786.884
Contribuição de melhoria	-	-	-	-	-	-	-
Receita de contribuições	42.857.576	51.953.928	51.990.412	52.383.048	49.526.550	64.271.973	312.983.487
Contribuições sociais	24.110.831	23.172.223	23.386.025	23.633.134	24.519.738	37.411.838	156.233.790
Contribuições econômicas	-	-	-	-	-	-	-
Contribuições para entidades privadas de serviço social e de	-	-	-	-	-	-	-
Formação profissional	-	-	-	-	-	-	-
Contribuição para o custeio do serviço de iluminação pública	18.746.744	28.781.705	28.604.387	28.749.914	25.006.811	26.860.135	156.749.696
Receita patrimonial	20.479.404	21.668.889	21.539.436	22.886.222	21.597.137	19.454.286	127.625.373
Exploração do patrimônio imobiliário do estado	5.170.385	3.684.413	3.958.528	3.416.028	3.474.860	3.297.597	23.001.811
Valores mobiliários	15.308.943	17.298.730	17.580.858	19.470.187	18.122.253	16.156.630	103.937.601
Delegação de serviços públicos mediante concessão,	-	-	-	-	-	-	-
Permissão, autorização ou licença	-	-	-	-	-	-	-
Exploração de recursos naturais	-	-	-	-	-	-	-
Exploração do patrimônio intangível	-	-	-	-	-	-	-

(Continua)

Tabela 26

Balanco orçamentário – Receita – Orçamentos fiscal e da seguridade social – Jan.-dez. 2018

Receita liquidada	2018						Acumulado jan.-dez.
	Jan.-fev.	Mar.-abr.	Maio-jun.	Jul.-ago.	Set.-out.	Nov.-dez.	
Cessão de direitos	-	685.674	-	-	-	-	685.674
Demais receitas patrimoniais	76	72	50	7	-	58	264
Receita agropecuária	-	-	-	-	24	-	24
Receita industrial	-	-	-	896.585	325.036	176.028	1.397.648
Receita da indústria de construção					431.234	122.326	553.559
Receita de serviços	1.322.780	2.006.961	5.335.922	276.247	304.998	39.054	9.285.962
Serviços administrativos e comerciais gerais	36.856	1.915.999	224.510	18.200	-	-	2.195.565
Serviços e atividades referentes à navegação e ao	-	-	-	-	-	-	-
Transporte	-	-	-	-	-	-	-
Serviços e atividades referentes à saúde	-	-	-	-	-	-	-
Serviços e atividades financeiras	-	-	-	-	-	-	-
Outros serviços	1.285.924	90.962	5.111.412	258.047	126.235	83.272	6.955.852
Transferências correntes	433.352.781	401.234.388	460.511.530	477.756.785	428.205.767	548.644.409	2.749.705.661
Transferências da união e de suas entidades	225.795.890	225.115.141	228.688.005	257.515.593	200.874.798	292.430.570	1.430.419.996
Transferências dos estados e do distrito federal e de suas entidades	-	112.155.808	134.175.818	143.063.444	148.209.169	158.350.731	695.954.969
Transferências dos municípios e de suas entidades	-	-	-	-	-	-	-
Transferências de instituições privadas	2.500	231.638	1.660	1.240	820	2.882.653	3.120.511
Transferências de outras instituições públicas	91.899.199	63.731.032	97.645.128	76.916.381	79.119.930	94.952.819	504.264.489
Transferências do exterior	-	-	-	-	-	-	-
Transferências de pessoas físicas	870	770	920	260.128	1.050	27.636	291.374
Transferências provenientes de depósitos não identificados	-	-	-	-	-	-	-
Outras receitas correntes	27.935.708	27.574.943	37.818.622	32.786.859	28.466.229	26.410.308	180.992.670
Multas administrativas, contratuais e judiciais	14.508.808	13.553.630	20.759.214	22.626.315	20.357.828	17.330.650	109.136.444
Indenizações, restituições e ressarcimentos	1.133.814	1.378.561	1.812.932	1.819.860	875.337	15.932.985	22.953.488
Bens, direitos e valores incorporados ao patrimônio público	-	-	-	2.880.081	-	905.940	3.786.021
Demais receitas correntes	12.293.085	12.642.752	15.246.477	5.460.604	7.233.065	-7.759.266	45.116.717
Receitas de capital	37.684.766	-	63.388.570	12.522.760	127.447.894	26.577.007	267.620.998
Operações de crédito	20.000.000	24.156.629	17.743.043	5.606.175	118.308.310	-	185.814.157
Operações de crédito - mercado interno	20.000.000	-	17.743.043	5.606.175	13.447.435	-	56.796.653
Operações de crédito - mercado externo	-	-	-	-	104.860.875	-	104.860.875
Alienação de bens	14.003.662	-	32.766.903	5.915.813	4.475.499	5.540.829	62.702.705
Alienação de bens móveis	-	15.895.876	227.550	-	-	39.750	16.163.176
Alienação de bens imóveis	14.003.662	-	32.539.353	5.915.813	4.475.499	5.501.079	62.435.405
Alienação de bens intangíveis	-	15.895.876	-	-	-	-	15.895.876
Amortizações de empréstimos	-	-	-	-	-	-	-
Transferências de capital	3.681.104	8.260.753	12.878.624	1.000.772	4.664.085	290.975.000	321.460.338

(Conclusão)

Tabela 26

Balança orçamentário – Receita – Orçamentos fiscal e da seguridade social – Jan.-dez. 2018

Receita liquidada	2018						Acumulado jan.-dez.
	Jan.-fev.	Mar.-abr.	Maio-jun.	Jul.-ago.	Set.-out.	Nov.-dez.	
Transferências da união e de suas entidades	3.681.104	8.260.753	12.878.624	1.000.772	4.664.085	290.975.000	321.460.338
Transferências dos estados e do distrito federal e de suas entidades	-	-	-	-	-	-	-
Transferências dos municípios e de suas entidades	-	-	-	-	-	-	-
Transferências de instituições privadas	-	-	-	-	-	-	-
Transferências de outras instituições públicas	-	-	-	-	-	-	-
Transferências do exterior	-	-	-	-	-	-	-
Transferências de pessoas físicas	-	-	-	-	-	-	-
Transferências provenientes de depósitos não identificados	-	-	-	-	-	-	-
Outras receitas de capital	-	-	-	-	-	-	-
Integralização do capital social	-	-	-	-	-	-	-
Remuneração das disponibilidades do tesouro	-	-	-	-	-	-	-
Resgate de títulos do tesouro	-	-	-	-	-	-	-
Dermas receitas de capital	-	-	-	-	-	-	-
Subtotal das receitas (III) = (I + II)	1.156.095.128	978.846.523,57	1.067.043.381	1.020.025.371	1.066.081.724	7.390.968.253	11.700.213.857
Operações de crédito/ refinanciamento (IV)	-	-	-	-	-	-	-
Subtotal com refinanciamento (V) = (III + IV)	1.156.095.128	978.846.523,57	1.067.043.381	1.020.025.371	1.066.081.724	7.390.968.253	11.700.213.857
Déficit (VI)	-	-	-	-	-	-	-
Total (VII) = (V + VI)	1.156.095.128	978.846.524	1.067.043.381	1.020.025.371	1.066.081.724	7.390.968.253	12.679.060.380

Receita intraorçamentária	2018						Acumulado jan.-dez.
	Jan.-fev.	Mar.-abr.	Maio-jun.	Jul.-ago.	Set.-out.	Nov.-dez.	
Receitas correntes	46.914.460,55	47.040.267	47.749.108	56.651.648	49.825.148	75.327.958	276.594.129
Contribuições	46.891.009,62	47.014.004	47.720.015	56.499.880	49.789.970	75.289.283	276.313.153
Contribuições sociais	46.891.009,62	47.014.004	47.720.015	56.499.880	49.789.970	75.289.283	276.313.153
Receita patrimonial	23.450,93	26.263	29.093	151.768	35.178	38.674	280.976
Demais receitas patrimoniais	23.450,93	26.263	29.093	151.768	35.178	38.674	280.976
Receita de serviços	-	-	-	-	-	-	-
Outros serviços	-	-	-	-	-	-	-
Transferências correntes	-	-	-	-	-	-	-
Transferências dos municípios e de suas entidades	-	-	-	-	-	-	-
Total de receitas intra-orçamentárias	46.914.460,55	47.040.267	47.749.108	56.651.648	49.825.148	75.327.958	276.594.129
Total	46.914.461	47.040.267	47.749.108	56.651.648	49.825.148	75.327.958	323.508.590

Fonte: Secretaria da Fazenda do Município de Salvador, 2016/2015.

Elaboração: SEI/Coref.

RREO – Anexo I (LRF Art. 52, inciso I, alínea “a” do inciso II e §1º).

Tabela 27

Balanco orçamentário – Despesa – Orçamentos fiscal e da seguridade social – Jan.-dez. 2018

Despesa liquidada	2018						Acumulado jan.-dez.
	Jan.-fev.	Mar.-abr.	Maió-jun.	Jul.-ago.	Set.-out.	Nov.-dez.	
Despesas (exceto intraorçamentárias) (I)	669.216.566,75	1.595.808.859	963.034.632	3.505.388.446	4.465.912.337	1.310.747.244	11.840.891.518
Despesas correntes	631.456.583,05	1.481.020.923	889.754.739	3.229.142.108	4.123.509.737	1.190.656.821	10.914.084.328
Pessoal e encargos sociais	382.886.912,52	781.825.894	392.269.759	1.565.237.445	1.964.920.829	545.999.638	5.250.253.566
Juros e encargos da dívida	1.186.679,15	4.423.625	2.379.845	9.042.557	13.210.253	3.670.926	32.727.205
Outras despesas correntes	247.382.991,38	694.771.404	495.105.134	1.654.862.106	2.145.378.654	640.986.258	5.631.103.556
Despesas de capital	37.759.983,70	114.787.936	73.279.893	276.246.338	342.402.600	120.090.423	926.807.190
Investimentos	19.928.816,04	80.683.728	50.481.907	200.332.507	246.905.331	100.105.323	678.508.796
Inversões financeiras	-	-	-	-	-	-	-
Amortização da dívida	17.831.167,66	34.104.208	22.797.986	75.913.831	95.497.269	19.985.099	248.298.394
Reserva de contingência	-	-	-	-	-	-	-
Despesas (intraorçamentárias) (II)	46.913.694,03	94.284.084	47.419.042	198.363.538	248.177.827	75.326.955	663.571.447
Subtotal das despesas (III)=(I + II)	716.130.260,78	1.690.092.942	1.010.453.674	3.703.751.984	4.714.090.165	1.386.074.199	12.504.462.964
Superávit (IV)						-	-
Total (V) = (III + IV)	716.130.260,78	1.690.092.942	1.010.453.674	3.703.751.984	4.714.090.165	1.386.074.199	12.504.462.964

Despesa intraorçamentária	2018						Acumulado jan.-dez.
	Jan.-fev.	Mar.-abr.	Maió-jun.	Jul.-ago.	Set.-out.	Nov.-dez.	
Despesas correntes	46.645.694,49	47.101.030	47.148.424	51.385.392	49.538.396	75.049.445	270.222.687
Pessoal e encargos sociais	46.622.243,56	47.074.767	47.119.331	51.353.076	49.503.218	75.011.288	270.061.680
Juros e encargos da dívida	23.450,93	26.263	29.093	32.316	35.178	38.157	161.007
Outras despesas correntes	-	-	-	-	-	-	-
Despesas de capital	267.999,54	269.360	270.618	5.275.020	275.893	277.510	6.368.402
Investimentos	-	-	-	-	-	-	-
Inversões financeiras	-	-	-	-	-	-	-
Amortização da dívida	267.999,54	269.360	270.618	5.275.020	275.893	277.510	6.368.402
Total	46.913.694,03	47.370.390	47.419.042	56.660.412	49.814.289	75.326.955	276.591.089

Elaboração: SEI/Coref.

Nota: Durante o exercício, as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. As Despesas liquidadas são consideradas.

Publique
seu artigo



C&P

CONJUNTURA & PLANEJAMENTO

ENDEREÇO ELETRÔNICO
PARA ENVIO DOS ARTIGOS

publicações.sei.ba.gov.br/conjunturaeplanejamento

cep@sei.ba.gov.br

COORDENAÇÃO-GERAL
Luiz Mário Ribeiro Vieira

COORDENAÇÃO EDITORIAL
Elissandra Britto
Rosângela Conceição

INFORMAÇÕES:

71 3115-4711

71 3115-4771

In English: +55 71 3115-4795

En español: +55 71 3115-4795

www.sei.ba.gov.br


seibahia

 **SEI**
SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS
ECONÔMICOS E SOCIAIS DA BAHIA

SECRETARIA DE
PLANEJAMENTO

BAHIA
GOVERNO DO ESTADO

NORMAS PARA PUBLICAÇÃO DE ARTIGOS

A revista Conjuntura & Planejamento, editada pela Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI), órgão vinculado à Secretaria do Planejamento do Estado da Bahia (Seplan), aceita colaborações originais, em português, inglês e espanhol, de artigos sobre conjuntura e planejamento da economia e áreas afins, bem como resenhas de livros inéditos que se enquadrem nestes mesmos parâmetros.

Os artigos e resenhas são submetidos à apreciação do conselho editorial, instância que decide sobre a publicação.

A editoria da SEI e o comitê editorial reservam-se o direito de sugerir ou modificar títulos, formatar tabelas e ilustrações, dentre outras intervenções, a fim de atender ao padrão editorial e ortográfico adotado pela instituição, constante no Manual de Redação e Estilo da SEI, disponível no site www.sei.ba.gov.br, menu “Publicações”.

Os artigos ou resenhas que não estiverem de acordo com as normas não serão apreciados.

O autor terá direito a um exemplar do periódico em que seu artigo for publicado.

Padrão para envio de artigos ou resenhas:

- Artigos e resenhas devem ser enviados, preferencialmente, através do site da revista, opção “Submissão”, ou por e-mail (cep@sei.ba.gov.br), para o comitê editorial da C&P.
- Devem ser apresentados em editor de texto de maior difusão (Word), formatados com entrelinhas de 1,5, margem esquerda de 3 cm, direita e inferior de 2 cm, superior de 3 cm, fonte Times New Roman, tamanho 12.
- Devem ser assinados por, no máximo, três autores.
- É permitido apenas um artigo por autor, exceto no caso de participação como coautor.
- O autor deve incluir, em nota de rodapé, sua identificação, com nome completo, titulação acadêmica, nome da(s) instituição(ões) a que está vinculado, e-mail, telefone e endereço para correspondência.
- Os artigos devem conter, no mínimo, dez páginas e, no máximo, 15, e as resenhas, no máximo, três páginas.
- Devem vir acompanhados de resumo e abstract contendo de 100 a 250 palavras, ressaltando o objetivo, a metodologia, os principais resultados e a conclusão. Palavras-chave e keywords devem figurar abaixo, separadas por ponto e finalizadas também com ponto. Resumos e abstracts estarão disponíveis na revista eletrônica e não constarão na publicação impressa.
- As tabelas e demais ilustrações (desenhos, esquemas, figuras, fluxogramas, fotos, gráficos, mapas etc.) devem estar numeradas consecutivamente, com algarismos arábicos, na ordem em que forem citadas no texto, com os títulos, legendas e fontes completas, e localizadas o mais próximo possível do trecho a que se referem.
- As ilustrações de qualquer tipo devem estar acompanhadas dos originais. As fotografias devem apresentar resolução de 300 dpi (CMYK), com cor real e salvas na extensão TIFF.
- As notas de rodapé devem ser explicativas ou complementares, curtas, numeradas em ordem sequencial, no corpo do texto e na mesma página em que forem citadas.
- As citações de até três linhas devem estar entre aspas, na sequência do texto. As citações com mais de três linhas devem constar em parágrafo próprio, com recuo da margem de 4 cm, fonte 10, espaço simples, sem aspas e identificadas pelo sistema autor-data (NBR 10520 da ABNT).

Todos os números da Conjuntura & Planejamento podem ser visualizados no site da SEI (www.sei.ba.gov.br) no menu “Publicações”.

